



MEMÓRIAS SECRETAS DE
CARLOTA JOAQUINA

D. José Presas

EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL

Volume 130

EDIÇÕES DO SENADO FEDERAL

O *abolicionismo*, de Joaquim Nabuco, que se transformou num libelo humanista, tem no autor pernambucano uma análise sempre atual. Nela, ele estuda as causas, o caráter jurídico e o aspecto humanista, os fundamentos econômicos que sustentaram a escravidão, a necessidade de aboli-la, e apresenta as consequências que adviriam com o término da servidão. Livro escrito e publicado em Londres, onde o autor amargou um “desterro forçado”, *O abolicionismo* é obra necessária em qualquer biblioteca de ciências humanas e serve para o entendimento aprofundado da nossa História e compreensão do nosso processo civilizatório.

C *Campanha abolicionista no Recife* é uma coletânea dos pronunciamentos de Joaquim Nabuco como candidato a parlamentar nas eleições de 1884. Nesses discursos, feitos em encontros populares ou em conferências, vê-se o grande tribuno, o excelente orador e, principalmente, o abolicionista convicto. O político, diplomata, intelectual e escritor Joaquim Nabuco elege-se, principalmente, em razão de sua oratória em defesa do fim da escravatura e de sua visão particularíssima do processo abolicionista. É um livro em que se apresenta o pensamento vivo daquele que foi o defensor de grandes causas nacionalistas. Neste livro, que teve sua primeira edição em 1885, poder-se-ão encontrar concepções avançadas para a época, como a defesa de uma “reforma agrária”. Diz ele a propósito: *“A propriedade não tem somente direitos, tem também deveres, e o estado de pobreza entre nós, a indiferença com que todos olham para a condição do povo, não faz honra à propriedade, como não faz honra ao Estado.”* Este volume tem valor como documento do movimento abolicionista e também apresenta um conjunto de pronunciamentos, em que se pode observar o desenvolvimento do pensamento do autor, desde a primeira conferência no Teatro Santa Isabel, em 12 de outubro de 1884, até o último discurso, levado a cabo ainda no mesmo teatro, em 18 de janeiro de 1885.

EDIÇÕES DO SENADO FEDERAL

Joaquim Nabuco, no livro *Balmaceda*, escreve sobre o presidente chileno Balmaceda (1840-1891). Eleito como liberal, seu governo termina num impasse: fechamento do Congresso e guerra civil. O volume é uma compilação de artigos de Nabuco publicados, de janeiro a março de 1895, no *Jornal do Comércio*. No mesmo ano, são recolhidos sob a forma de livro. Em *Balmaceda*, seu autor discute com o brilhantismo de sempre sobre presidencialismo, parlamentarismo, relações internacionais e outros assuntos de vital importância para a compreensão do processo histórico e político da América Latina. “O livro *Balmaceda* é, com certeza, um dos primeiros exercícios de política comparativa entre nós”, registra o embaixador e cientista político Carlos Henrique Cardim.

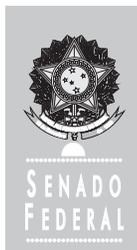
A *intervenção estrangeira durante a Revolta de 1893*. Joaquim Nabuco estuda neste livro a participação estrangeira na Revolta da Armada em 1893. Monarquistas, os rebeldes liderados por Custódio de Melo, e, mais tarde, com a adesão de Saldanha da Gama, poderiam bombardear a cidade do Rio de Janeiro. Floriano Peixoto solicita a ajuda de forças internacionais. Os revoltosos têm o auxílio humanitário do comandante do navio português *Mindelo*, Augusto de Castilhos. A opinião pública, aos poucos, modifica o ponto de vista, a partir dos artigos de Joaquim Nabuco, publicados na imprensa, em 1895, e reunidos neste livro. É um estudo de história diplomática e uma análise que reverte o enfoque que, até então, vinham fazendo os críticos deste fato histórico.



D. Carlota Joaquina (◆1775 – † 1830),
princesa do Brasil, rainha de Portugal e mulher de D. João VI.
(Fonte desconhecida)

.....

MEMÓRIAS SECRETAS DE
D. CARLOTA JOAQUINA



Mesa Diretora

Biênio 2013/2014

Senador Renan Calheiros

Presidente

Senador Jorge Viana

1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá

2º Vice-Presidente

Senador Flexa Ribeiro

1º Secretário

Senadora Ângela Portela

2ª Secretária

Senador Ciro Nogueira

3º Secretário

Senador João Vicente Claudino

4º Secretário

Suplentes de Secretário

Senador Magno Malta

Senador Jayme Campos

Senador João Durval

Senador Casildo Maldaner

Conselho Editorial

Senador José Sarney

Presidente

Joaquim Campelo Marques

Vice-Presidente

Conselheiros

Carlos Henrique Cardim

Carlyle Coutinho Madruga

Raimundo Pontes Cunha Neto

.....
Edições do Senado Federal – Vol. 130

MEMÓRIAS SECRETAS DE D. CARLOTA JOAQUINA

*Tradução revista, anotada e prefaciada por
R. Magalhães Júnior*

D. José Presas



Brasília – 2013

EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL
Vol. 130

O Conselho Editorial do Senado Federal, criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997, buscará editar, sempre, obras de valor histórico e cultural e de importância relevante para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil e reflexão sobre os destinos do país.

Projeto gráfico: Achilles Milan Neto
© Senado Federal, 2013
Congresso Nacional
Praça dos Três Poderes s/nº – CEP 70165-900 – DF
CEDIT@senado.gov.br
[Http://www.senado.gov.br/web/conselho/conselho.htm](http://www.senado.gov.br/web/conselho/conselho.htm)
Todos os direitos reservados.

ISBN: 978-85-7018-271-5

.....

Presas, José.

Memórias secretas de D. Carlota Joaquina / José Presas ;
tradução revista, anotada e prefaciada por R. Magalhães Júnior.
2ª reimpressão – Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial,
2013.

222 p. – (Edições do Senado Federal ; v. 130)

1. Período Joanino (1808-1821), fontes. 2. Carlota Joaquina,
Rainha Consorte de D. João VI, Rei de Portugal, 1755-1830,
cartas. I. Título. II. Série.

CDD 920.72

.....

.....

Sumário

José Presas e as *Memórias secretas de Dona Carlota Joaquina*

Prefácio de R. Magalhães Junior

pág. 13

Prefácio do autor

pág. 21

CAPÍTULO PRIMEIRO

Da minha viagem ao Rio de Janeiro, e do modo
como fui introduzido naquela Corte

pág. 27

CAPÍTULO II

Correspondência epistolar que S. A. R. a Sereníssima Senhora
Dona Carlota Joaquina de Bourbon entabulou em 1808 com
as autoridades espanholas que administravam as cidades
e povoações da América

pág. 34

CAPÍTULO III

A princesa ordena-me que lavre a convocatória de Cortes, que
desejava celebrar logo ao chegar a Buenos Aires

pág. 39

CAPÍTULO IV

Da chegada da fragata *La Prueba* ao porto do Rio de Janeiro, e
dos acontecimentos que tiveram lugar durante sua
permanência nessa localidade

pág. 44

CAPÍTULO V

Reclamação da princesa a seu augusto esposo para
que este mandasse voltar o enviado que despachara para Buenos Aires
pág. 49

CAPÍTULO VI

Convite feito pelo almirante Sir Sidney Smith à princesa,
para que fosse merendar em sua casa de campo.
pág. 53

CAPÍTULO VII

Regalo que faz a princesa ao contra-almirante Sir Sidney Smith
pág. 56

CAPÍTULO VIII

Chegada da delegação espanhola que a Junta Central enviou a S. A. R.
o Príncipe Regente de Portugal no Brasil, e do que ocorreu com o
marquês de Casa-Irujo na qualidade de ministro
plenipotenciário de S. M. C. Fernando VII
pág. 59

CAPÍTULO IX

Acontecimentos particulares e relativos aos interesses dos
espanhóis que ocuparam a atenção da princesa
pág. 65

CAPÍTULO X

Sistema de perseguição estabelecido pela princesa contra
os agentes dos revolucionários de Buenos Aires
pág. 72

CAPÍTULO XI

Oposição que fez a princesa ao casamento de sua filha a princesa da Beira, com o infante de Espanha Dom Pedro Carlos

pág. 83

CAPÍTULO XII

Dos encargos particulares que me deu a princesa para o serviço de sua real pessoa

pág. 86

CAPÍTULO XIII

Da índole e caráter que manifestou com a idade de oito anos o sereníssimo infante D. Miguel, atual rei de Portugal

pág. 90

CAPÍTULO XIV

Das medidas que adotou S. A. R. a princesa, para abafar no nascedouro, a revolução de Buenos Aires

pág. 93

CAPÍTULO XV

Dos auxílios com que a princesa socorreu a praça de Montevidéu

pág. 97

CAPÍTULO XVI

Meios que empregou a princesa para ocupar, na qualidade de regente, o trono de Espanha

pág. 105

CAPÍTULO XVII

Continuação da matéria de que trata o capítulo anterior

pág. 120

CAPÍTULO XVIII

Notas que S. A. R. o Príncipe Regente, por conselho de seu ministro Conde de Linhares e de Lord Strangford, sugeriu a sua augusta esposa, e refutações com que esta respondeu ao mesmo Príncipe

pág. 124

CAPÍTULO XIX

Objetivos e desígnios que teve a Inglaterra em 1811, a respeito de Espanha e Portugal

pág. 130

CAPÍTULO XX

Esforços do governo inglês para que o Príncipe Regente de Portugal me afastasse do serviço de sua augusta esposa, e me fizesse sair do Rio de Janeiro

pág. 138

CAPÍTULO XXI

Recompensa com que a princesa remunerou meus serviços, e auxílios que me subministrou para a viagem a Cádiz

pág. 144

CAPÍTULO XXII

Minha chegada a Gibraltar, e motivos que me impediram executar integralmente a comissão que me confiara a princesa

pág. 148

CAPÍTULO XXIII

Viagem de Gibraltar a Cádiz. O que ali fiz para dar execução às ordens da princesa: minha nomeação para oficial da secretaria de Estado, Graça e Justiça

pág. 150

CAPÍTULO XXIV

[Sem Título]

pág. 154

CAPÍTULO XXV

A regência do reino tira-me o lugar de oficial da secretaria de Mercês e
Justiça, e me nomeia contador principal da província de Granada

pág. 159

CAPÍTULO XXVI

Impontualidade da princesa em realizar o pagamento
de minhas mesadas

pág. 168

CONCLUSÃO

pág. 181

14 cartas originais pertencentes ao Arquivo Nacional

pág. 189

Cartas já impressas

pág. 199

Manifesto de Dona Carlota Joaquina candidatando-se ao
trono da América Espanhola

pág. 205

ÍNDICE ONOMÁSTICO

pág. 215

.....

José Presas e as Memórias Secretas de
Dona Carlota Joaquina

R. MAGALHÃES JÚNIOR

AS MEMÓRIAS SECRETAS DE DONA CARLOTA JOAQUINA de José Presas constituem um dos livros mais pitorescos e mais ricamente informativos que se escreveram sobre o período regencial do Brasil.

Essa obra, verdadeira raridade, que poucas bibliotecas atualmente possuem, nas suas duas únicas edições, uma tirada em Bordeaux, em 1830, na casa impressora Carlos Lawalle & Sobrinho, e outra em 1858, na Imprensa “El Comércio”, de Montevideú, é citada unicamente por todos os historiadores que se ocuparam daquele importante período da nossa história ou da intriga desenvolvida pela princesa do Brasil para se apossar da coroa de rainha do Prata, em detrimento dos interesses de seu próprio irmão, o rei Fernando VII, da Espanha.

Para alguns historiadores, como, por exemplo, Oliveira Lima, essa obra deve ser examinada sob prudente reserva. O depoimento de Presas é apaixonado e injusto, sem dúvida, em muitos passos. Isso, porém, não invalida a larga soma de informações que o livro possui sobre uma série de fatos e episódios que interessam à história. Para outros, porém, o testemunho de Presas é “digno de fé, merecedor de crédito”. A julgar pela opinião da própria Carlota Joaquina, seu secretário “deve merecer inteira fé”, diz

o sr. Tobias Monteiro, em sua nota à sua *História do Império (Elaboração da Independência)*, página 70, procurando dar forças a essa opinião com a transcrição da carta em que a princesa, recomendando-o a Fernando VII, dizia que era ele “desprovido de toda mentira e lisonja”. Não pode, porém, prevalecer esse julgamento de Dona Carlota sobre a atitude futura de José Presas. A princesa o teria, com toda certeza, reformado totalmente... Preferimos, neste passo, a opinião de Oliveira Lima, que muito aproveitou, na sua obra *D. João VI no Brasil*, os subsídios de Presas. Podemos dizer, sem nenhum erro, que o retrato moral e físico da princesa, nessa obra se baseia quase que exclusivamente nos apontamentos das *Memórias secretas de Dona Carlota Joaquina*, também utilizados, em maior ou menor escala, em *Duas grandes intrigas*, de Alfredo Varela; *A Corte de Portugal no Brasil*, de Luís Norton; *Carlota Joaquina*, de César da Silva; *A Corte no Brasil*, de A. C. d’Araújo Guimarães; *Carlota Joaquina*, de Assis Cintra; e *D. João VI no Brasil*, livro de Luís Edmundo que está sendo publicado fracionadamente na imprensa.

Quem era esse singular personagem, que surgiu inesperadamente no Rio de Janeiro e se ligou, de tal forma, à história do período regencial no Brasil? São poucos os vestígios que deixou José Presas de si mesmo nos arquivos e bibliotecas. Os dicionários biográficos nada dizem sobre a sua existência, seu nascimento, sua origem, suas obras, sua morte. Omissão completa e inexplicável. Pouco conseguimos apurar sobre esse misterioso espanhol, hábil intrigante, arguto observador dos acontecimentos políticos, homem de muito engenho e habilidade, capaz de encher de sonhos vãos a cabeça da infanta D. Carlota, servi-la, enquanto possível, como secretário e homem de confiança e, em seguida, ainda obter, por sua real mercê, uma boa sinecura na Espanha, além da promessa de uma gorda pensão... O não pagamento dessa pensão foi a origem deste curioso livro, cheio de encarecimento dos serviços prestados e de ameaças de escândalo, caso não fosse o autor pago dos atrasados de dezessete anos de completo olvido...

Do pouco que se sabe ao seu respeito, consta o seu lugar de origem, a Catalunha. Meninote, ainda, José Presas fora para Buenos Aires, onde se educou sob os cuidados de seu tio e protetor, D. Francisco

Sálvio Marull, que o internou, por sua conta, no Real Colégio de São Carlos. Terminado o curso de humanidades, Presas cursou a Universidade de Charcas, onde obteve o título de licenciado em leis. Estabeleceu-se, então, por conta própria, em Buenos Aires, com banca de advogado, fazendo-se chamar, de então por diante, Dr. Presas. Quando a Inglaterra, tomando represálias contra a atitude política da Espanha em face de Napoleão, fez invadir Buenos Aires, Presas se declarou pelo partido inglês, convencido de que a dominação britânica era um fato consumado. Ao verificar-se a reconquista de Buenos Aires, com Don Santiago Liniers à frente, Presas foi preso como traidor, conseguindo, no entanto, fugir para o Rio de Janeiro. Nas *Memórias secretas de Dona Carlota Joaquina* o ardiloso catalão omite, por completo, esses interessantes detalhes...

A maneira pela qual chegou ao Rio e se colocou ao serviço da princesa, ele próprio no-la relata nesse trabalho. J. M. Rubio, na sua obra *La infanta Carlota Joaquina y la política de España en América*, dá-nos algumas notas sobre as atividades de Presas: “Sua atuação como secretário de Dona Carlota mereceu sempre lisonjas por parte desta, que apreciava e reconhecia nele as qualidades necessárias para o desempenho de sua difícil missão. Merecia absoluta confiança da princesa. Pode-se dizer que foi ele quem conduziu sobre os ombros o pesado encargo de todas as negociações a fim de realizar os propósitos da infanta, tendo ativa correspondência com os partidários de sua senhora e com vice-reis e demais autoridades coloniais. O marquês de Casa Irujo lhe imputa o fato de haver protegido no Rio de Janeiro os perseguidos pelo vice-rei de Buenos Aires. Isso, se realmente prejudicava os interesses da Espanha, favorecia os da princesa, posto que muitos desses perseguidos eram partidários seus. Por sua mediação, foram enviados importantes auxílios para Montevideú, sendo, para isso, burladas as intrigas de Lord Strangford. Apesar das censuras dos historiadores argentinos à conduta de Presas, devemos reconhecer nele grande habilidade para a intriga e excelente perspicácia para observar as questões políticas. Esses dons representam o motivo que influi para que o embaixador inglês obtivesse, em 1812, a separação de Presas da princesa, seguindo ele para a Espanha no “desempenho de missão especial”.

Sua vida, anos mais tarde, na Espanha, teve lances de certa sensação. Resolveu o ex-secretário de Dona Carlota Joaquina fazer-se publicista,

contribuir com a sua opinião para o esclarecimento das questões políticas e entrou logo a guerrear o absolutismo. Seu primeiro livro, impresso na casa Carlos Lawalle Sobrinho, em Bordeaux, circulou em 1817 e despertou grande celeuma, sendo proibido por decisão das autoridades policiais.

Aludindo a esse panfleto, cujo autor mereceria, no seu entender, pena de açoites, senão mesmo de fuzilamento, disse o alcaide de Madri, D. Julian Cid y Miranda:

– Se Presas cai em meu poder, em menos de três dias eu o terei mandado à Plaza de la Cebada...

Era o lugar em que os inimigos da realeza pagavam pela sua audácia. Presas teve, porém, a prudência de fugir para a França...

Esse livro não era outro senão a “Pintura de los males que ha causado a la España el gobierno absoluto de los últimos reinados y de la necesidad del restablecimiento de las antiguas cortes por estamentos, o de una Carta Constitucional dada por el rey Fernando”.

Além desse livro e destas *Memórias secretas de Dona Carlota Joaquina*, escreveu Presas um *Juicio imparcial sobre las principales causas de la revolución de la América Española, y acerca de las poderosas razones que tiene la Metropoli para reconocer su absoluta independencia*, um “Proyecto sobre el nuevo método de convocar las antiguas cortes de España, conforme a las leyes fundamentales de la monarquía, y arreglado a las luces y circunstancias del día”; um panfleto político, *Filosofía del trono y del altar del imperio y del sacerdocio*, a que se seguiu outro: *El triunfo de la verdad*; e, por fim, uma *Cronología de los sucesos más memorables ocurridos em todo el ámbito de la monarquía española, desde el año 1759 hasta 1836, este editado na Imprenta de M. Calero, em Madri, em 1836*, ao passo que todos os demais foram impressos em Bordeaux.

Imprimiu também, em 1815, antes de qualquer outro livro, uma “Representación que eleva al Rey Nuestro Señor D.Fernando VII”, por motivo “das perseguições que sofreu em Granada, onde foi contador provincial, por parte de vários empregados por ser ligado à família reinante e, especialmente, à princesa do Brasil, de quem fora secretário”.

Em *El triunfo de la verdad*, publicou o ex-secretário de Dona Carlota as cartas de Fernando VII a Napoleão Bonaparte, escritas em Va-

lençay e nas quais o fraco soberano espanhol, num deplorável excesso de bajulação e covardia, felicitava o poderoso imperador dos franceses, usurpador de sua coroa e dos seus domínios, pelas brilhantes vitórias militares alcançadas... Esse livro se caracteriza, sobretudo, pela polêmica com o abade de San Juan de la Pena, defensor do absolutismo e de Fernando VII.

Qual o intuito de José Presas escrevendo as *Memórias secretas de Dona Carlota Joaquina*?

Na verdade, o aventureiro catalão só teve em mira cobrar-se dos seus serviços como secretário particular e fomentador da intriga do Prata. Escreveu esta obra com o intuito premeditado de fazer revelações indiscretas e dar a entender à então rainha viúva de Portugal que poderia ir mais longe ainda, relatando por miúdos fatos a que faz alusões veladas e remotas. Em suma: tentava uma chantagem em grande estilo contra a antiga senhora e ama, cujas veleidades políticas animara, a fim de melhor fazer valer os seus serviços e justificar a permanência a seu lado.

Época pitoresca era essa, em que os reis e rainhas colocavam acima do seu poder pessoal o seu confessor, temerosos de uma omissão, punível pela justiça divina, a ponto de escreverem suas “confissões completas” que, imprudentemente, deixavam ao alcance dos seus áulicos, capazes de comerciar com esses segredos, exigindo dinheiro em troca de silêncio!

A parte final do livro de Presas, a conclusão, o arremate dessa obra que seria um simples pano de amostra, uma indicação do muito que ele sabia e do quanto seria perigoso deixar a rainha de atendê-lo, insinua com tanta arte e habilidade quando era possível em tão escuso negócio a premeditada chantagem: “Medita também sobre as fatais conseqüências que lhe poderia ter acarretado, pondo em mãos do próprio príncipe (D. João) a confissão geral que, involuntariamente, e por esquecimento, me entregou”...e que “devolvi, como devia, com os demais papéis, SEM DAR-ME POR ENTENDIDO DE QUE A HAVIA VISTO E LIDO”, etc. Finório como era, se naquela época já estivessem em uso as cópias fotostáticas, Presas teria, sem dúvida, muito inocentemente, tirado “fac-símile” das confissões de Dona Carlota, como por certo havia tirado cópia manuscrita dos trechos mais comprometedores...

Adiante, como verão os eleitores a seu tempo, alega Presas, para justificar o desprimor da sua atitude, que “devia LANÇAR MÃO DE QUALQUER RECURSO para que, pelo menos, se conheça a justiça que me assiste”...

Queixando-se da ingratidão da princesa, alegando sempre estar na posse de outros segredos, ainda mais importantes, Presas indicava o meio pelo qual Dona Carlota facilmente conjugaria o perigo de tais revelações, inconvenientes numa época em que seu filho dileto, D. Miguel, se encontrava como rei absoluto no trono de Portugal, usurpado a D. Maria da Gloria: “Uma pequena resposta, ACOMPANHADA DE UMA LETRA DE CÂMBIO DE MODESTA QUANTIA, teria sido suficiente para que eu me calasse” – diz cinicamente o aventureiro.

Presas não foi, todavia, afortunado nesse lance. Bem sabia ele que, na época em que escrevia o livro, Dona Carlota estava endividadíssima, uma vez que empenhara quase todos os seus haveres nos manejos destinados a manter D. Miguel no trono – de que viria ele a ser arrancado pelo próprio irmão, o ex-imperador do Brasil, que passaria à história de Portugal sob o nome de D. Pedro IV. Em todo caso, ameaçada de um escândalo ainda maior, a rainha viúva devia fazer todos os esforços possíveis para responder com “uma letra de câmbio”, na medida dos desejos de Presas. O ex-secretário da infanta viu, porém, sair-lhe o trunfo às avessas. Precisamente na época em que imprimia o livro em Bordeaux – início de 1830 – a rainha viúva entregava a alma ao Criador, sem ter tido o dissabor de ler as desairosas referências de Presas a seu respeito.

Morria depois de ter-se confessado beatamente ao religioso beneditino Frei João de São Boaventura – (“ hay siempre um frayle!” – teria dito Presas) – que o limpou de todas as culpas e ainda lhe fez um necrológico altamente encomiástico... Morria ainda em dívida para com o ex-secretário e deixava nomeado o filho querido, D. Miguel, seu herdeiro universal, incluindo entre os bens que ao então rei pertenceriam a Quinta do Ramalhão, de tão célebre memória...

Presas deve ter lastimado o tempo, o papel e os gastos da impressão, em vão sacrificados em obra tão improdutiva...

O aventureiro espanhol nem por um instante pensou em “servir à história”, como alardeavam quase todos os memorialistas de outrora. Teve em mira apenas a defesa dos seus interesses e o desafoço de sua bolsa

de exilado político. Por certo, Maria Graham não pensou também que seu *Jornal de viagem ao Brasil*, as notas e os desenhos com que ia enchendo o seu caderno de viajante curiosa e atilada, viriam a ter a importância que hoje têm para levantamento do panorama da corte brasileira e da sociedade do Rio de Janeiro, dos usos e costumes da cidade no tempo de D. Pedro I. Essas notas, no entanto, tal como as de Presas sobre os acontecimentos de 1809 a 1812, foram hoje uma fonte cujo exame é indispensável aos que estudam a vida brasileira no princípio do século passado.

A Coleção Depoimentos Históricos, com a presente edição, põe o livro de Presas, – que tem servido para documentar toda uma série de obras sobre o período regencial de D. João VI e a intriga platina, – ao alcance de todos os leitores, na ampla divulgação a que faz jus esse depoimento que, até aqui, só podia ser consultado com permissão especial do chefe da seção de “livros reservados” ou do diretor da Biblioteca Nacional, apenas em certas horas do expediente, o que não está senão ao alcance de insignificante minoria de leitores. E, lançando esta edição, presta, por isso mesmo, um serviço de inestimável valor a todos quantos se interessam pelos assuntos históricos e procuram projetar um pouco de luz sobre o nosso passado.

.....

Prefácio do Autor

“Il n’est point de secrets que le temps ne revele.”

RACINE – *Britannicus*

SE NÃO É COISA NOVA, tampouco é inútil ou desagradável, apresentar ao público os acontecimentos do passado.

A falta de liberdade que oprimia e ainda oprime a Península Ibérica, sem que possam seus naturais nem pensar nem escrever, fez com que ficasse até agora desconhecida a história da vida pública e privada da atual rainha de Portugal, D. Carlota Joaquina de Bourbon.

A liberdade é a alma da história. Só com ela se pode julgar imparcialmente os príncipes, os povos e os homens de estado. Mas quem pretender escrever sobre assuntos tão respeitáveis deve apresentar ao público os fatos comprovados por documentos que conduzam o leitor pelo caminho da verdade, habilitando-o a fazer uma idéia exata do que se pretende expor e a formular depois, com segurança, o juízo a que o conduzir sua própria convicção. Para chegar a este resultado nestas memórias, não me servirei de discursos estudados nem de narrações fantasiosas. Referirei unicamente as cousas tal qual pessoalmente as presenciei, tomando parte em muitas delas em cumprimento de ordens da rainha quando era princesa regente, tarefa de minha competência, na qualidade de seu secretário particular.

Creio que nada pode dar a conhecer com mais fidelidade a rainha do que a publicação de suas cartas e bilhetes, escritos todos do seu

próprio punho. Por suas expressões melhor do que por minhas palavras poderá julgar o leitor de seu caráter, de suas maneiras, de suas afeições, porque na intimidade é que todos nós manifestamos com franqueza nossas paixões.

Incluirei também no corpo desta obra várias cartas e notas que a rainha dirigia a seu augusto esposo para tratar e resolver os assuntos mais interessantes acerca dos direitos eventuais em que se fundara para reclamar a Coroa de Espanha, na falta de seus augustos irmão, e exporei também as várias solicitações feitas pelo mesmo príncipe regente de Portugal, a fim de obter os recursos de que carecia para sustentar os mesmos direitos em toda América Espanhola.

A conduta que seguiu o gabinete britânico, opondo-se sempre às pretensões desta senhora no sentido de ocupar a regência da Espanha em 1810, constituirá outro dos assuntos destas memórias.

As notas diplomáticas reservadas dos embaixadores de Inglaterra e de Portugal acerca do governo de Cádiz, e as do conde de Funchal, embaixador também de Portugal junto à Corte de Londres, pelas quais transmitia ao governo do Brasil o resultado das conferências secretas que naquela época tinha com o marquês Wellesley, primeiro-ministro de Estado, denunciaram claramente o sistema pelo qual pretende a Inglaterra governar sempre Portugal, mantendo-o permanentemente debaixo de sua tutela.

Finalmente, farei uma exposição dirigida a S. M. a rainha, constituindo um resumo de toda a obra, e por ela poderá o leitor, mediante um único golpe de vista, recordar todas as idéias e passagens mais notáveis, e julgar o que pode fazer Dom Miguel e o que de bem pode esperar Portugal de seu atual soberano, de quem darei também uma sucinta idéia, durante o tempo em que esteve dirigido e dominado por sua mãe, a atual rainha viúva.

Ainda que sejam muitas as cartas e bilhetes que apresentarei aos meus leitores, outros que ainda não constam desta obra conservarei em meu poder, porque não julguei conveniente divulgar aquilo que o público não necessita saber. Não omitirei, todavia, a transcrição de outras duas cartas nas quais esta princesa ridiculariza a conduta dos reis, a pessoa do atual duque de Orleans, e manifesta particular satisfação pela morte de seu

primo, o infante D. Pedro Carlos, porque considerava estas duas personagens como pretendentes à regência da Espanha, que ela com tanta ânsia cobiçava...

Tais são, em suma, os assuntos que tratarei nestas memórias.

A narração é tão fiel e imparcial, que não haverá quem possa contestar um fato, não só dos que constam dos documentos justificativos que as ilustram, como também dos que se baseiam na fé que merecem pessoas ainda vivas e respeitáveis que presenciaram alguns deles, ou a seu respeito têm informação de fonte segura...

MEMÓRIAS SECRETAS DA
PRINCESA NO BRASIL

.....

Capítulo primeiro

DA MINHA VIAGEM AO RIO DE JANEIRO, E DO MODO COMO FUI INTRODUZIDO NAQUELA CORTE

*E*M COMEÇOS do ano de 1808, precisando voltar da América do Sul para Espanha, embarquei-me num bergantim português que partia de Buenos Aires para a costa do Brasil com destino ao porto da vila de Santos. Foi ali que tive a primeira notícia de que os exércitos francês e espanhol tinham invadido Portugal, e de que o general Junot, comandante do primeiro, se havia apoderado de Lisboa, sem ter conseguido impedir a fuga da Família Real, que, sob a proteção e guarda da esquadra inglesa, capitaneada pelo contra-almirante Sir Sidney Smith, se refugiara em seus Estados do Brasil. Ao mesmo tempo que os franceses se assenhoreavam de Lisboa, os espanhóis, às ordens do general Tarauco, ditavam leis na opulenta e importante cidade do Porto, e, operando ambos os exércitos com estreita aliança, tinham subjugado toda a Lusitânia, oprimindo extraordinariamente a todos os habitantes com o peso insuportável de uma guerra injusta e assoladora.

O auxílio, que o governo da Espanha prestava com tanta generosidade aos projetos do imperador Napoleão nesta empresa, comprometeu a segurança pessoal de todos os espanhóis, que na ocasião se achavam nos domínios sujeitos ao príncipe regente de Portugal, o qual, pelas conseqüências de uma justa represália, não podia deixar de considerar como inimigos os súditos espanhóis.

Essa a sorte que me era lícito esperar desde que pusesse o pé em terra no porto de Santos. Não obstante, nenhum estorvo ali sofri, quer de parte do governo, quer da polícia.

O bergantim atingira, em sua rota, o ponto em que me era forçoso abandoná-lo para continuar a viagem, e, aproveitando um cúter inglês, única embarcação que havia no porto, segui caminho até o Rio de Janeiro. Previa o risco iminente que corria de ser considerado prisioneiro de guerra. Por outro lado, porém, não podia por mais tempo permanecer estacionado na vila de Santos, onde podia passar-se um ano sem que arribasse navio nacional ou estrangeiro.

Com três dias de navegação fundeamos na baía do Rio, e logo tivemos a visita regulamentar. Informado o seu chefe, da minha procedência, voltou imediatamente a participar ao Governo minha chegada. Pelas providências que este tomou, vim saber que se dava à minha pessoa grande importância, pois que no mesmo momento fui mandado chamar pela própria falua da visita, e conduzido por um ajudante-de-ordens perante o general comandante da praça, o qual, depois de amplo interrogatório, me despediu com a única ressalva de não sair da cidade sem expressa permissão sua.

Com semelhante disposição, confirmaram-se meus receios e previsões, e vi-me reduzido, na minha opinião, à triste sorte de prisioneiro. Assim permaneci coisa de um mês, até que se apresentou, com dois navios de linha e outras embarcações menores, o contra-almirante Smith, que tendo recomendado a seu imediato, o comodoro Moor, que escoltasse a Família Real de Portugal até o Rio de Janeiro, ficara cruzando diante de barra do porto de Lisboa, a fim de observar e tomar conhecimento das operações do general Junot e compenetrar-se dos objetivos e planos que este formava acerca de Portugal.

Dois dias depois da chegada do contra-almirante Smith, este me mandou, por intermédio do seu ajudante-de-ordens, sr. Carol, solicitar

instantaneamente tivesse a bondade de ir a bordo do seu navio, sem nada adiantar-me quanto ao objeto da entrevista que desejava.

Mais a necessidade que a curiosidade decidiu-me a comparecer perante Sir Sidney Smith, que me recebeu, na antecâmara de seu navio, com uma amabilidade e cortesia pouco comum em pessoas de sua carreira e categoria, ainda mais quando estão dominando, de suas fortalezas marítimas, a todos que encontram em seu caminho, ou nos lugares em que têm arvorado seu pavilhão, atitude que, geralmente, deixa de ser ameaçadora, para converter-se em fulminante. Depois de feitos os primeiros cumprimentos, ofereceu-me uns periódicos para que me entretivesse com sua leitura enquanto voltava para despedir-se do núncio de Sua Santidade, Monsenhor Caleppi, que em companhia de dois portugueses tinha ido felicitar-lo por sua feliz chegada.

Livre já das visitas de cerimônia, fez-me entrar no camarote, e iniciou a conversa perguntando-me acerca da situação do Rio da Prata, a saber: a respeito da opinião pública, número de tropas, meios e recursos com que podia contar o general Liniers para sua defesa, e se, quando saía de Buenos Aires, ali se temia que voltassem pela terceira vez os ingleses a conquistá-la. Minha resposta a todos esses quesitos foi um tanto exagerada a favor do general Liniers, de quem disse ter à sua disposição uns vinte mil homens, porque, após a última derrota experimentada pelos ingleses, se engrossaria o exército espanhol com tropas mandadas vir de todas as províncias, e que o aumentariam ainda reforços que se esperavam do vice-rei de Lima. Vi, pela fisionomia de Smith, que essa notícia lhe era pouco agradável; não obstante, continuou seu interrogatório apresentando-me um plano de toda a costa do vice-reinado de Buenos Aires, para que lhe indicasse qual o ponto que, na minha opinião, era o mais qualificado e favorável a um desembarque de tropas. Respondi-lhe ser essa matéria bastante estranha a meus conhecimentos, e que, mesmo quando possuísse alguns, sempre seriam muito inferiores, por uma razão natural, ao de um chefe de primeira ordem da Marinha Real Inglesa. Sorriu com a resposta; e disse-me, então, francamente, que o objetivo de sua vinda era o de tentar, pela terceira vez, a conquista de Buenos Aires, para a qual se estava preparando uma grande divisão nos portos da Inglaterra. Já se passara algum tempo nessa conversação, e julgando ter

satisfeito seus desejos, quis despedir-me, mas instou muito comigo para que o acompanhasse a jantar.

Os ingleses costumam servir-se da mesa para arrancar dos convivas o que convém a seus interesses. Nessa ocasião, tinha de agir com a maior circunspeção, para ficar sempre senhor de mim mesmo e medir bem as palavras. O contra-almirante, porém, durante o tempo todo que durou a refeição, conversou sempre, em regular castelhano, sobre cousas indiferentes, amenizando a conversa com alguns contos e anedotas engraçadas, que realmente me tornaram agradáveis aqueles momentos. Por ocasião da despedida, e depois de apresentar-me seus respeitos, disse-me que desejava ter outro encontro comigo, e que me mandaria chamar quando suas ocupações lho permitissem.

Passados oito dias recebi, pelo mesmo ajudante, outro recado para avistar-me novamente com Smith, o que fiz imediatamente. Após as saudações do costume, participou-me ele que combinara com a S. A. R., o príncipe regente do Brasil, onde nada me faltaria à subsistência. Para isso, porém, teria de receber ordens e meios de transporte dentro de alguns dias.

Por felicidade minha, poucos dias após esta última entrevista, entrou um pacote inglês com a notícia oficial de que a Inglaterra, em vista das informações mandadas ao seu ministério por lord Collingwood, almirante da esquadra que naquela época se achava cruzando nas águas do Guadalquivir, resolvera cooperar eficazmente em defesa da justa causa da Espanha, e que, para esse efeito, já distribuía à Junta Suprema de Sevilha e a outras províncias alguns auxílios em armas e dinheiro, e que se estavam prestando tropas em vários portos de Inglaterra para auxiliá-la.

Mal se inteirara Sir Sidney Smith da correspondência que acabava de receber, quando me mandou chamar. Suas primeiras palavras foram para felicitar-me pela futura liberdade da Espanha. Disse-me, porém, que, para ser realizado esse ideal, era necessário que todos os bons espanhóis cooperassem cada qual com o que pudessem para a justa causa de sua pátria, causa que a Grã-Bretanha tomara sob sua poderosa proteção.

– Mesmo assim tão afastado do seu país natal – disse-me o contra-almirante – pode ser aqui muito útil, e combater tão eficazmente como se se achasse nas primeiras linhas, pelejando na Espanha contra os que com

tanta injustiça acabam de invadi-la, levando a toda a parte a desolação, os estragos e a morte, e cobrindo de luto a todas as famílias que descansavam confiantes na boa fé dos tratados repentinamente rompidos, sem razão nem motivo, por seu antigo aliado Napoleão. Entre os papéis que me trouxe o paquete (continuou o mesmo Smith), recebi as proclamações da junta de Sevilha, mais outros de diversas partes da Espanha. A América Espanhola carece de notícias, e acha-se ignorante de tudo o que se passa na península: convém instruí-la de tudo, esclarecer-lhe o sentido dos acontecimentos, e exortá-la a manter-se fiel à causa da metrópole. É missão de grande importância nesse momento e que só V. S. pode desempenhar satisfatoriamente. Pedirei hoje mesmo, à noite, ao Príncipe Regente, que dê suas ordens para que, sob a direção de V. S. se reimprimam os documentos espanhóis mais importantes, para remetê-los, com um navio da minha esquadra, ao vice-rei de Buenos Aires e outros pontos da América do Sul. Desde o momento que conheci V. S. capacitei-me de que tinha pela frente um bom espanhol, e, por conseguinte, considerei-o um inimigo terrível para a comissão que então tinha de meu governo. As circunstâncias, porém, mudaram completamente, e o motivo por que sua presença não era tolerável no local em que me competia realizar as intenções de meu governo, é agora justamente o que mais me recomenda sua pessoa. Sejamos, pois, amigos de hoje em diante; trabalhemos de acordo para alcançarmos o objetivo comum.

– Excelentíssimo Senhor, – respondi-lhe, – a comissão com que V. Exa. me honra fá-lo credor de minha sincera gratidão, em vista dos bons ofícios com que se digna sustentar a justa causa de minha pátria. Procurarei desempenhar-me dela rigorosamente, com toda eficiência de que forem capazes meus poucos conhecimentos, e, se tiver a felicidade de realizar os desejos que acaba de manifestar-me, ficarei satisfeito por ter cumprido os deveres de um verdadeiro espanhol.

No dia seguinte recebi um ofício do diretor da Imprensa Régia, em que me participava que S. A. o Príncipe Regente se dignara pôr à minha disposição duas prensas para reimprimir, com toda a urgência, as publicações espanholas que julgasse dignas de veicular a todas as autoridades de S. M. B. na América do Sul.

No mesmo dia, sem perder tempo, apresentei três proclamações, sendo uma delas a primeira que publicou a Junta Suprema de Sevilha,

as quais foram imediatamente remetidas, por ordem de Sir Smith, com um navio de guerra de S. M. B., ao vice-rei Liniers. Procedi sucessivamente à reimpressão dos demais papéis públicos que iam chegando, e, dando-lhes tanta circulação como aos anteriores, logrou-se com eles instruir e entusiasmar, em favor da justa causa da Espanha, a todos os habitantes da América, que depois, com seus importantes donativos, deram provas bem eloqüentes da grande impressão que lhes deixara no espírito a notícia que se lhes comunicara.

As circunstâncias, porém, em que ficara a nação, exigiam trabalhos mais árduos, porque era necessário indicar aos espanhóis as pessoas que, pelas leis fundamentais da monarquia, deviam ocupar o trono da Espanha na falta do senhor D. Fernando VII e demais membros da Família Real. Convinha, pois, publicar um manifesto em que se demonstrassem os direitos eventuais da pessoa mais próxima pela ordem de sucessão. Esse papel era um documento que merecia ser elaborado com muita ponderação e energia ao mesmo tempo, tanto por sua importância, como pelas consequências que dele podiam resultar, caso viesse a verificar-se tão extraordinária hipótese. Esse negócio foi tratado em Conselho de Estado, presidido pelo próprio Príncipe Regente e nele se resolveu lançar um manifesto apresentado aos espanhóis e a todo o Universo, S. A. R. a Sereníssima Infanta de Espanha, dona Carlota Joaquina de Bourbon, como herdeira da coroa de Espanha na falta de seus irmãos.

Para lograr o objetivo que se tinha em vista convinha muito que o manifesto fosse redigido em castelhano, para demonstrar e convencer aos espanhóis da justiça com que S. A. R. reclamava os direitos eventuais que tinha à coroa de Espanha. Foi, então, que o Príncipe Regente, por intermédio de Sir Sidney Smith, me encarregou desse trabalho, que levei a cabo e apresentei em dois dias, o qual mereceu aprovação do Conselho de Estado e a confirmação do próprio Príncipe e sua augusta esposa. Sua impressão e distribuição, de que também fui encarregado, se executou com a mesma rapidez, o que me valeu o melhor conceito de SS. AA. RR. e dos secretários de Estado, que conceberam a idéia de que eu poderia ser útil e servir para o manejo de negócios de alta importância.

Naquela época, o Gabinete do Brasil, como a maioria dos da Europa, perdera a esperança de que jamais pudessem a Espanha e Por-

tugal libertar-se do domínio de Napoleão e de que este algum dia desse liberdade aos membros da família real da Espanha para repô-los no trono que lhes usurpara. Nessa convicção, ideou-se o projeto de fazer valer os direitos que S. A. R. a princesa dona Carlota tinha, de ocupar os domínios espanhóis livres de ocupação inimiga e garantidos, a qualquer tempo, por sua posição e distância, contra invasões. Tais eram todas as províncias do continente da América Espanhola e ilhas adjacentes, capazes de por si só constituírem uma vasta e poderosa monarquia. Com os manifestos que se remeteram à maior parte das autoridades da América, tanto seculares como eclesiásticas, se preparara o caminho para entabular as correspondências necessárias a fim de que S. A. R. pudesse ganhar para sua causa a opinião geral, único meio pelo qual poderia ver seus interesses realizados. As relações não se lograriam cimentar com resultados vantajosos sem o conhecimento das pessoas e situações das quais se pretendia obter plena e pacífica adesão. Persuadindo o príncipe regente de que eu poderia desempenhar essa comissão, manifestou-me pessoalmente, em uma entrevista com que se dignou a honrar-me, que teria prazer em que eu continuasse trabalhando às ordens de sua augusta esposa, sobre a matéria que constituía o objetivo do manifesto. Uma proposta para mim tão honrosa, não pude deixar de aceitar com demonstrações de sincera gratidão, e o Príncipe se dignou apresentar-me pessoalmente a sua augusta esposa na tarde que toda Família Real passou na residência do contra-almirante Sir Sidney Smith, situada nas alturas do castelo do Rio de Janeiro. (morro do Castelo?)

No dia imediato fui a Palácio para receber ordens da Princesa, e conferenciar sobre os negócios que nos deveriam ocupar daí em diante. Foi essa a primeira vez que tive a honra de falar a sós com S. A. R., e me manifestou com muita reserva seus objetivos, que eram os de captar o afeto e adesão dos habitantes da América do Sul para, quando fosse oportuno, passar a Buenos Aires e ali reunir Cortes de acordo com os usos e costumes da Espanha.

.....

Capítulo II

CORRESPONDÊNCIA EPISTOLAR QUE S. A. R.
A SERENÍSSIMA SENHORA DONA CARLOTA JOAQUINA DE
BOURBON ENTABULOU EM 1808 COM AS AUTORIDADES
ESPAÑHOLAS QUE ADMINISTRAVAM AS CIDADES
E POVOAÇÕES DA AMÉRICA.

A PRINCESA, se bem que filha primogênita do rei Carlos IV e irmã de Fernando VII, não tinha direito, para, independentemente de especial delegação do país, mandar nem dispor de coisa alguma quanto aos domínios de Espanha, nem mesmo para imiscuir-se na direção dos negócios públicos que o povo espanhol havia reassumido quando se viu sem o rei e chefe, de quem se apoderara o imperador Napoleão, sob cujo poder gemia prisioneiro em Valença. Foi esse o motivo por que naquelas circunstâncias não podia eu aconselhar a S. A. que agisse em caráter oficial, porém sim, unicamente, a valer-se da correspondência particular e privada para manifestar seus sentimentos aos espanhóis, para auxiliá-los, ampará-los e defendê-los, na medida de suas forças e influência.

As primeiras minutas ou borradores que elaborei de acordo e por ordem da princesa, foram as cartas que se enviaram ao vice-rei de Buenos Aires, don Santiago Liniers; à Real Audiência; a don Juan Almagro, assessor do vice-reinado; a don Gregorio Funes, deão da cate-

dral de Córdoba de Tucumán; ao reverendo padre Chambo, da ordem de S. Francisco, e ao marquês de Sobremonde, vice-rei que havia sido de Buenos Aires. O conteúdo dessas cartas cifrava-se em exortá-los a se manterem fiéis e solidários com a mãe-pátria, e a defender os direitos de seu augusto irmão, Fernando VII e os de seus legítimos sucessores. Para obrigar de modo particular os ânimos das pessoas a quem eram dirigidas, dava-se a princesa ao trabalho de copiar todos os borradores que eu fazia, e para dar-lhes toda a importância que convinha se despacharam por intermédio de Don Santiago Burque, coronel que estava a serviço da Inglaterra e às ordens do contra-almirante Sir Sidney Smith, que desde sua chegada ao Rio de Janeiro se declarou protetor e defensor dos interesses e direitos da princesa, razão pela qual eu o consultava na maior parte dos negócios cuja execução depois me era confiada, como o indicam as seguintes cartas:

“Presas, remeto-te os papéis e as cartas; às das juntas¹ não pus título, porque não sei quando vens. Manda-me a carta ao vice-rei, e para Florida Blanca; na do vice-rei põe-lho, que o portador da mesma é o coronel don Santiago Borgh, que é da minha confiança, e que o mesmo de viva voz lhe transmitirá a comissão de que vai encarregado. Bem sabes que é preciso contentar a todos; e por falta de duas palavras não venhamos a desarranjar todo o trabalho. – 8 de novembro de 1808, às oito e três quartos”.

“Presas, remeto a carta de Liniers, e já estão feitas todas as que têm de ir para Buenos Aires e Montevidéu.”

“Presas, hoje às quatro da tarde recebi tua carta, com as três de Chambo: devolvo-tas para que as utilizes se te forem necessárias.

“Não me causa estranheza a chegada de Guessi, porque eu, com todos esses conhecimentos já aqui, o esperava de volta.

1 Naquela mesma época escreveu S. A. R. a todas as Juntas Supremas das províncias que se haviam constituído na Espanha, e ao conde de Florida Blanca, agradecendo-lhe o manifesto que publicou em Murcia, convidando os espanhóis a centralizar a autoridade suprema, e mostrando que a princesa do Brasil, dona Carlota Joaquina de Bourbon, era a herdeira imediata da coroa na falta de seus augustos irmãos.

“Do resto não me esqueço. – Santa Cruz² 31 de outubro de 1809. Manda-me a minuta da carta de Villota, porque não a tenho aqui e me faz falta.”

O recebimento das cartas autógrafas que S. A. R. escreveu produziu nos espíritos dos indivíduos que se viram honrados e favorecidos por elas uma grande sensação, e desde logo se fizeram seus amigos e propensos a aderir à sua causa, de modo que em pouco tempo a opinião foi geral, e grande parte dos habitantes da província de Buenos Aires, e, particularmente os da capital, ansiavam ver posta à frente do governo a S. A. R. Assim o manifestaram nas respostas que mandaram à princesa.

O vice-rei Liniers foi o único que se esquivou com expressões vagas de cortesia e política, porque era natural que quisesse continuar no governo, para o que era estimulado pela sua querida madame Perison, que o dominava.

Passara esta mulher da ilha Maurícia a estabelecer-se com sua família em Buenos Aires, onde seu pai decaiu em pouco tempo nos negócios e comércio, circunstâncias que a obrigaram a valer-se de seus encantos naturais para sustentar o fausto e luxo com que se apresentara no Rio da Prata. O vice-rei Liniers era o único que podia, por seu grande soldo e vencimentos do primeiro cargo que desempenhava, arrostar com os gastos excessivos de madame Perison. Essa razão era bastante poderosa para que ela se opusesse a que jamais se realizassem os desejos que aqueles habitantes haviam manifestado em favor da princesa. Afinal Liniers, deixando-se levar pelas sugestões de madame Perison, e para condescender com seus afagos e carícias, cometeu vários abusos, e deu lugar a que o governo supremo da Espanha o exonerasse do poder, e a que depois disso os mesmos a quem, por influxo de sua amada, tirara do nada, elevando-os aos mais altos postos da milícia, o perseguissem por ter empunhado armas em favor da metrópole e contra o estabelecimento daquela república; e que, tendo-o capturado, o passaram pelas armas com os principais chefes que o acolitaram na empresa.

A princesa dirigira cartas do mesmo teor ao governador de Montevideú, ao cabido e a alguns particulares, entre eles ao administrador

2 Sitio real distante doze léguas do Rio de Janeiro.

daquela alfândega, Oliver, cuja influência não podia deixar de ser utilíssima e eficaz numa praça exclusivamente comercial. Era também muito conveniente captar a adesão do vice-rei do Peru e dos vassallos mais notáveis pela ilustração, poder e riqueza, e aproveitar S. A. R. a ocasião em que se apresentaram dois oficiais da Marinha Real Espanhol que passavam enviados pelo governo supremo da metrópole a servir naquele departamento; o primeiro, chamado Eugenio Cortés, natural do Chile, que depois desertou do serviço da Espanha para passar a defender a causa de sua pátria, e o outro Cerdán, aos quais se entregaram as cartas de prego, entre as quais uma destinada ao general Goyeneche, que então comandava as tropas do Peru, que com particular cuidado fora redigida, de acordo com as recomendações que a respeito me fez S. A. R., como se vê na carta seguinte:

“Presas, quero prontas as cartas para amanhã, para despachá-las por Cortés e Cerdán depois de amanhã, assim como ambas as cartas para eles, e também a de Abascal, para que eles a levem: a de Goyeneche deve ser bem redigida e ao mesmo tempo agradecida para o bom êxito de nosso negócio; as para eles devem ser honrosas e cheias de expressões que os obsequiem, assegurando-lhes que eu sempre os haverei de considerar como se fossem os primeiros dentre os espanhóis, que aqui vieram ter, e como merecem... e mande-me os nomes, porque não os sei, e também o posto; se são capitães ou tenentes, para escrever-lhes os endereços.”

Os principais desses pregos já os levava o inglês Don Frederico Donling, que seguia viagem para o porto de Calláo de Lima, a quem se deu o título de correio do gabinete de S. A. R. para desempenhar esta comissão, e a de levar outra mensagem para a Real Audiência de Chile, cuja resposta foi a seguinte:

“Senhora, a carta de V. A. R. de 11 de maio, que acaba de receber esta audiência, obriga à mais humilde gratidão, pelas afetuosas expressões com que se dignou V. A. honrá-la. Seus ministros leram com o mais profundo pesar de seu coração a cópia, que V. A. teve a bondade de enviar-lhes inclusa, as instruções dadas ao inglês pelo Dr. Saturnino Rodrigues Pena, cuja memória desejariam se apagasse da dos homens, para que não subsistisse a do mais sacrílego intento, qual é o de uma conjuração com objetivo de independência e novo governo. Tão grande é o amor e fidelidade que

manifestam todos os habitantes deste reino ao seu digníssimo soberano, o senhor Dom Fernando VII, que não pode dar-se intriga nem sedução capaz de desviar por um só momento a resolução de sacrificar suas vidas pela causa. Digne-se V. A. assim o crer; e que esta audiência fará de sua parte, quanto puder para fomentar tão justos e devidos sentimentos. Oxalá tivesse V. A. meios de comunicá-los ao nosso idolatrado monarca, seu querido irmão e senhor Dom Fernando VII, não para movê-lo a recompensas que não deseja esta audiência, mas sim unicamente para que a notícia de sua lealdade e amor, assim como das destes lealíssimos vassallos consolasse de qualquer forma as amarguras que lhe faz sofrer a mais infame das perfídias. Queira o Céu acabar de castigá-la condignamente, e restituir a seu merecido trono o rei mais amado de seus súditos, para que desse modo V. A. e a real família consigam a alegria, a que com tanta razão aspiram, e a monarquia sua maior felicidade. Estas são, Senhora, as súplicas repetidas e sinceras que dirige ao Céu esta audiência, unidos aos da prosperidade e de dilatação da preciosa vida de V. A. por muitos anos. – Santiago de Chile, 14 de agosto de 1809. Senhora, aos reais pés de V. A. R.: – José de Aldunate, Manuel de Irigoyen, Felix Francisco Baso y Berri. – À Sra. Da. Carlota Joaquina de Bourbon, infanta de Espanha e princesa do Brasil”.

.....

Capítulo III

A PRINCESA ORDENA-ME QUE LAVRE A CONVOCATÓRIA
DE CORTES, QUE DESEJAVA CELEBRAR LOGO
AO CHEGAR A BUENOS AIRES

A PRINCESA obtivera de seu augusto esposo o consentimento de passar a Buenos Aires; e nessa tenção, após haver entabulado as relações de que acabei de falar no capítulo precedente, decidiu-se a convocar Cortes pela forma e sistema que observavam os antigos espanhóis desde o século V, em que começaram a celebrar-se no tempo do rei Eurico. Com esse fito ordenou-me que escrevesse uma memória, cujo objeto era demonstrar a ordem e método de sucessão à coroa, observada por costume e por lei pela nação espanhola. Em vista desse trabalho mandou que redigisse também a carta convocatória, e combinando com S. A. em pessoa os pontos principais em que devia basear-se, comecei imediatamente a executá-la, tendo esta merecido sua aprovação. Não era, porém, como já adverti, necessário consultar e pedir opinião de Sir Sidney Smith, para cujo fim ma devolveu com a carta seguinte:

“Remeto-te o manifesto de convocação de Cortes para que o passes a limpo; mostra-o, porém, primeiro a Smith, e esta tarde, quando vierem os espanhóis quero-o já aqui para estar tudo pronto no momento em que chegarem.”

Em cumprimento da recomendação feita por S. A. passei a Smith ambos os papéis. Este, depois de tê-los examinado e mostrado também ao príncipe, devolveu-mos, escrevendo-me as duas cartas seguintes:

“*LONDRES*³, 23 de fevereiro de 1809. – Meu muito amigo Senhor Dr. Presas, recebi seu trabalho (que me parece digno de toda a minha atenção) para demonstrar a ordem e modo de suceder ao reino, que por costume e lei observa a nação espanhola. Este papel chega a tempo para ser remetido a Londres, e servirá de base ao trabalho que estou fazendo para realizar a obra que empreendemos para conservar a paz e boa harmonia nesses domínios do rei da Espanha e Índias. Subscrevo-me, com estima e respeito seu mais humilde servidor – Sir Sidney Smith.”

“18 de abril de 1809. – Senhor Dr. Presas. A vontade do príncipe, que me foi comunicada esta noite, é a de a memória em que V. S. tem trabalhado com tanto zelo e precisão, já com as adições sugeridas pelo excelentíssimo senhor conde de Galveias, seja submetida à censura do dito senhor, que, depois do exame, apresentará seu parecer a S. A. R., e receberá suas reais ordens para a impressão, sendo favorável o laudo do senhor conde, do que não duvido em vista de seus talentos e maneira de pensar quanto à interessante questão. V. A. há de ver que o príncipe se sente satisfeito em ver que a matéria tem sido bem tratada, e o trabalho está tão adiantado. Quando lho disser no fim da conversação não terá dificuldade em obter, por efeito de sua real clemência, a promessa de libertação do pobre cônego copista⁴. Junto vai a cópia. Vosso amigo e criado – Sir Sidney Smith”.

Tal era o estado em que jazia o projeto da princesa de passar a Buenos Aires para tomar posse, como regente, do governo daquelas províncias. Quando, porém, seu esposo viu que este negócio ia tomando um aspecto sério, retirou a palavra que havia dado de deixá-la ir ao Rio da

3 Assim se chamava um dos navios da sua divisão, do qual me endereçou esta carta.

4 Era este um clérigo espanhol a quem o príncipe agraciara com uma conezia na catedral de Angra, e o bispo da ilha Terceira, por sua má conduta, desterrara para o Rio de Janeiro. Achava-se preso por ordem de S. A. R. no convento dos beneditinos, e era quem me copiava os papéis reservados.

Prata. Três coisas podem ter concorrido para que o príncipe mudasse tão bruscamente de idéia e resolução: em primeiro lugar, as sugestões e intrigas dos áulicos, que sentiam irremediável sua queda desde que a princesa chegasse a gozar de alguma autoridade; em segundo lugar, a influência do ministro da Inglaterra, lord Strangford*, o qual, segundo as instruções de seu governo, devia trabalhar ativamente para realizar a independência da América Espanhola, o que não poderia conseguir estando a princesa à frente de seu governo; por último, o bem fundado receio que nutria o próprio príncipe de que sua esposa, logo que se visse senhora de Buenos Aires, levantasse um exército e marchasse sobre o Rio de Janeiro para

* Lord Strangford foi, sem dúvida, o mais brilhante diplomata do período regencial. Nascido em Londres, em 1778, desempenhava o cargo de secretário de embaixada em Lisboa, época em que ali esteve como embaixador francês o futuro invasor de Portugal, general Junot, juntamente com sua esposa, Laura Junot, duquesa de Abrantes. Esta, nas suas *Memórias*, descreve o visconde de Strangford como um homem fino, elegante, entendido em política e, além do mais, perfeito cavalheiro. Em 1806, foi lord Strangford promovido a ministro plenipotenciário e, nesse caráter, continuou a servir junto ao regente, vindo para o Brasil quando a corte portuguesa se transferiu para o Rio de Janeiro. Em 1812, deixou o Rio, onde desenvolvera forte ação no sentido de contrariar os planos da princesa Dona Carlota com o propósito de se apoderar dos domínios espanhóis do Prata, e serviu como plenipotenciário em Constantinopla e São Petesburgo, voltando, porém, ao Rio em 1828, em missão diplomática especial junto a D. Pedro I. Sobre a sua atuação na intriga do Prata, depõe Rubio (*La infanta Carlota Joaquina y la política de España en América*). O embaixador inglês nessa época foi um dos principais promotores da sublevação de Buenos Aires (para o fim de separar-se da Espanha); serviu à causa dessa revolução com uma constância a toda prova, sem desmentir-se jamais, pondo inteiramente a seu serviço seus excelentes dotes diplomáticos. Foi conselheiro do governo insurgente. A Embaixada Inglesa no Rio de Janeiro se converteu na fortaleza onde se refugiaram todos os revolucionários perseguidos do Rio da Prata. O Embaixador da Grã-Bretanha foi o escudo protetor que teve os golpes certos que Espanha e Portugal dirigiram contra a nascente República e, finalmente, opôs sempre a mais tenaz e energética obstrução a quantos projetos acarciou Dona Carlota. (Págs. 28-29.)

Lord Strangford (Percy Clinton Sidney Smythe) notabilizou-se pelas suas inclinações literárias e, em 1803, publicou *Poems from the portuguese of Camões, with remarks and notes* e uma coleção de traduções de sonetos, trovas e canções portuguesas.

despojá-lo do trono, e fazê-lo prisioneiro^{**}. Essa, a idéia que nos patenteia a princesa na seguinte carta:

“Presas. O almirante me disse que a única dúvida subsistente era sobre o que diziam, porque o mais tinha aprovado; o almirante me aconselhou, se o príncipe hesitar por causa da separação, a que o convide para acompanhar-me até Montevidéu; fui, porém, hoje falar-lhe, e o achei muito exaltado, dizendo que Sir Sidney Smith nada lhe falara a respeito das minhas cartas, que não as vira, e que Sir Sidney Smith lhe dissera ter-lhe eu afirmado que jamais, nem por pensamentos, haveria de consentir em separar-me dos portugueses; muitas coisas, enfim. Vejo as coisas mal paradas, se Sir Sidney Smith fraquejar. Tudo irá por água abaixo, e ficarei aqui odiada e, se possível, mais infeliz ainda do que já o sou. Guarda isso contigo; observa bem, e avisa-me de tudo o que souberes, para que eu fique ciente da enrascada em que querem me meter, e estimula Sir Sidney Smith para que não abandone sua empresa, e adverte-o de que o príncipe, nesses negócios, tem duas caras.”

Por esta carta, vê-se que um dos inconvenientes que notava o príncipe era a censura pública, obstáculo que, na verdade, não deve jamais paralisar as atitudes de um príncipe reinante, desde que inspiradas pela justiça. Estou quase certo, porém, de que este não passava de um frívolo

^{**} Carlota Joaquina encontrava no próprio D. João um adversário dissimulado dos seus projetos. Um dos primeiros cuidados do príncipe regente, ao chegar ao Rio de Janeiro, foi enviar ao Sul um correio com um ofício à corporação municipal de Buenos Aires, procurando preparar o terreno para incorporar ao Brasil as colônias americanas da Espanha. Nesse ofício, estava expressa a ameaça de que “se essas colônias não se prestassem a anexar-se amigavelmente ao Brasil e a gozar da felicidade que este Estado desfrutava pelo fato de possuir no seu seio o seu próprio governo, no acordo com o rei da Grã-Bretanha, seu poderoso aliado”. (Alfredo Varela, *Dois Grandes Intrigas*, capítulo II). Vê-se, assim, que a Inglaterra fazia duplo jogo, procurando obter vantagens qualquer que fosse o partido vitorioso: o do príncipe, apadrinhado por Lord Strangford, ou o da princesa, protegida pelo almirante Sir Sidney Smith. D. Rodrigo de Sousa Coutinho dirigiu também um ofício, em termos idênticos ao primeiro, ao vice-rei Liniers. A resposta do cabildo de Buenos Aires repeliu, inteiramente, a idéia da anexação, dizendo que jamais riscaria da memória tão ultrajante proposta e que “se essas ofertas sedutoras não

pretexto. O que certamente, então, impressionou e aterrou ao príncipe foi o ter escapado a sua esposa a proposição de que nunca, nem por pensamento, poderia consentir na separação dos portugueses. Isto foi o mesmo que dizer-lhe: quero governar os espanhóis, os portugueses, e por conseguinte, a ti também, caro esposo. Se para governar não fosse necessário falar, talvez que as mulheres governassem melhor que os homens.

são capazes de transtornar a fidelidade dos habitantes da América Espanhola, tampouco as ameaças podiam infundir-lhes o mínimo receio”. (Nota do prefaciador.)

.....

Capítulo IV

DA CHEGADA DA FRAGATA LA *PRUEBA* AO
PORTO DO RIO DE JANEIRO, E DOS ACONTECIMENTOS
QUE TIVERAM LUGAR DURANTE SUA PERMANÊNCIA
NESSA LOCALIDADE

A CHEGADA da fragata espanhola *La Prueba*, que vinha de Falmouth, interrompeu por alguns dias o curso dos negócios da princesa. Logo que S. A. R. se certificou por parte da Superintendência da Marinha de que na dita fragata vinham chefes destinados a Montevideu e Buenos Aires, enviou-me o seguinte aviso:

“Presas. O navio é espanhol, e traz a seu bordo o governador de Montevideu e o vice-rei de Buenos Aires; chegou de Falmouth com quarenta e tantos dias de viagem, com despachos para o príncipe e para Sir Sidney Smith. Se assim te parecer, acho que será bom preveni-los de tudo; e poderás amanhã estar aqui às oito e meia a fim de ajustarmos as medidas. 20 de novembro de 1809, às dez horas e dez minutos da noite”.

Em virtude da ordem supra fui na manhã seguinte a bordo do referido navio para informar-me, sob a aparência de uma visita de cortesia, do estado dos negócios da península e do emprego ou destino das pessoas que nele iam na qualidade de passageiros. *La Prueba* saíra antes do Ferrol, por ordem da Junta Suprema da Galícia, sob o comando do capitão

Somosa, que tinha um irmão como vogal na mesma Junta. Sua viagem a Falmouth foi com o objetivo de reparar-se. O número de oficiais era superior ao de sua locação, e a maioria deles parentes ou protegidos dos componentes da referida Junta, que tinham resolvido embarcá-los para livrá-los dos riscos da guerra. Entre eles vinha o chefe da esquadra Dom Pascual Ruiz Huidobro*, a quem parece que a mesma Junta da Galícia nomeara vice-rei de Buenos Aires. Ele, porém, anunciou-se unicamente com o título de vice-almirante, e considerando que a nomeação ou título da Galícia não seria aceito pelas autoridades do Rio da Prata, solicitou que lho fosse confirmado, ou dado novamente pela princesa, em quem ele unicamente pela conveniência que lhe poderia resultar, reconhecia haver recebido a autoridade suprema sobre todos os domínios da Espanha. S. A. R. comunicou-me imediatamente a pretensão que lhe manifestara Huidobro, perguntando-me que espécie de homem era.

– Senhora, respondi-lhe, é ele um marinheiro muito efeminado, e quando o visitei em Montevideú, sendo ali governador, sua pessoa recendia mais odores que uma perfumaria. Não é isso próprio de um verdadeiro militar. É coisa apenas tolerável em mulheres. Minha opinião é que será de grande conveniência que V. A. R. faça com que esse oficial de marinha não continue sua viagem e, pelo contrário, se lhe ponha à disposição um navio para que, em cumprimento de uma aparente comissão de V. A., regresse à Espanha, para desse modo evitar os males que Dom Pascual Ruiz Huidobro irá causar à tranqüilidade pública, e até à segurança das províncias do Rio da Prata.

* Don Pascual Ruiz Huidobro era vice-almirante da esquadra espanhola e havia sido anteriormente governador de Montevideú. Aprisionado ali pelo general britânico Whitelock em 1806, fora remetido para a Inglaterra, de onde pôde voltar à Espanha depois da insurreição que lavrou no país e que a transformou em aliada virtual da Inglaterra. Desembarcando na Galícia, a junta governativa local restaurou-o no posto que ocupava ao ser preso, apressando-se ele a regressar a Montevideú, para onde se dirigiu depois dos sucessos de que participou no Rio de Janeiro e que Presas narra neste livro, sendo-lhe, no entanto, obstado o desembarque naquela cidade. Dirigiu-se ele, por essa razão, a Buenos Aires, onde Liniers o acolheu e deu-lhe o comando da marinha. (Nota do prefaciador.)

Conformando-se S. A. R. com o meu parecer, entendeu-se naquela mesma noite com Smith sobre o modo pelo qual se poderia executar minha proposta, e convieram ambos em que Huidobro regressasse à Espanha, e que, para obrigá-lo a isso sem constrangimento, se o fizesse portador de umas mensagens para a Junta Central, que já se sabia estar instalada. Sir Sidney Smith resolvera, em serviço de S. M. B., que uma corveta de guerra passasse a um dos pontos da península. Era uma boa oportunidade para despachar Huidobro. Restava apenas fazer com que este compreendesse a intenção em que estava a princesa de ocupá-lo em matéria de grande importância para o serviço da metrópole. Recebi, para esse efeito, ordem para comunicá-la a Huidobro; nesse objetivo fui a bordo da fragata, e disse-lhe que a princesa o esperava às nove da noite, ao que condescendeu prazenteiramente, pensando que se lhe ia entregar o título de vice-rei que solicitara. Mas, no ato da entrevista, que presenciei, no momento em que S. A. R. lhe manifestou sua intenção de que regressasse à Espanha com a comissão que lhe tinha consignado, negou-se categoricamente a desempenhá-la, e àquela, a quem anteriormente tinha considerado como a única soberana da Espanha, e com poderes para nomear chefes e governadores, apeou naquele momento à categoria, para ele, de simples particular. Despediu-se bruscamente, e voltando a sua fragata, reuniu em conselho de guerra, naquela mesma hora, que seriam dez da noite, ao comandante e oficiais, aos quais participou que voltava assombrado com o que acabava de ouvir.

– Venho – disse – do palácio e, pela conversação que tive com a princesa, compenetrei-me de que esta senhora pretende, por meio de uma aparente comissão, separar-me da companhia de VV. SS., para apoderar-se depois da fragata e dela dispor para coisas de seu interesse particular, que nada têm a ver com o serviço da Espanha. Conta, para isso, com a proteção do contra-almirante Smith. Submeto à consideração de VV. SS. este insidioso projeto para que se combine e resolva a maneira de frustrar-lhe a realização; para o que não duvido que a princesa, em vista da repugnância que lhe manifestei em aceder à sua proposta, se valha, em último recurso da violência. A solução – continuou Huidobro – que no meu parecer se deve adotar, é a de aproveitar a corrente e o vento de terra de manhã, e transpor a barra sem dizer nada, nem fazer demonstração nenhuma.

Todos os vogais do conselho aprovaram essa medida, e, em vista de seu cumprimento, o comandante ordenou que se dispusesse tudo para continuar a viagem até Montevideú. Entre sete e oito horas da manhã do dia seguinte, fizeram-se de vela. Ignorando, porém, os riscos daquele porto e a força da maré, deixaram-se arrastar por ela sobre a ilha de Villegaignon, situada no meio da baía. Vendo-se já próximos a chocar-se com ela, fizeram sinal pedindo socorro, e imediatamente acorreram várias embarcações menores das esquadras portuguesa e inglesa e a reboque a conduziram para fora da barra, não a deixando senão depois de pô-la em bom caminho.

À vista do auxílio dado tão a propósito e com tanta eficácia, ficaram espantados o comandante e oficiais da *La Prueba*, e começaram a duvidar da verdade de quanto lhes dissera Huidobro; depois, se houvesse existido o projeto que ele forjara, teria sido fácilimo a Smith, que se achava a bordo da capitânia, e ao comandante da marinha portuguesa, fazer voltar a fragata ao antigo ancoradouro, e conservá-la sujeita às ordens da princesa⁵.

A ambição excessiva com que Huidobro caminhava para apoderar-se do cargo de vice-rei, levou-o ao excesso de urdir semelhante patranha, e não deixou de tramar todas as que lhe pôde sugerir sua malícia e corrupção, para ver realizados seus intentos. Frustradas, porém, completamente suas esperanças, pela oposição que encontrou no governador de Montevideú, passou-se a Buenos Aires, pouco tempo antes dessa cidade declarar-se independente da metrópole. Persuadido, então, de que, por sua graduação e conhecimentos, seria considerado pelos revolucionários como digno das primeiras funções, bandeou-se para eles, e cooperou eficazmente para implantação do sistema de independência do Rio da Prata. Os novos republicanos premiaram-lhe os serviços com a comissão de passar ao Chile, a fim de ali levar a efeito o mesmo sistema. Antes, porém, de chegar a seu destino, faleceu na cidade de Mendoza, deixando, por sua traição e perfídia, manchada a honra do Real Corpo de Marinha Espanhola, no qual, sem que seus serviços se assinalassem por nenhuma ação notável, chegou

5 Consta isto da ata do Conselho de Guerra, cuja cópia me foi remetida naquela época, de Montevideú ao Rio de Janeiro onde me achava, e outra deve existir no Ministério da Marinha da Espanha.

até o posto de chefe-de-esquadra, prêmio que só poderia caber a pessoas de maiores méritos e feitos.

A princesa, para obviar todos os males que então causou Huidobro à justa causa de Espanha, deu conta, em tempo oportuno, de tudo que se passou no Rio de Janeiro, à Junta Central, como se vê da seguinte carta:

“Presas. Recebi tuas cartas, e remeti todas as que recebi das autoridades e, junto as gazetas que consegui reunir. Manda-me as cartas escritas e com endereços para que eu as assine, porque não me sinto capaz de escrever. Será bom avisar à Junta Central para ver se se cancela essa nomeação de Ruiz e todas essas coisas. O portador espera pela resposta. – Santa Cruz, 3 de outubro de 1809.”

.....

Capítulo V

RECLAMAÇÃO DA PRINCESA A SEU AUGUSTO ESPOSO PARA QUE ESTE MANDASSE VOLTAR O ENVIADO QUE DESPACHARA PARA BUENOS AIRES

A DISCÓRDIA e dissensão que, por falta de soberano, se haviam generalizado em 1808, em todas as províncias de Espanha, teriam de ser fatais aos domínios da América. O Rio da Prata foi a primeira região que experimentou essa calamidade. A chegada do sr. Jaissenet, que de Bayonne enviara o imperador Napoleão a Buenos Aires para anunciar ao capitão-general daquelas províncias a revolução da Espanha e com ele tratar da submissão da América Espanhola a uma dinastia, suscitou contra o general Liniers (que era francês de origem) suspeitas de infidelidade, que corroboravam seus inimigos por vê-los rodeados de franceses, como eram os irmãos da Perison, e ela própria, sua dominadora*. Creram que acederia à

* Don Santiago de Liniers y Bremond, vice-rei de Buenos Aires – celebrizado pela reação que chefiou contra os ingleses, reconquistando a cidade, invadida como represália à elevação de Joseph Bonaparte ao trono da Espanha – tinha uma “parte fraca”, no dizer de Alfredo Varela. Essa parte fraca era Madame O’Gorman, que veio, aqui, citada sob o nome de Perichon. Ela era a formosa Annette, filha de Mr. Perichon de Vandeuil, antigo intendente da Ilha de França, emigrado da revolução, que veio instalar-se em Buenos Aires com a família. Casando com o irlandês com-

proposta do emissário de Napoleão, e não obstante Liniers manter-se fiel e constante ao serviço de Espanha, desconhecendo e negando-se abertamente ao reconhecimento que pretendia Napoleão, nem por isso ficaram satisfeitos e acalmados os ânimos. O governador de Montevideú, Dom Xavier Elio, procurava, por meio de seus amigos e agentes, desacreditar a conduta e fidelidade de Liniers, com o objetivo de depô-lo por meio de um levante ou tumulto popular, e ocupar seu posto que lhe cabia pela ordem de sucessão, por ser o oficial de maior graduação então existente no vice-reinado.

Ocorreu nessa ocasião um fato bastante desagradável para Liniers. Ouviram os espanhóis, da rua, que se cantava na casa de sua amante Perison uma canção contra a Espanha, acompanhada do seguinte imundo estribilho:

“A merda, à merda, os espanhóis!
Viva Napoleão!
Morra Fernando Sétimo,
A pátria e a religião!”

Semelhante desacato e desmedida insolência exasperou os ânimos dos espanhóis a ponto tal que, para apaziguá-los, se viu Liniers obrigado a mandar que sua querida e toda sua família saíssem imediatamente dos domínios da Espanha.

Tais acontecimentos não podiam deixar de chamar a atenção do príncipe regente do Brasil, cujos Estados, pela contigüidade, estavam expostos a experimentar os efeitos daquelas dissensões, razão por que quis obter uma cabal notícia daquelas ocorrências, para o que dispôs que seu marechal-de-campo Dom Joaquim Xavier Curado, que na ocasião se acha-

placente O’Gorman, a famosa Perichon tornou-se a favorita de Liniers, governando-lhe a vontade durante largo tempo. Uma filha de Liniers casou com um irmão de Madame O’Gorman, o tenente-coronel João Batista Perichon e Vandeuil. O marido de Mme. O’Gorman, em 1808, transferiu-se para Lima, deixando o campo livre a Liniers e recebendo, “como compensação três embarcações e avultados negócios em consignação”. Diante do clamor público contra a sua escandalosa conduta, viu-se Liniers, muito a contragosto, forçado a desterrar a amante, que veio instalar-se no Rio. (Nota do prefaciador.)

va na província do Rio Grande, passasse a Buenos Aires. Essa resolução foi tomada sem conhecimento da princesa; e, como olhava ela já para aqueles domínios como seus, considerou este passo, dado pelo príncipe, como um ultraje que alterou de modo extraordinário seu real ânimo.

Quando S. A. R. me transmitiu essa notícia, isto é, antes de começar o despacho daquele dia, começou sua relação com uma série de imprecações contra seu real esposo, que me deixaram atônito. Acalmada já um pouco com essa espécie de desafogo, comecei por dirigir-lhe mil reflexões tendentes todas a desculpar um tanto ou quanto ao príncipe, e a manifestar-lhe que não era aquele fato de molde a incomodá-la tanto; que S. A. R. devia tranqüilizar-se para que o pudéssemos tratar com o conhecimento que traz o sossego e a prudência, e resolver depois de ouvir-me o que lhe parecesse. Sossegou, efetivamente e, após ouvir-me, concordou em que eu redigisse uma nota que, copiada de sua própria mão, foi mandada ao príncipe. Era do teor seguinte:

“Sereníssimo príncipe regente. – O estado e discórdia dos chefes e algumas autoridades de Buenos Aires e Montevideú é tal como a apresto à sua real consideração por meio da proclamação junta, feita pelo vice-rei daquela capital⁶.

“Nela verá também quão suspeitosa é a conduta de seu marechal Dom Joaquim Xavier Curado para com o governo e povo de Buenos Aires. Quando solicitei de V. A. R. seu consentimento para passar àqueles domínios sem outro fim senão o de diminuir tanta dissensão e discórdia, e auxiliar com a remessa de cabedais e auxílios aos meus fiéis e amados compatriotas existentes na península, disse-me que não seria conveniente, porquanto minha presença poderia inspirar juízos suspeitos de ambição quanto à coroa de Portugal; se este pensamento de V. A. R. foi suficiente para que não acedesse à minha justa solicitação, espero que uma suspeita fundada, existente e positiva, qual nutrem o povo e o governo de Buenos Aires a respeito da conduta do referido Curado, será bastante para que V. A. R. o mande retirar-se dos domínios de S. M. C., onde não pode ficar

6 Nesse manifesto o vice-rei Liniers declamava contra os excessos do governador Elio, de Montevideú.

sem desrespeito às leis da monarquia espanhola, visto que estas proíbem aos vice-reis e demais autoridades entreter relações com qualquer príncipe ou potência, devendo estes, em seus negócios e pretensões, entender-se diretamente com S. M. C., como nas de qualquer outro soberano, não se tem até agora admitido nem embaixadores, nem plenipotenciários ou enviados e, o que é ainda mais, na América Espanhola, nem os cônsules são admitidos. Espero que, em atenção a isto e, em cumprimento da resposta dada à minha justa reclamação, se dignará atender ao meu empenho, a fim de dar completa e categórica demonstração das intenções que tem V. A. R. de obter, para aqueles habitantes, a paz e prosperidade de que são capazes e suscetíveis.

Este meu procedimento deverá encará-lo V. A. R. como dever e obrigação que de mim exigem, não só o infeliz estado da minha real família de Espanha, como também o cumprimento de minha palavra real, que, com consentimento e aprovação de V. A. R., empenhei no manifesto dirigido aos fiéis vassallos de S. M. C. existentes na América. Nessa inteligência espero que V. A. R., aprovando semelhante procedimento, se dignará tomar uma providência urgente, e dar-me dela notícia, para manifestar, baseada nela, minha vontade ao vice-rei e autoridades do Rio da Prata. – Deus guarde a V. A. R. como deseja esta sua esposa que o estima. – Rio de Janeiro, 24 de novembro de 1809. É copia: *Carlota Joaquina de Bourbon.*”

O resultado dessa nota, que seguramente foi comunicada aos ministros e Conselho de Estado, foi que, dois dias depois de tê-la remetido, mandou-lhe dizer o príncipe, pelo ministro de Estado e de Negócios Estrangeiros, que se mandaria vir, quanto antes, de Buenos Aires, ao marechal Curado, e que assim o tivesse entendido, com o que ficou a princesa satisfeita, e desde então olhou com menos aversão para o príncipe.

.....

Capítulo VI

CONVITE FEITO PELO ALMIRANTE SIR SIDNEY SMITH
À PRINCESA, PARA QUE FOSSE MERENDAR
EM SUA CASA DE CAMPO

*P*ARA AGRADECER os serviços particulares que lhe prestara o contra-almirante, livrando-a de cair em poder do general Junot, o príncipe regente presenteou-o com uma casa de campo, com terras e vários escravos para cultivá-las. Achava-se esta do outro lado do Porto do Rio de Janeiro⁷, situada na encosta de uma colina, e à beira de uma enseada, cujas águas molhavam seus muros, e se enxergavam, freqüentemente, os peixes, olhando de suas varandas. Uma brisa suave e agradável agitava brandamente as folhas de laranjeiras, dos ananases, dos plátanos e limoeiros e, em seus ramos, uma multidão de pássaros diferentes anuncia com seu canto os inocentes prazeres da vida campestre.

Um arroio, alimentado pelas águas de vários mananciais que jorravam do sopé do morro, apresentava, em suas margens esmaltadas de mil flores, o mais agradável dos aspectos. Desejoso o contra-almirante de

7 A casa do almirante era na Praia de Santa Luzia (nota do tradutor).

que a princesa honrasse com sua presença lugar tão ameno e delicioso, convidou-a por carta, que imediatamente me transferiu S. A. com outra, escrita e concebida nos termos seguintes:

“Presas. Remeto a carta que me escreveu Sir Sidney Smith; quero que vejas o que se pode responder sem comprometer-me, e manda-me a resposta imediatamente, porque quero despachá-la, e esta noite tenho o que fazer até as dez e meia; vem a essa hora, porque antes não posso falar-te; a resposta a Sir Sidney Smith, porém, manda-me com a maior urgência. – 8 de abril de 1809.”

O conteúdo da carta de Smith, além do convite, visava também tratar dos negócios do Rio da Prata. Fiz imediatamente a minuta da resposta, remetendo-a com a presteza que exigia S. A. R., e nisso não achei a menor dificuldade. A recomendação, porém, que me fazia a princesa, de que não fosse até as dez e meia da noite, por ter ela o que fazer, não deixou de excitar bastante a minha curiosidade, porque dizia de mim para mim: que coisa ou que negócio poderá ter a princesa que eu não posso saber? Não me confiou S. A. R. os mais recônditos segredos de sua vida particular e íntima? Não sei eu tudo o que fez até agora pela leitura da confissão geral que achei entre os seus papéis, quando mos entregou para ordená-los?⁸ Que assunto, pois, ou negócio pode ocorrer esta noite para cujo despacho seja incômoda minha presença? Quem sabe se já não tem outro secretário? – dizia de mim para mim. Fui, pois, a palácio à hora marcada, e achei na antessala, de espera, a camarista que estava de serviço, a qual, antes de perguntar-lhe pela princesa, disse-me que S. A. lhe prevenira que, se eu chegasse, ali me mantivesse até que ela saísse. Durante o curto prazo que ali me detive, os minutos me pareciam horas, tal era o desejo de conhecer o motivo que me privava da vista de S. A. Saiu finalmente a princesa do interior de seus aposentos com o semblante aceso e risonho,

8 Tinha S. A. seus papéis muito em desordem, e para classificá-los enviou-os, em duas grandes bolsas de veludo carmezim, à minha casa, e entre eles achei escrita de seu próprio punha, sua confissão geral, que devolvi no maço de papéis com o título de reservadíssimo, entre os quais devem achar-se três cartas de sua augusta mãe, a rainha de Espanha Maria Luísa. A alta confiança com que me honrou a princesa, o sentimento de honra e de religião impedem-me e proíbem-me falar desses segredos.

como quem acaba de dançar ou de outro exercício violento, e então me preveniu que dissesse a Smith que no dia seguinte à tarde iria com suas filhas, as sereníssimas infantas, à sua chácara.

Avisado por mim o contra-almirante, ordenou imediatamente que se adornasse sua casa com o melhor que havia nos navios de sua esquadra, e se preparasse uma magnífica merenda. Vários oficiais graduados da marinha inglesa estavam com suas lanchas esperando a princesa, no cais que existe em frente ao palácio, a fim de comboiar a grande falua que devia conduzir SS. AA. RR. Atravessou a princesa a baía no meio dos vivas e aclamações com que a maruja das esquadras portuguesas e inglesa a saudavam de seus respectivos navios. Ao desembarcar foi recebida pelo contra-almirante, e, no momento deste oferecer a mão a S. A. para saltar em terra, começou a tocar a banda de música inglesa. Durou a função até às nove horas da noite, hora em que S. A. R. quis retirar-se, e regressou com o mesmo acompanhamento.

.....

Capítulo VII

REGALO QUE FAZ A PRINCESA
AO CONTRA-ALMIRANTE SIR SIDNEY SMITH

A PRINCESA, durante todo o tempo de mais de um ano que o contra-almirante chegara ao Rio de Janeiro, ainda não lhe manifestara de nenhum modo sua gratidão por tê-la libertado, e a toda a sua família, de cair em poder dos franceses, quando estes entraram em Lisboa em 1808. Achei que era meu dever, valendo-me da ocasião em que S. A. R. visitara a casa de campo com que o príncipe presenteara o contra-almirante, sugerir-lhe que também fizesse alguma demonstração de agrado. Aceitou pressurosamente a idéia e se mostrou disposta a levá-la a efeito; disse-me, porém, ignorar o que mais poderia lisonjear a vontade do contra-almirante.

– Creio, senhora, disse-lhe – que ao vencedor de São João d’Arce seria muito grato receber de V. A. R. uma espada com o punho cravejado de brilhantes.

– Não me parece má idéia, – disse a princesa – Dou-lhe minha plena aprovação e desde já ficas encarregado de providenciar a respeito.

– Farei, senhora, todo o possível; não sei, porém, se será fácil encontrá-la a propósito para o caso.

Efetivamente, percorri todos os pontos da cidade do Rio de Janeiro, sem poder encontrar coisa adequada e, entretimentos, a princesa constantemente me perguntava pela espada.

Naqueles dias foi preciso ir a toda pressa a Botafogo por motivo de serviço particular de S. A. R. para saber o que se havia tratado com certo personagem em casa do cônsul-geral Gambier, que ali se achava com o contra-almirante. Na volta tive a desgraça de cair com o cavalo, ficando com o braço deslocado, já debaixo dos balcões do palácio, sob um dos quais estava o príncipe regente. Mas tendo voltado a mim em poucos instantes, subi aos aposentos da princesa, para transmitir-lhe o que soubera pelo contra-almirante. A luxação do braço me reteve em casa alguns dias, motivo pelo qual se via a princesa obrigada a transmitir-me suas ordens por escrito, e foi então que me dirigiu os dois bilhetes seguintes:

“Presas, vê se consegues o espadim com copos, porque sem isso o homem não pode fazer o trabalho. Vê se pode ser hoje pra já começar a obra amanhã.”

“Presas, quero saber como estás. Não te esqueças da espada para Smith.”

Por causa de minha indisposição, veio visitar-me o tenente-general D. Diogo de Sousa, atualmente conde de Rio Pardo, quando recebi o segundo bilhete, que não achei inconveniente mostrar-lhe, e dizer-lhe que não sabia o que fazer para achar a espada com a brevidade que exigia a princesa.

– Creio, – disse-me o Sr. Sousa, – que eu poderia ajudar V. mercê, porque tenho três, entre as quais poderá escolher a que lhe pareça melhor, para que S. A. a mande preparar como deseja.

Efetivamente, achei entre elas uma muito adequada, a qual ordenou a princesa se guarnecesse de brilhantes, e mandou oferecer ao contra-almirante com um anel também com brilhantes, acompanhada de um bilhete escrito e concebido nestes termos:

“A gratidão da Princesa do Brasil aos serviços de Sir Sidney Smith.” A particular consideração com que os príncipes distinguiam este general inglês provocou a inveja de lord Sranford, que pôs em campo toda intriga diplomá-

tica, para desconceituá-lo perante seu governo, ante o qual o mostrou como inimigo dos interesses de sua pátria. Não contente com isso, acumpliciou-se com os ministros e secretários do Príncipe, para induzir a este a escrever uma carta a S. A. R. o Príncipe Regente da Inglaterra, cujo conteúdo se resumia em substância em dizer que a conduta de seu contra-almirante Sir Sidney Smith lhe era pessoalmente desagradável, pelo que pedia o retirasse daquela comissão*. Isto foi suficiente para que com a volta do paquete, viesse a destituição de Smith, a quem sucedeu no comando da esquadra inglesa estacionada no Rio de Janeiro o contra-almirante Decursi***.

Não podia Smith, certamente, olhar com indiferença para os efeitos de uma tão degradante humilhação. Para desmanchar, pois, a má idéia que poderia haver-se formado em Londres a respeito de sua conduta, solicitou do príncipe do Brasil uma audiência, para que se servisse dizer-lhe que lhe poderia ter desagradado, ao que o príncipe não soube dizer senão que havia sido enganado.

– Pois, senhor – disse-lhe Smith – espero que V. A. R. tenha a bondade de dar-me uma carta para comprovar isso perante meu governo.

Com efeito, o príncipe acedeu a essa justa solicitação; Smith, porém teve de lutar cerca de um mês para conseguir tal carta, que finalmente obteve, escrita integralmente pela mão do príncipe com a qual desmascarou, ao chegar a Londres, todas as intrigas de lord Strangford.

* Pouco tempo depois de haver recebido tais agrados, o vice-almirante Sidney Smith devia cair no desagrado do príncipe regente, em consequência, sem dúvida, do partido que tomava ostensivamente em favor das pretensões de D. Carlota Joaquina. Assevera-se que o ministro inglês, lord Strangford, em conflito com o vice-almirante, que fazia o seu jogo político por conta própria, segundo instruções recebidas diretamente de Canning, tivera a habilidade de insinuar a D. João que Sir Sidney era amante de D. Carlota Joaquina. Nem é outra coisa o que pretende insinuar D. José Presas, com a descrição do bucólico piquenique e do presente da espada de copos cravejados de brilhantes... (Nota do prefaciador.)

** Aqui se revela Presas negligente quanto à grafia dos nomes ingleses. O verdadeiro apelido do contra-almirante britânico que substituiu Sir Sidney Smith era Courey, e não Decursi. (Nota do prefaciador.)

.....

Capítulo VIII

CHEGADA DA DELEGAÇÃO ESPANHOLA
QUE A JUNTA CENTRAL ENVIOU A S. A. R. O PRÍNCIPE
REGENTE DE PORTUGAL NO BRASIL, E DO QUE OCORREU COM
O MARQUÊS DE CASA-IRUJO NA QUALIDADE DE MINISTRO
PLENIPOTENCIÁRIO DE S. M. C. FERNANDO VII

COM O MARQUÊS vinha toda a sua família, um secretário, um adido e o capelão da legação.

Julguei, então, que essa era uma ocasião bem oportuna, e da qual devia a princesa aproveitar-se para demonstrar à oficialidade e tripulação da *Mercúrio* o apreço e particular distinção com que olhava para os espanhóis. Nada é mais grato aos que acabaram uma longa travessia marítima que os alimentos frescos, hortaliças e frutas. Até mesmo S. A., por experiência própria, sabia disso, e não foi necessário mais que a minha simples indicação para mandar à *Mercúrio* dois navios menores carregados com toda a espécie de comestíveis. Este ato de liberalidade produziu o efeito que se desejava.

Carlos Irujo* (era este o nome do marquês antes de el-rei Carlos IV tê-lo distinguido com esta dignidade), embora estivesse estado em Madri

* Don Carlos Martínez de Irujo, nascido em 1765, de uma das mais nobres famílias espanholas, iniciara sua carreira diplomática como secretário de embaixada na Holanda e na Inglaterra. Em 1795, com trinta anos de idade, foi nomeado ministro

durante algum tempo, nunca esteve em situação de aprender a etiqueta de palácio, e é possível tivesse encarado esse assunto, que é da maior importância para os palacianos, como uma bagatela. Nos Estados Unidos, onde residira por muitos anos com o caráter de ministro plenipotenciário, e de onde é natural sua mulher, todo o cerimonial de cumprimentos é escusado; por conseguinte, nem ele nem sua esposa sabiam os preliminares do modo pelo qual devia esta pela primeira vez apresentar-se no palácio. E tanto assim, que ambos tinham resolvido realizar este ato cerimonioso em relação à princesa, como se costuma fazer com qualquer particular. Por felicidade, para a honra do pavilhão espanhol, o próprio marquês disse-me em conversa:

– Tenciono amanhã ir com a marquesa visitar S. A.

Julguei que a esta deliberação tivessem precedido as diligências da etiqueta e, por conseguinte, não lhe fiz nenhuma observação; pareceu-me, porém, conveniente, avisá-lo à princesa, indicando-lhe a hora que havia fixado o marquês, para que não a achasse desprevenida, e a resposta que, por esse motivo, me deu a princesa, não deixou de surpreender-me, e foi a que se segue:

– Presas, vê se podes dizer de qualquer modo a Irujo que não traga hoje sua mulher. Podes dizer-lhe que estiveste comigo, para avisar-me da sua visita, e que eu te respondi que era impossível, pois que ela ainda não escrevera à marquesa de Lumiares, pedindo-lhe dia e hora para vir, como eu lhe dissera, a ele, ser costume quando uma pessoa se apresenta pela primeira vez.

Em virtude dessa ordem vi-me obrigado, de certo modo, a exercer a função de introdutor diplomático ou de mestre-de-cerimônias,

plenipotenciário e enviado extraordinário aos Estados Unidos, onde durante doze anos representou a Espanha. Deixou esse posto por haver descoberto a conjuração chefiada pelo senador Blunt, para arrebatara à Espanha a Luisiana e a Flórida, e a atitude que então tomou o incompatibilizou com o exercício da função diplomática naquele país. Foi, porém, recompensado com o título de marquês de Casa-Irujo. Exerceu o cargo de embaixador em Milão em 1807 e, dali, seguiu para Londres e em seguida para o Rio. Foi um dos mais hábeis diplomatas espanhóis e quando deixou a carreira dedicou-se à atividade política, chegando a ser o primeiro-ministro de Fernando VII. (*Apud* Rubio, *La infanta Carlota Joaquina y la política de España en América*) – (Nota do prefaciador).

que é a mesma coisa e, valendo-me de poucos rodeios, sem temor de ofender a delicadeza murciana⁹, dei a entender, como pude, ao marquês, a insinuação da princesa, com a qual lhe era forçoso conformar-se, porque a marquesa de Lumiares, camareira-mor, era mais rigorosa na observância de suas atribuições do que nos preceitos do decálogo, e consideraria, certamente, como uma falta gravíssima, que a princesa relaxasse numa só partícula que fosse, o cumprimento do talmude palaciano! Quanto tempo de perde nos palácios dos príncipes com a prática de tão vão cumprimentos! Muito se poderia cortar quando mais não fosse, para alívio dos próprios soberanos.

Pouco após a marquesa, chegou também, procedente de Lima, o deputado Dom Francisco Salazar, que, como representante do Peru, se destinava às Cortes de Cádiz, acompanhado de Dom Toribio Azeval, que o vice-rei Abascal mandara à Espanha como mensageiro.

Desejavam estes vassallos, como é natural, ser apresentados à que então era herdeira presuntiva do trono de Espanha. Na primeira visita que fizeram ao marquês como ministro espanhol, pediram-lhe esta graça. Casa-Irujo logo aquiesceu e, para ostentar, quiçá, sua grande influência, e para que eles a tornassem pública ao chegar à Espanha, lhes disse:

– Pode fazer-se isto hoje à noite; estejam aqui às oito.

Parece incrível que um homem de talento, como realmente era o marquês, necessitasse de duas lições para aprender uma coisa tão simples, pois, realmente foi assim, porque, havendo-se apresentado com estes dois cavaleiros, passou pela humilhação de que a princesa se recusasse a recebê-los, como me indicou na carta seguinte:

“Presas. Agora, às nove horas, se apresentou o marquês com os dois, Salazar e o outro; mandou-me dizer que ali estava com os deputados; já estou despida, e mandei-lhes dizer que estava deitada. Trata de desculpar-me com eles de modo que não creiam que me recuso a falar-lhes.”

S. A. R. seguia sempre meus conselhos, e eu lhe dissera ser conveniente aos seus interesses receber com distinção ao deputado do

9 Casa-Irujo, era natural de Murcia.

Peru e ao enviado do vice-rei Abascal. O marquês ignorava isso, porque não era necessário que o soubesse para cumprir as funções de ministro de Espanha. Desculpei a princesa para que Salazar e seu companheiro não olhassem como uma desconsideração a suas pessoas a recusa de recebê-los na noite anterior; e que o seriam no dia seguinte, para o que se avisaria ao marquês, que devia apresentá-los. Ficaram acordes e satisfeitos, e chegado o momento da apresentação, esbarrou o marquês com a novidade de que esta não se faria no quarto da princesa, de onde um gentilhomen os guiou ao salão do docel, em que se achava S. A. R. com os sereníssimos infantes e a gente de seu serviço, todos em traje de grande gala. Os apresentados receberam esta distinção como uma graça particular, e o marquês como uma lição que teve presente depois, sempre que se lhe apresentavam casos de igual natureza.

O conde de Linhares, ministro de Estado e de Negócios Estrangeiros*, desejou ter uma conferência com o próprio deputado Salazar e, para esse fim, me solicitou que eu lho apresentasse, com o fim de conhecer, por seu intermédio, qual a opinião dos habitantes do Peru acerca da pessoa da princesa, a quem eu devia participar isto antes de levá-lo a efeito, e então dignou-se S. A. R. escrever-me as cartas seguintes:

* Dom Rodrigo Domingos Antônio de Sousa Coutinho, conde de Linhares, ministro e secretário dos Negócios da Marinha e do Ultramar e, em seguida ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra no período regencial, foi – diz Luís Soriano, – “o diretor da política portuguesa no Brasil”. Alfredo Varela declara que ele “foi a alma da intriga do Prata”. Ao historiador Luís Norton (*A corte de Portugal no Brasil*) tomamos este perfil do estadista luso:

“Descendente de Martim Afonso de Sousa, discípulo e afilhado do marquês de Pombal, condiscípulo do Infante D. José, de quem Pombal o quisera ver ministro, D. Rodrigo foi um dos homens públicos mais protegidos e felizes do seu tempo. Formado em Direito pela Universidade de Coimbra, iniciou a sua carreira diplomática com pouco mais de vinte anos. Aos vinte e três anos de idade era Ministro Plenipotenciário de S. M. F. em Sardenha, de onde foi transferido, com a mesma categoria, para Turim. Chamado pelo Príncipe Regente, interrompeu a sua carreira na diplomacia e passou a tomar parte nos Conselhos de Coroa, sendo nomeado ministro da Marinha e dos Negócios Ultramarinos em setembro de 1796. Enquanto dirigiu em Portugal a Repartição da Marinha e dos Negócios Ultramarinos, de 1796 a 1801, D. Rodrigo realizou em quase todos os ramos da administração pública uma obra que

“Presas. Dize àquela pessoa que tenha cuidado com Torvelhinho¹⁰, porque, embora haja provas de que está arrependido, não obstante, aquela reserva que tem para comigo faz com que eu não me fie em arrependimentos. Há de fazer esforços para pilhar algo; que F...¹¹, porém, não se abra com ele, porque esse empenho leva segundas intenções: só responder-lhes em termos vagos, e que todo aquele vice-reinado não deseje senão a casa de Bourbon para governá-lo. Bem sei que ele, por sua vivacidade, não carece de advertência; como, porém, não conviveu com o outro¹², poderia enganar-se com as expressões lisonjeiras com que será

merece ser recordada. A ele se devem as grandes medidas sobre o desenvolvimento das construções navais, a organização dos serviços dos Correios por conta do Estado, “o melhoramento das condições materiais da vida de Lisboa”, a proteção das artes e artistas, o incremento da agricultura, o restabelecimento do crédito, a ordem nas contas públicas, a criação de indústrias novas. Chamaram-lhe “O Novo Pombal” e às medidas da sua autoria, com mal disfarçada ironia, deram o nome de medidas pombalinas. Como reformador e legislador político, D. Rodrigo estudou com largueza inteligente e executou, em parte, um vastíssimo plano que incluía a defesa e o desenvolvimento de Portugal e dos seus domínios nos quadros da política nacional e da política internacional que mais convinha aos portugueses. Antes de partir para a América, o conde de Linhares tinha escrito sobre o Brasil uma memória completa para a transformação da colônia americana num Estado imperial. Ao lado do conde da Barca e da Palmela, Linhares foi um dos mais valiosos auxiliares da política monárquica portuguesa nos primeiros vinte e cinco anos do século XIX.”

Hipólito da Costa, satirizando o Ministério de D. João, dizia que se podia compará-lo a três relógios: um atrasado (D. Fernando Portugal); outro parado (visconde Anadia); e outro sempre adiantado (conde Linhares). Essa comparação implica num elogio a Dom Rodrigo de Sousa Coutinho.

Melo Moraes pôs em curso a versão – que o cronista Luís Edmundo endossou, ainda há pouco, em artigo do *Correio da Manhã*, que deve ser um dos capítulos do seu próximo livro, *A Corte de D. João VI*, – de que o regente havia desferido três violentas bastonadas contra o seu ministro e que o velho conde, humilhado, ingerira um veneno, morrendo em consequência desse gesto, ou falecera em consequência da própria agressão. O sr. A. C. D’Araújo Guimarães procura contestar essa versão, sem, no entanto, aduzir nenhum argumento sério ou desmentido documentado – simplesmente porque lhe parece “que D. João VI não era capaz de espancar um ministro”. – (Nota do prefaciador.)

10 Era um dos nomes que a princesa dava ao conde de Linhares.

11 Salazar.

12 Conde de Linhares.

tratado: o mesmo digo para com os de lá¹³. Se quiserem ver uma função de corte hoje há uma; a hora é às nove e meia”.

“Presas. Vem esta noite para conversarmos, pois me parece de grande conveniência contar tudo o que se tem feito a Salazar, para que ele possa publicar toda a verdade perante as Cortes.”

13 Com os de Espanha quando lá chegassem.

.....

Capítulo IX

ACONTECIMENTOS PARTICULARES E RELATIVOS
AOS INTERESSES DOS ESPANHÓIS QUE OCUPARAM
A ATENÇÃO DA PRINCESA

PARA QUE a princesa pudesse captar a vontade dos espanhóis, pareceu-me oportuno aconselhá-la a socorrer e proteger os desgraçados que se lhe apresentassem. Os navios mercantes que vinham dos portos da Inglaterra quase todos traziam alguns marinheiros espanhóis, que, em virtude do tratado de aliança que acabava de celebrar S. M. B. com a Espanha, haviam saído para voltar à pátria, viram-se obrigados a alistar-se nos navios ingleses, desejosos sempre de deixá-los no primeiro ponto que pudessem. Não podiam, porém, fazê-lo sem deixar outra pessoa em seu lugar, ou por meio de um grande empenho para o capitão com quem se tinham obrigado. Naquela época ainda não existia na corte do Brasil nenhum representante do governo de Espanha. Somente a princesa, por sua generosidade, podia amparar e proteger aos desvalidos espanhóis, e encaminhá-los ao porto dos domínios de Espanha que melhor lhes parecesse.

S. A. R. adotou meu conselho e desde logo resolveu que eu me encarregasse desse trabalho, do qual não devia eximir-me, porque achei dever cooperar quanto coubesse em minhas forças para o alívio dos meus compatriotas, e reuni-los nos postos em que fossem mais necessários para defender os direitos do rei Fernando, então cativo. Desde aquela época

começaram a se apresentar diariamente indivíduos de todas as classes, uns solicitando transporte para os portos da península, e outros, socorros pecuniários a fim de atender às suas extremas necessidades. Para o objetivo dos primeiros era necessário que desse muitos passos, procurando navios, tanto portugueses como espanhóis, que os levassem, fazendo valer, algumas vezes, perante seus capitães ou proprietários, os respetos de S. A. R. Para o segundo me era necessário importunar à princesa, que do seu particular bolsinho me ministrava algumas pequenas quantias, de cujo emprego e distribuição lhe apresentei no primeiro mês uma conta exata; e, no ato de entregá-la me perguntou:

– Que papel é esse?

– A conta, – disse-lhe, – do emprego do dinheiro que V. A. R. me entregou.

Então, sem lê-la, rasgou-a dizendo-me:

– Quando tenho plena confiança em uma pessoa, não necessito de documentos para certificar-me de sua conduta.

– Agradeço, senhora, este excesso de confiança com que V. A. me honra; permita, porém, que lhe diga que nem todos pensam como V. A. R, nem todos os tempos são iguais. Não basta ter razão e justiça, é também necessário poder prová-la quando convier. Pode suceder que a inveja ou a maledicência um dia me acuse de, abusando da sua real confiança, tê-la aproveitado em benefício dos meus interesses particulares e, nesse caso, não me poderei defender senão com palavras, muito fracas por si sós para provar a verdade, e desmascarar o ânimo dos mal-intencionados.

– Sabes – disse-me a princesa – que não dou crédito às intrigas e cavalações dos cortesãos, e destes, quanto a mim, nada tens a temer.

O sereníssimo infante de Espanha, Dom Pedro Carlos de Bourbon, antes de casar-se com a sereníssima princesa da Beira, fora nomeado comandante-em-chefe da Marinha Portuguesa e, por conseguinte, estavam sujeitas à sua autoridade e juízo todos os assuntos e litígios que se suscitassem tanto no porto do Rio de Janeiro como nos demais do reino. A galera mercante espanhola, de nome *Santa Rita*, ali chegara, procedente de Montevidéu. Entre sua tripulação vinham três ou quatro marinheiros portugueses e, sem que precedesse ordem nem aviso para que o capitão os entregasse, mandou o almirante ao seu encontro uma lancha tripulada

por um oficial e vários soldados, os quais, depois de ter revistado todo o navio, carregando consigo várias peças de roupa e dois relógios de bolso, levaram os marinheiros numa ocasião em que não se achavam a bordo nem o capitão nem o imediato. No dia seguinte expressaram estes sua queixa formal, que imediatamente pus em mãos de princesa, que no ato contínuo, mandou chamar seu sobrinho, e lhe censurou em minha presença a maneira irregular com que procedera com um navio cujo pavilhão, por muitas razões, devia respeitar. O almirante-em-chefe desculpou-se como pôde, e ofereceu-se a devolver os marinheiros e os artigos que tinham subtraído de seus subalternos, o que, não se havendo integralmente efetuado, me levou a fazer segunda reclamação, à qual dignou-se a princesa responder-me com a seguinte carta:

“Presas. Meu sobrinho disse-me que já havia mandado completar a guarnição do navio *Santa Rita*, e que dera ordem para examinar-se o resto do caso e para dar-se a competente realização; e que, a respeito dos demais navios, não havia mais nenhum para sair; disse-lhe eu que examinasse, e fizesse com que se devolvesse toda a guarnição; que, do contrário, não se queixasse. Sempre é bom saber como tudo isso começou; porque aqui há seu tanto ou quanto da parte de meu sobrinho; para que, se ele não o fizer por bem, hei de obrigá-lo por outro modo, porque isso já é demais!”

Porque isto já é demais! Disse a princesa, cujas palavras aludem a outros feitos praticados todos contra os espanhóis, aos quais parece que este senhor infante de Espanha tinha particular prazer em vexar e perseguir, não obstante ter fundado seu morgadio nos suores destes, que lhe cultivavam todos os terrenos pertencentes ao Grão-Priorato de São João, que então possuía na Espanha, e hoje possui seu filho, o infante Dom Sebastião.

O príncipe regente determinou, por aquela época, passar, com toda a real família, uma temporada no sítio de Santa Cruz, distante umas doze léguas do Rio de Janeiro. Deu-se então, com um espanhol, um caso bem extraordinário. José Mantilla, filho do relator da audiência de Buenos Aires, passara ao Rio de Janeiro a negócios particulares. Um comerciante chamado Roberto Jacó, calculando, quiçá, que da amizade de Mantilla

poderiam resultar-lhe grandes vantagens, por suas relações no Rio da Prata, levou-o para sua casa, dizendo em seguida que ele o roubara em grande quantidade dinheiro e várias letras de câmbio, que devia cobrar dentro de poucos dias. Nos aposentos em que teve lugar o roubo não entravam senão estes dois indivíduos e uma criada; só o fazia esta para tratar da limpeza dos móveis, o que tinha lugar em presença do amo, deixando-os este ou Mantilla fechados quando saíam. Estas circunstâncias faziam recair todas as suspeitas do roubo sobre Mantilla: esta foi, pelo menos, a primeira idéia que concebeu Jacó no momento de dar parte ao juiz de quarterão, que mandou prender ao suposto delinqüente. Aberto o competente inquérito, em breve ficou em condições de se lavrar a sentença, que devia ser nada menos que a de prisão. Fui, então, ver o juiz dela, interpondo o respeitável nome da princesa, para que se servisse informar-me do caso. Pela relação que me fez o dito juiz, cheguei à conclusão de que não se tinham esgotado todos os meios para apurar a verdade sobre o feito. Não resultava do processo o indispensável inquérito sobre a conduta da criada. Supliquei ao juiz que, por três ou quatro dias, me fizesse o favor de suspender qualquer providência, para ter tempo de comunicar à princesa o estado desse negócio. Pus, imediatamente, pessoa de minha confiança a seguir os passos da criada, e, com as notícias que este me deu de tudo, voltei à presença do juiz assegurando-lhe que já estavam descobertos os verdadeiros ladrões, que vinha mandar prender imediatamente, pois se achavam em tal parte. Com efeito, dispôs imediatamente o juiz que fossem ao lugar que eu lhe indicava, onde acharam a criada de Jacó com seu amante, os quais, em companhia de outros, foram encontrados reunidos a se divertirem com danças e comezainas. Bastou a vista dos ministros da justiça para que se lesse no semblante o crime que haviam cometido, que depois confessaram, ficando, por conseguinte, demonstrada a inocência de Mantilla, de cujo feliz sucesso dei conta à princesa, que me respondeu com a seguinte carta:

“Presas. Recebi tua carta com todos os apensos; o tal impresso diz verdades, porém, é desavergonhado¹⁴: do assunto de Mantilla nada me

14 Papel impresso em Madri, sob a dominação francesa, relatando as fraquezas da rainha Maria Luísa, as quais aqui qualifica de verdadeiras sua predileta filha Carlota.

admira, porque o tal Roberto Jacó dizem que não é bom traste... nada de dormir, trabalhar e ir para diante: nada de voltar para trás, e a cortar as asas e estes meus senhores que não andam direito; de embrulhos estou farta; isto aqui vai cada dia de melhor a melhor. – Santa Cruz, 16 de outubro de 1809.”

A princesa não se contentava com o que já se tinha feito. Sempre exigente, queria que eu reformasse os vícios e corrigisse os erros dos magistrados do Rio de Janeiro, como se eu tivesse autoridade para isso: partia, porém, seguramente, do princípio muito verdadeiro, por desgraça, de que, em um governo absoluto, os indivíduos que gozam da proteção e confiança dos príncipes podem fazer justiça por meios arbitrários, como lhes parecer, tal qual praticam atualmente os apaniguados do rei D. Miguel, em Lisboa. Para satisfazer a desmedida curiosidade de S. A. R. era necessário remeter-lhe continuamente todos os papéis públicos que chegavam de Espanha e Portugal, sem omitir o que traziam diariamente os navios que chegavam de Buenos Aires. Veja-se, pois, o que a este respeito, me disse na seguinte carta:

“Presas. Remeto as cartas e o rascunho; não foram antes, porque tenho passado muito mal. Remeto também a carta junta, que veio do México e que hoje me mandou o príncipe, por ter vindo juntamente com a sua, e com a qual havia de ficar satisfeito com o subscrito¹⁵. Recebi tua carta com a causa de Castanho¹⁶ e de Mantilla, e já te respondi a ela. – Santa Cruz, 18 de outubro de 1809.

“P.S. Quando voltar hei de te ensinar como aqui se prestam contas do que se gasta diariamente.”

Entre a multidão de fatos que de contínuo se apresentavam, um sobreveio de difícil remédio e de funestas conseqüências, se chegara a realizar-se.

Fundeou no Rio de Janeiro o bergantim inglês *Caridade*, procedente de Falmouth, e se apresentou com pavilhão espanhol para não ser incomodado pelo carregamento que trazia. Consistia este em seis mil

15 Onde era designada sob o título de Regente, coisa que desagradava ao príncipe.

16 General Castanho.

fuzis que conduzia para Buenos Aires a fim de que servissem na revolução que se preparava. Tendo eu notícia desta negociação secreta, transmiti-a à princesa. S. A. R. instruiu de tudo ao ministro espanhol o marquês da Casa-Irujo; que acabava de chegar, para que reclamasse o navio com seu carregamento. O marquês hesitava em meter-se nesse negócio, por certeza de que as últimas conseqüências haviam de lhe ser contrárias: não obstante, impellido pelas sugestões da princesa, passou ao governo português a competente nota pedindo a apreensão do navio com seu carregamento. O ministro português deu resposta favorável, e o bergantim foi detido. Dois dias depois, porém, em virtude de outra nota que passou o ministro de S. M. D. B. lord Strangford, se levantou esse seqüestro; em vista do que me mandou a princesa que, em seu real nome, redigisse outra para o príncipe regente, a qual copiou S. A. de seu próprio punho em idioma português; e, entregando-a ela mesma em mãos de seu augusto esposo, pedia-lhe que a mostrasse a pessoas entendidas na matéria. Esta atitude extraordinária chamou de modo especial a atenção do príncipe, que, após consultar e tratar do assunto em junta de ministros, determinou, finalmente, que o bergantim *Caridade* se pusesse à disposição do ministro de S. M. C. para que, com pessoa de sua confiança, o remetesse ao porto de Montevidéu, a fim de que aquele almirantado avocasse à sua jurisdição esse caso.

Não obstante esta soberana disposição, o cônsul-geral inglês, Mr. Gambier, sobrinho de Lord Gambier, quis, por meios indiretos, opor-se à saída do navio, entendendo-se para esse efeito com o ministro da marinha, Dom João de Almeida, conde das Galveias, a quem me foi necessário procurar para dar cumprimento à ordem que me comunicou a princesa no seguinte bilhete:

“Presas. Vai amanhã cedo à casa de Dom João, para que ele possa dar as providências. Já recebeu uma carta de Gambier pedindo-lhe que embargasse a saída do navio. Vai bem cedo, porque ele há de vir ao beijamão.”

Na entrevista que tive com o conde logrei convencê-lo de que a última resolução do príncipe regente era justíssima, e que a honra de sua real palavra ficaria comprometida caso se pusessem novos obstáculos à saí-

da do navio. Convencido o conde da justiça em que se baseava o pedido da princesa, foi ao beija-mão, e ao sair desse cerimonioso ato, disse ao príncipe, em presença dos demais ministros, que ia comunicar sua real ordem para a entrega do navio, e conformando-se S. A. R. com esta indicação, o bergantim foi desde logo posto à disposição do marquês de Casa-Irujo, que o tripulou com espanhóis, e o despachou para Montevidéu, sob a vigilância do capitão de cavalaria Dom Julian de Miguel, que casualmente se achava no Rio.¹⁷

Apresentada depois a questão ao almirante daquele departamento resolveu este, por sentença formal, que o bergantim *Caridade* fosse adjudicado à Marinha Espanhola, na qual serviu depois por muito tempo.

17 Recompensado, por este e outros serviços, com vários empregos, sendo o último de comandante na fronteira de Leão, em Castela Velha.

.....

Capítulo X

SISTEMA DE PERSEGUIÇÃO ESTABELECIDO PELA PRINCESA CONTRA OS AGENTES DOS REVOLUCIONÁRIOS DE BUENOS AIRES

TENDO NOTÍCIA os partidários da princesa da oposição que lhe fazia seu augusto esposo, como disse no capítulo III, a que ela fosse ao Rio da Prata, e, por outra parte, cansados de esperar o que tanto se lhes oferecera, uniram-se ao pequeno partido que aspirava à independência sob o regime republicano. O único ponto onde naquela época tinha a temer alguma coisa era o Rio de Janeiro, pela proximidade e por ali estar a principal interessada em que não vingasse suas idéias. Necessitavam saber e ter notícias circunstanciadas das disposições que pretendesse adotar a corte do Brasil no caso de porem em obra seu projeto, e para esse fim encarregaram a várias pessoas das que tinham ido ao Rio de Janeiro ou ali residiam por seus interesses particulares, que estivessem atentas, e tudo lhes transmitissem.

Não poderia por muito tempo ocultar-se, à princesa, a existência de tais agentes. S. A. tinha também os seus para observar seus movimentos. As partes diárias que recebia obrigaram-na a incumbir-me também desse negócio, para cujo fim me escreveu a seguinte:

“Presas. É preciso que informes ao intendente hoje mesmo dos clubes dos espanhóis da Prainha, à Rua do Ouvidor; porque diz o príncipe que ele ainda não lhe tocou em nada. Parece-me que não há de se fazer

nada, pois o príncipe não quer que se dê um passo sem Dom Rodrigo; e ele já meteu na cabeça do príncipe que Elio estava indisposto com as tropas, de sorte que o príncipe disse: “Sempre são espanhóis; mas sabidas as contas fi-lo ler uma carta de Contucci, e era ao contrário; porque os de Buenos Aires são os que tomaram isso a mal.

“Não lhe causou impressão o manifesto¹⁸; é tudo uma desgraça. Alegrar-me-ia ver-me fora daqui quanto antes, antes que voe a minha (que está bem carregada); Deus nos acuda e nos tire daqui.”

Não era para mim demasiadamente difícil encontrar em breve tempo as pessoas que podiam estar ligadas à trama desses entendimentos secretos. Estava, porém, muito longe de pensar que entre elas se encontrasse um frade, e que este fosse, exatamente, o primeiro a cair na rede preparada para surpreender a todos eles. Na resumida bagagem desse frade, logo revistada, foram encontradas várias cartas e papéis cujo sentido era anfibológico, ou suscetível de diversas interpretações, que podiam ser claras para as pessoas a quem eram dirigidos, mas que, na verdade, eram muito obscuros para que se pudesse formular um juízo definitivo, reto, e dele concluir qualquer culpabilidade contra o seu portador.

Não obstante, a princesa achou que este religioso devia ser imediatamente preso; pediu sua entrega e a de seus papéis para remetê-los à Espanha, a cujo fim me escreveu a carta seguinte:

“Presas. Remeto as cartas do frade de minha alma, vai ter com elas com Dom Rodrigo, e diz-lhe que eu quero este frade preso imediatamente, e que o fique às minhas ordens, e todos os seus papéis em minhas mãos, porque o quero remeter para a Espanha em corpo e alma com tudo junto. Ensina a Dom Rodrigo a significação de Matorrangos e outras palavras que ele não entende.”

Pela simples leitura deste papel pode-se facilmente conhecer a que chegaria a ira e cólera de S. A. R. Pobre frade, dizia eu de mim para mim, se caís em poder da princesa, é linda a sorte que te espera!

18 Nesta proclamação, impressa em idioma espanhol, os revolucionários de Buenos Aires incitavam os brasileiros à proclamação da República.



Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, conde de Linhares



O duque de Palmela, D. Pedro de Sousa Holstein, habil diplomata português

Em cumprimento, pois, da ordem que compreende a carta precedente, passei imediatamente a tratar do assunto com Dom Rodrigo, que, depois de lê-la, me disse: “Para fazer o que pede a princesa é necessário comunicá-lo ao príncipe, porque eu não tenho autoridade para isto; no entanto, convém que V. M. aconselhe a S. A. que se tranqüilize, e que medite bem sobre a resolução que quer tomar com o frade, porque desde já duvido que o príncipe meu amo se conforme com ela, e ser-nos-ia muito desagradável que, por causa de um frade, se viesse a perturbar a paz e tranqüilidade que tanto nos custou estabelecer entre SS. AA. RR.”

Dirigi-me imediatamente a palácio a fim de instruir S. A. de tudo o que acabava de ouvir, e sem esperar minhas saudações de costume, a princesa me perguntou de longe:

– Já está preso o frade?

– Senhora, vamos com calma, que um frade não se prende com tanta facilidade.

– O quê?! Conseguiu escapar?

– Não quero dizer isso, mas sim que, pelo que explicou Dom Rodrigo, este não acha motivos suficientes para mantê-lo em custódia.

– Sempre há de haver, – retorquiu S. A., – quem proteja a essa canalha.

Como se há de fazer, senhora? Sua opinião é ponderável a sua influência temível, e é necessário conformar-se com as circunstâncias.

– Sim – disse a princesa – porque são uns intrigantes; são eles que tudo transtornam, metendo-se onde não são chamados, procurando sempre sua conveniência à custa dos outros.

– Muito estimo – disse-lhe – que V. A. tenha estes conhecimentos, e que os aproveite caso venha algum dia a governar; temo, porém, que então, também sucumba, como os demais, aos tiros de astúcia.

– O que agora sinto – disse a princesa – é não ser senhora absoluta do governo, para que este frade pagasse em pouco tempo todas as iniquidades.

– Esqueça-se V. A. disto; o que pode valer um frade ocupar tanto sua régia atenção?

– Vê-se logo que não sabe o que são os frades; um único basta para transtornar toda uma monarquia. Em nossa casa sucedeu isto; uma cabala de

peessoas descontentes com o justo governo de minha mãe política desejava, para seus interesses, que antes de tempo começasse o príncipe a governar, e, para conseguir seu objetivo, ofereceram ao frade¹⁹ que a confessava, grandes vantagens, para que procurasse transtornar a cabeça da rainha com escrúpulos de consciência, contos e visões. O confessor desempenhou tão bem sua missão que, em pouco tempo, pôs a rainha demente e no lastimoso estado em que a vê²⁰. Vê, por aí, do que é capaz um frade. Desde então começaram as desgraças de Portugal, porque, entregue o príncipe sempre a seus favoritos e áulicos, não tem feito mais que engrandecer a estes, com danos do reino e descontentamento geral, como sucede hoje em dia com os Lobatos²¹.

Finalmente, disse a princesa, “quero que, de qualquer forma, o frade saia daqui, mesmo que seja para os infernos, e, por isso, vai agora mesmo transmitir minha vontade a Dom Rodrigo”.

19 Frei José Maria, a quem, em recompensa desse serviço, foi conferido o bispado do Algarve e as funções de inquisitor-geral, para cujo desempenho sempre permaneceu em Lisboa, sem jamais ir à sua diocese.

20 Com efeito, as únicas palavras que proferia a rainha, nas poucas vezes que a vi, se reduziam a dizer: “Condena-me e os diabos que me levem.”

21 Três irmãos favoritos do príncipe, que no meu tempo dispunham de todas as graças, influndo, algumas vezes, também, na resolução de negócios de grande importância. (Nota do tradutor.)

Aliás quatro irmãos, que acompanharam a família real em 1808: Matias Antônio, Joaquim José, Francisco José Rufino e Bernardo José de Sousa Lobato. O primeiro agraciado com o título de barão de Magé, e mais tarde visconde, escrivão da Câmara de Sua Majestade, do Registro Geral das Mercês no Rio de Janeiro, nasceu a 30 de janeiro de 1768 e faleceu em maio de 1826, casou-se duas vezes, com duas irmãs do marquês de Cantagalo. Este e outros informes, são encontrados em Vieira Fazenda, *Antigualhas*, II, 307 a 308, que passamos a transcrever. Matias Antônio, morava no Paço da Cidade, ao lado da igreja de São José, em aposento contíguo ao dormitório de d. João, e não longe do oratório do monarca. Ajudava o rei a despir-se e acompanhava-o, antes de dormir, na leitura do breviário.

Tinha o filho de d. Maria I grande horror às trovoadas, e por ocasião delas rebentarem, agarrados um ao outro, d. João e seu valido, velas de cera acesas, entoavam a Magnificat e as orações a Santa Bárbara e S. Jerônimo.

Joaquim José, sucedeu ao irmão no título de visconde de Magé, foi alcaide-mor do Castelo de Vide, conselheiro do rei, seu guarda-roupa, porteiro da câmara da infanta regente d. Isabel Maria, conselheiro da Fazenda no Brasil e em Portugal, escrivão da Fazenda no Tribunal do Rio de Janeiro, e proprietário do ofício de escrivão das mar-

– Obedeço, senhora, e esta noite trarei a resposta do resultado.

– Não, quero-a agora mesmo; porque sem saber a resposta, não poderia comer com gosto – retrucou a princesa.

Fui logo comunicar a Dom Rodrigo os desejos da princesa, e, depois de conferenciar sobre o assunto largamente, conveio em que o frade seria remetido a Buenos Aires, donde viera, e que esta era a única providência que se poderia tomar para contemporizar com S. A. R. “Assim, poderá V. Mercê informá-la de que o religioso seguirá no primeiro navio que zarpar.” Ficou a princesa tão contente com a notícia desta resolução, que parecia ter ganho uma grande vitória.

A princesa instava comigo diariamente para que acabasse de trazer-lhe os demais indivíduos que a polícia lhe denunciara. Mas não podia atender a tudo, e o encarregado por mim desta comissão não a havia desempenhado satisfatoriamente. Passei dois dias sem ir ao palácio, porque não queria apresentar-me sem poder dizer nada de novo sobre o assunto; S. A. R., porém, impaciente por saber o que na matéria se adiantara, dirigiu-me a carta seguinte:

“Presas. Manda-me os nomes de todos os conjurados do Valongo, e onde vivem; manda-me uma lista com cada nome em separado, e, na respectiva margem, a rua e número da casa em que vivem, a hora em que costumam estar em casa, e também o número da casa da Perison, e a hora em que se juntam; quero tudo isto aqui a uma hora, porque Dom João há de vir buscar esta resposta logo mais.”

cas na Alfândega de Lisboa. Nasceu em 20 de outubro de 1770 e morreu em 1837. Tinha a honra de assistir as régias refeições, que quase sempre consistiam, tanto ao almoço como ao jantar, em quatro ou cinco franguinhos. O terceiro Lobato, Francisco José Rufino, 1º barão, 1º visconde e 1º senhor da Vila Nova da Rainha, senhor do Moução de Esfola-Vacas, oficial-mor da Casa Real, alcaide-mor de Castro Marim, conselheiro de d. João VI, seu guarda-roupa, porteiro da Real Câmara, mantieiro, tesoureiro do real bolsinho, guarda-jóias e tapeçarias, apontador dos foros dos reposteiros, secretário de Estado, dos negócios da Casa e Estado do Infantado, secretário deputado da Mesa de Consciência e Ordens, no Brasil, governador da fortaleza de Santa Cruz tenente-general, nasceu em 30 de julho de 1773 e faleceu em 6 de maio de 1830.

O último, também guarda-roupa e escrivão da Câmara de Sua Majestade, da Mesa do Desembargo do Paço no Brasil e em Portugal, nasceu em 14 de agosto de 1774 e faleceu em 1843. Todos os Lobatos eram muito condecorados, conclui Vieira Fazenda.

Ao ler esta carta estranhei sobremaneira ver nela designada madame Perison, para ser presa e conduzida a um cárcere, pois este era o fim para que se a procurava. A Perison, desde que o desgraçado Liniers a mandara sair de Buenos Aires, viu-se obrigada a refugiar-se no Rio de Janeiro, por ser o porto estrangeiro mais próximo, e a mim me constava, por outro lado, que ali não se havia ocupado senão em ver como podia remediar a extrema penúria em que se encontrava. Se a triste sorte de ver-se esta senhora em país estrangeiro, dizia eu para mim, sem recursos e relações, se lhe acrescenta esta injusta perseguição, bastará estar só para matá-la. Não devo, pois, contribuir para o sacrifício desta vítima.

Fiz, na mesma hora, uma relação dos indivíduos de quem meu encarregado me dera notícias, com os sinais e circunstâncias que pedia a princesa; omiti, porém, propositalmente, o nome da Perison, porque não há coisa pior para qualquer pessoa, do que começar-se a escrever a seu respeito em semelhantes matérias.

No momento de ler S. A. a lista, notou que faltava o nome da que ela desejava principalmente que se prendesse.

– Por que – disse-me – não está aqui a Perison?

– Por que esta mulher não se mete em semelhantes negócios, e sua situação é atualmente tão desgraçada, que é mais digna de que V. A. R. dela se compadeça, do que lhe aumentemos a aflição.

– Olá!, parece que és protetor das moças bonitas!

– Senhora, sou homem, porém esta jamais tive ocasião de ver, e se o ser moça bonita nesta ocasião não lhe favorece, tampouco deve prejudicá-la, não existindo motivos fundados para proceder contra ela; aliás, V. A. R. poderá resolver o que achar melhor²².

22 Não é fácil explicar o ódio e ojeriza que as mulheres feias, mesmo princesas, têm às que são formosas.

* Em que pesem as declarações de Presas, não foi ele o único a insinuar no espírito de D. Carlota Joaquina a idéia de invocar os seus direitos de família, para entrar na posse, provisória que fosse, do governo da América Espanhola, em nome de Fernando VII. Segundo Alfredo Varela, a prioridade da iniciativa coube a Saturnino Peña que se achava homiziado no Rio de Janeiro e que, apesar de republicano conseguira meios de se acercar da princesa do Brasil, – “optando”, diz o autor de *Dois grandes intrigas*, “por essa hipótese como um meio de chegar-se à independência”. (Nota do prefaciador.)

Ficou a princesa com a relação ou lista, à qual não sei se adicionou o nome da Perison, porque uma hora depois deve tê-la entregue a Dom João de Almeida, ministro do Ultramar. Muitos dos que estavam em inteligência com os conjurados de Buenos Aires perceberam que estavam sendo observados, e procuraram pôr-se a salvo pela fuga. O Dr. Peña*, don Aniceto Padilla e don Manoel Sarratea se achavam sob a proteção do ministro da Inglaterra, Lord Strangford, que deles necessitava para executar o plano de independência que muito de antemão já projetara seu governo, em relação a Buenos Aires, para depois estendê-lo a todo o resto da América Espanhola.

Padilla era homem de alguma instrução, porém, de maior habilidade e perspicácia ainda. Era natural de Cochabamba, no Peru. Educara-se em um dos colégios da cidade de La Plata, e viajara por quase todas as povoações do vice-reinado: conhecia, por conseguinte, o verdadeiro estado das coisas e opinião dos habitantes. Homem com tais atributos era o mais a propósito para Strangford com facilidade e pouco trabalho utilizar a fim de instruir seu governo de tudo o que quisesse saber quanto à matéria. Resolveu, pois, mandá-lo a Londres com recomendação para o ministro de Estado. A princesa não ignorava as disposições de Strangford; quis, porém, S. A. saber também o paradeiro de Padilla, e para o efeito passou-me o seguinte bilhete:

“Presas. – Quero saber onde vive aquele pirralho²³; ainda não se concluiu o negócio; creio, porém, que se concluirá: depois de comer mando-te dizer se sim ou não.”

A informação que trouxe meu agente da casa em que se achava hospedado Padilla foi imediatamente transmitida por mim à princesa, que às duas horas me escreveu outro bilhete sobre o mesmo assunto, do teor seguinte:

“Presas. – É necessário que vás falar incontinenti com o marquês²⁴, a respeito de Padilla; não percas tempo; vê se achas uma sege, e apressa-te o mais que puderes; vê se podes saber o navio em que vai este cavalheiro, e quando.”

23 Padilla.

24 O marquês de Casa-Irujo.

Falei, efetivamente ao marquês sobre a próxima ida de Padilha a Londres, e denunciei-lhe que embarcaria ele no paquete inglês, que devia zarpar no dia seguinte; razão pela qual seria muito a propósito aproveitar o curto espaço de tempo que lhe restava para instruir o ministro espanhol acreditado junto a S. M. B. Passei em seguida a palácio com o objetivo de tudo participar à princesa, a quem achei bem humorada e risonha.

– Alegro-me, – disse-lhe, depois de saudá-la, – que V. A. R. se ache de tão bom humor.

– Sim, estou muito contente, – replicou-me; – agora o marinheiro saberá quem sou eu.

– Que marinheiro é este? Perguntei-lhe.

– Aquele de quem te contei minha história²⁵, e que veio no mesmo navio que nos trouxe de Lisboa.

– Pois bem! O que lhe fez V. A. R.?

– Mandei-o encarcerar na Ilha das Cobras²⁶. Aqui tens a parte do governador em que comunica tê-lo recebido e recolhido a prisão segura.

Li a parte, e percebendo a princesa a admiração que me causava semelhante providência, me disse:

– Parece que não aprovas isto.

– Ah!, senhora, se me calasse nesta ocasião não seria digno de transpor novamente estas portas. Como quer V. A. que eu aprove uma ação que a desagrade tanto, e com a qual se dá lugar a que a censura pública denigra a boa reputação e conceito de V. A. R.? Que pensa V. A. que dirá o povo quando souber disso? Todos quererão averiguar e saber a verdadeira causa de sua prisão, e então, que saberá o público? Que este sucesso extraordinário não provém senão da vontade de V. A. R., reputando-o quiçá um ato de vingança, e contra quem, senhora? Contra um homem cuja conversação foi noutro tempo tão agradável a V. A. R.! E, por outro lado, com que autoridade deu V. A. R. esta providência? Que dirão o príncipe,

25 Ofenderia a moral e a decência se aqui repetisse a narração que então me fez a princesa.

26 Esta ilha está de um lado da baía, fortificada para defesa do porto e serve também para receber presos culpados de graves crimes.

e os inimigos de V. A. que o rodeiam, quando receberem na Ilha do Governador a parte geral desta noite, e virem que se mandou prender um oficial da Marinha Real sem conhecimento e anuência sua? Se aqui estivesse estado antes de dar-se semelhante ordem, estou quase certo que não teria sido executada. Digne-se, pois, V. A. R. meditar bem sobre este negócio, e as conseqüências que podem advir de levá-lo avante. É próprio dos prudentes, senhora, mudar de idéia e emendar o erro desde que o venhamos a conhecer. É muito natural que V. A. persiga aos que conspiram contra seus legítimos direitos, porque eles, afinal, são seus inimigos; perseguir, porém, a pessoas que receberam provas certas e patentes de seu elevado amor e afeto, além de ser injusto, não conceitua muito ao espírito que assim procede. Eu mesmo confesso a V. A. que, apesar da grande confiança com que me honra, temo também ser perseguido.

Com este curto arrazoado ficou S. A. enrubescida, e permaneceu por alguns minutos imóvel e pensativa. Por fim rompeu o silêncio dizendo-me:

– Vai e chama Francisco Manuel²⁷, o qual no mesmo momento subiu comigo, e recebeu na minha presença ordem para mandar pôr em liberdade ao oficial, pessoa que eu não conhecia, nem mesmo até agora conheço. Se S. A. não tivesse adotado esta prudente medida, seria inevitável um escandaloso rompimento entre marido e mulher, porque o príncipe era mais cioso de sua autoridade do que de sua augusta esposa.

27 Ajudante-geral-de-ordens, que estava de guarda em uma das salas do palácio.

.....

Capítulo XI

OPOSIÇÃO QUE FEZ A PRINCESA AO CASAMENTO
DE SUA FILHA A PRINCESA DA BEIRA, COM O INFANTE
DE ESPANHA DOM PEDRO CARLOS

COMO já deixei ver no capítulo IX, a princesa não olhava com bons olhos a seu primo, o sereníssimo infante Dom Pedro. Com a descuidada educação que teve este príncipe no palácio de Portugal, para onde fora da Espanha com a tenra idade de dois anos, ficou carecendo da instrução correspondente a seu alto nascimento, e o que era ainda pior, sem os modos e maneiras indispensáveis para bem apresentar-se em público. Olhava de través e falava sempre sem encarar de frente: sua linguagem era muito baixa, aprendida na convivência dos criados que o rodeavam e que, geralmente, esmaltam as conversações particulares, que têm no interior das habitações reais, com palavras obscenas, única ciência em que estão bem versados os palacianos de Portugal e Espanha.

Todas estas circunstâncias muito pouco recomendavam a pessoa de Dom Pedro, e a princesa tinha bastante fundamento para supor que, se ele se casasse com sua filha Maria Teresa, esta não poderia ser feliz, e sim, desditosa pelo mau-tratos que lhe daria. Além disso a princesa queria que,

quando o trono de Espanha não fosse para si, que pelo menos o ocupasse sua filha primogênita, casando-a com seu irmão Fernando, e a segunda com o infante Dom Carlos; era esta a conversação favorita que mantinha comigo nos intervalos das horas de despacho.

S. A. R. não contava, porém, com a vontade de seu augusto esposo, nem com a idade dos príncipes, que tinham, um, vinte e dois, e a outra dezoito, vendo-se e falando a cada momento, e obrigatoriamente às horas das refeições, porque todos comiam em família, com exceção da princesa, que nunca ia à mesa, comendo sempre só no seu quarto, salvante uma vez ou outra em que mandava ficar à infanta Dona Ana de Jesus Maria, atualmente marquesa de Loulé, que sempre foi sua predileta. Sucedeu achar-se S. A. R. certa vez indisposta e de cama, e se empenhou a infantazinha que então tinha quatro anos, em que eu a alçasse à cama para beijar sua mãe, e não tive outro remédio senão fazer a vontade da princesinha. Era S. A. R. naquela idade graciosíssima, e nos divertia a todos; um dia sua mãe, para satisfazê-la, viu-se obrigada a escrever-me o seguinte bilhete:

“Anita manda-te lembranças, e diz que eu não te esqueças dos cavalinhos²⁸; reconheceu logo tua letra, e me pediu que viesses tu com eles, e não os mandasse a ninguém.”

Os futuros esposos, no entanto, faziam progressos na sua carreira amorosa, fomentando seu afeto o príncipe regente, persuadindo-os na mesa a que com as frutas que nela se apareciam se regalassem mutuamente. Não falou dentre os filhos, e mesmo dentre os que assistiam às refeições, quem contasse à princesa tudo o que nela se passava. Esta notícia irritou de tal modo a S. A. R. que, depois de referir-me o caso, terminou a narração dizendo-me:

– Se os pais não fossem alcoviteiros, as filhas não seriam p...

Se bem que o príncipe regente desejasse ardentemente a efetivação desse consórcio, permaneceu irresoluto até que chegou a notícia de que os franceses tinham penetrado no passo de Despeñaperros, e se apoderado

28 Tinha eu oferecido a S. A. mandar-lhe trazer de Montevidéu dois cavalinhos e nunca esqueceu esta oferta.

da Andaluzia. Este acontecimento lhes fez perder toda a esperança de que jamais pudessem nem Fernando nem seus irmãos voltar a ocupar o trono de Espanha, e intimamente persuadido desta idéia, marcou o dia para a celebração dos esponsais. Esta notícia, que se comunicou à princesa pelo ministro de Estado conde de Aguiar, incomodou-a em extremo, e deu-me ordem para que redigisse uma nota para o príncipe, cujo objetivo era opor-se formalmente S. A. R. a que se efetuasse esse ato; rejeitando, porém, minhas objeções, foi-me preciso escrevê-la, e entregar a correspondente minuta que, copiada depois por sua própria mão, se remeteu ao príncipe, a quem não deixou de impressionar, e retardou por três ou quatro meses a cerimônia; no fim, porém, já não houve remédio, e no dia em que menos o esperava a princesa foi novamente visitada pelo ministro Aguiar para anunciar-lhe que o príncipe resolvera realizar o matrimônio. Disse a princesa nessa ocasião:

– Sentiria menos se me tivesse trazido a notícia de que minha filha Maria Teresa caíra em um poço.

SS. AA. RR. afinal se casaram, e a princesa teve a satisfação de ver que se enganara nos seus cálculos e previsões, porque estes dois esposos deram-se muito bem, e se amaram por tal forma, que o infante Dom Pedro, de quem tanto se temia, sempre viveu subordinado à sua mulher; há motivos para crer, até, que seu excessivo amor por ela houvesse sido a causa de sua morte prematura, pois que faleceu dois anos depois de casado*.

* O casamento do príncipe D. Pedro Carlos realizou-se a 13 de maio de 1810 e foi a mais pomposa cerimônia até essa data celebrada na Corte Portuguesa do Rio de Janeiro. O noivo contava vinte e dois anos, a noiva apenas 16, e não dezoito. Pouco tempo durou a união, pois o príncipe, excedendo-se no cumprimento dos seus deveres conjugais, já muito franzino e débil para suportar os seus títulos de almirante e general, morreu em maio de 1812, de “tanto haver amado”, segundo escreve um cronista, apoiado, por certo, nas próprias indiscrições de D. José Presas... (Nota do prefaciador.)

.....

Capítulo XII

DOS ENCARGOS PARTICULARES QUE ME DEU A PRINCESA PARA O SERVIÇO DE SUA REAL PESSOA

GOSTAVA TANTO a princesa do que eu fazia e executava que, não obstante ter muitos criados fiéis, e que por isso mereciam toda a sua confiança, sempre quis que eu superintendesse tudo, e que nada se fizesse, ainda nas menores coisas, sem que passassem por minhas mãos.

Antes de partir de Sevilha, o marquês de Casa-Irujo recebera de Dom Martín de Garay, primeiro-ministro e secretário de Estado da Junta Central, um caixão que tinha o rótulo seguinte: “S. A. R. a Princesa do Brasil, a sra. Dona Carlota Joaquina de Bourbon”. Este caixão se salvara com muitos outros que continham as alfaias e móveis mais preciosos do palácio de Madri, e se achavam no sítio real de Aranjuez, quando a junta se viu obrigada pelos franceses a retirar-se para a Andaluzia. Continha tantos pares de sapatos quantos dias tem no ano, e a maior parte deles de cores e gêneros diferentes; era este um dos muitos presentes que fazia a rainha Maria Luísa à sua filha Dona Carlota Joaquina, todos os anos, desde a separação desta quando passou à corte de Portugal. Quando se desembarcou o caixote, foi mandado por equívoco para o quarto do príncipe, na ocasião

em que SS. AA. se achavam no real sítio de Santa Cruz. A princesa não o julgava ali em segurança, como o provam as cartas que me passou, encarregando-me de mandá-lo buscar e dispor dele como me parecesse.

“Presas, manda buscar o caixão e o barril, e podes entregá-lo a Francisco Amaral²⁹ para que o guarde, ou guarda-o tu, como te parecer melhor. Santa Cruz, 28 de outubro de 1809.”

“P. S. O caixão será melhor entregá-lo a dona Maria Leonor³⁰ para guardá-lo, porque no quarto do príncipe não está bem.”

Para ter a princesa na Espanha um partidário e defensor de seus direitos tão valioso como era Dom Martín de Garay, por sua representação e conhecimentos, escreveu à mulher deste, encarregando-a de apresentar de sua parte os agradecimentos a seu marido, pelo particular cuidado que tivera, de guardar e remeter o caixão; ignorávamos, porém, ambos o nome da senhora Garay para pô-lo no endereço da carta, motivo pelo qual me mandou o seguinte bilhete:

“Presas, remeto as cartas que não foram logo, porque não pude escrever devido os molares e a cabeça me terem incomodado. O marquês dir-te-á o nome da Garay, pois que não me soube dizer com certeza.”

Todo o afã e prurido das senhoras consiste em procurar alfaias e jóias para adornar suas pessoas, e fazer com que as admirem, quando não por suas prendas naturais, ao menos pelas sobrepostas. A esta natural fraqueza estão sujeitas as princesas, como se vê pela carta que S. A. R. se dignou escrever-me:

“Presas, Manuel³¹ disse-me ontem que um espanhol comprara três corais brutos bastante grandes por sete dobras; procura saber quem é, e se os vende, porque faço empenho em possuí-los; se os conseguires, diz-me quanto custam, assim como também se puderes conseguir um fio deles do tamanho de ovos de pomba que possui um judeu.”

29 Um seu criado de honor.

30 Uma camarista privada.

31 Criado varredor do aposento de S. A. R.

Chegou também à princesa a notícia de que um inglês, Mr. Conigan, representante da Companhia das Índias no Rio de Janeiro, tinha em seus armazéns um magnífico landô ou carro descoberto, carruagem que na dita época era ainda muito rara naquela corte, e me deu ordem para comprá-la. Fui imediatamente falar com Mr. Conigan*, e sem manifestar-lhe o verdadeiro fim da minha visita, entrei no armazém em que ele se achava, e me foi mostrando tudo quanto ali tinha, até chegarmos ao ponto em que estava o landô, que olhei com certo interesse, e observando ele isso, disse-me:

– Está aqui uma boa aquisição para V. S.

– Se V. S. mo dá por bom preço, – repliquei-lhe, – faremos negócio.

– O preço é dois mil e quinhentos pesos, – respondeu-me.

– Não, amigo, se quiser mil e quinhentos fico com ele.

Feita a compra da carruagem voltei imediatamente a palácio dar conta do resultado de minha comissão; e sabendo S. A. que já era sua a carruagem, parecia ter conseguido um triunfo, tal é o regozijo das senhoras quando conseguem satisfazer seus caprichos.

– Bem, – perguntou-me então S. A., – quanto te custou?

– Três mil duros, – respondi-lhe.

– Pois é muito barato, disse ela.

Não pude então deixar de dizer-lhe:

– Pode agora ver V. A. R. a facilidade com que se enganam os príncipes. Disse que lhe custara três mil duros, e se quisesse abusar de sua real confiança, ganharia agora o que de ordinário levam os compradores do palácio em tudo o que negociam, com cujo produto teria também eu o suficiente para andar de landô. Mil e quinhentos duros foi o seu preço, e essa é a quantia que espero me mande entregar V. A. para pagar a aquisição.

Entre as muitas incumbências que se dignou depois dar-me a princesa, merece ser aqui apresentada a particular comissão que me deu de fazer-lhe vir de Londres uma grossa de meias de seda de superior qualidade,

* Aqui se nos afigura haver Presas estropiado a grafia de um nome comum na Inglaterra, Cunningham, numa composição fonética aproximada. (Nota do prefaciador.)

e cada dúzia com desenhos e confecções diferentes, com outras várias coisas para uso de sua real pessoa. Dei nota de tudo a um comerciante inglês para que, com a possível brevidade, mandasse vir esta pequena fatura. Em quatro meses pôs-me o inglês em mãos esse pedido, e tendo-o eu apresentado à princesa com sua respectiva conta, mereceu tudo sua aprovação, ficando muito satisfeita; não tratou, então, de entregar-me sua importância, como seria regular. Deixei passar alguns dias. Vendo, porém, que não se recordava de um dever tão justo, foi-me necessário lembrar-lhe que era necessário pagar ao inglês as encomendas recebidas.

– Senhora, sou eu o comprometido e o único responsável por esta dívida.

– Bem, bem, – respondeu-me.

Em vista desta resposta vi-me, então, obrigado a não insistir na justa reclamação da quantia em débito, estudando com que entreter ao inglês, que continuamente me importunava para a cobrança de dinheiro de que eu não dispunha, nem próprio nem alheio. Ao cabo de três meses, que para mim foram três anos, pelo desgosto em que me punha esta dependência, se apresentou um enviado de Vila Nova da Campanha da Princesa³², para entregar-lhe o produto das rendas que devia a S. A. esta vila pelos impostos atrasados do ano anterior. Por acaso estava eu presente ao ato dessa entrega, e aproveitando uma ocasião tão oportuna, renovei minha antiga solicitação, À qual já não se pôde negar S. A., e me entregou a importância de suas dívidas. Esta lição foi para mim tão eficaz, que daí em diante nunca fiz compra nenhuma sem que primeiramente me entregasse a princesa o dinheiro, para o que fazia as compras condicionais, levando a S. A. a nota da importância das mercadorias, assinada pelo vendedor, antes de levá-las de seu armazém ou loja.

32 Vila situada no interior do Brasil, de que o príncipe noutra tempo fizera doação a sua augusta esposa, com todas as suas rendas.

.....

Capítulo XIII

DA ÍNDOLE E CARÁTER QUE MANIFESTOU COM
A IDADE DE OITO ANOS O SERENÍSSIMO INFANTE
D. MIGUEL, ATUAL REI DE PORTUGAL

A ENTRADA quase diária que tive, por espaço de quatro anos, na câmara da princesa, proporcionou-me oportunidades de conhecer e observar o infante D. Miguel, e se bem que possa parecer aos leitores fora de lugar ocupar-me aqui desta personagem, acho que devo, não obstante, dar um rápido painel do que então vi e observei nesse menino, para que se veja que desde a infância cada qual já dá mostras do que será mais tarde.

Os sereníssimos infantes iam todos os dias, às nove da manhã, pouco mais ou menos, cada um com seu gentilhomen ou camarista, ao quarto de seus augustos pais, para beijar-lhes a mão e saber como tinham passado a noite. Sucedia algumas vezes que a princesa sua mãe se achava ocupada no interior das peças de seu apartamento, e então SS. AA. tinham que esperar na mesma sala em que eu me achava escrevendo. Nessas ocasiões costumava D. Miguel encostar-se em alguma de suas irmãs para beliscá-las ou pisá-las disfarçadamente. Logo, porém, percebiam os circunstantes o que ele fazia pelo grito que soltava a pobre paciente.

Um dia, foi isso em 1809, estava eu com sua augusta progenitora*, ambos muito atarefados em despachar um correio, quando, inespera-

damente, se apresentou a camarista que acompanhara D. Miguel a beijar a mão de sua avó, a rainha D. Maria I^a, toda ofegante, dizendo à princesa:

– Não posso mais com este menino; acaba de se meter todo na bacia d’água que está no corredor, e por tê-lo ameaçado de contar tudo a V.A.R. me agarrou pelo vestido, e não me deixou senão quando caí, pondo-me em situação indecorosa à vista de todos os que passavam.

A princesa, mal tinha acabado de ouvir isso, saiu precipitadamente à procura de D. Miguel, e achando-o na mesma bacia, tirou um sapato e deu-lhe umas seis chineladas. Outra pessoa alvorotaria com gritos e choro todo o palácio; D. Miguel, porém, não soltou um suspiro, nem derramou uma única lágrima. Mais ainda: tendo-lhe perguntado seu irmão D. Pedro (o imperador do Brasil), o que lhe sucedera, respondeu-lhe:

– Minha mãe bateu-me, e eu não chorei; mas essa maldita coxa me há de pagar.

Um dos chefes da esquadra inglesa mimoseou ao infante D. Miguel, com permissão do príncipe, com dois canhões pequeninos, montados nos seus reparos. Em poucos dias já se via o infante, a cada momento, dispará-los da porta de seu quarto, sempre que alguém passava pelo corredor. Nunca sua mãe pôde descobrir quem lhe arranjava pólvora. Desde pequenos têm sempre os príncipes, por sua desgraça, quem encubra e projeta extravios.

Sir Sidney Smith, homem de grande previsão e grandes conhecimentos estava em contato, às vezes, com os senhores infantes; e um dia, falando-me de D. Miguel, me disse:

– Se se desse a esse menino a educação de que carece, viria com o tempo a ser um herói; sem ela, porém será um tigre e um cruel flagelo para os que tiverem a desgraça de ser-lhe sujeitos.

Noutra ocasião em que suas irmãs se achavam reunidas para divertir-se no quarto da mais velha de todas, a princesa da Beira, saiu D. Miguel do seu para ver o que ali se fazia: armou então, tal desordem entre elas, que obrigou a princesa da Beira a dizer em voz alta:

– Juro a V. A. que vou contar a mamãe.

A palavra jurar na língua portuguesa, parece que soa muito mal na boca de crianças educadas e de alto nascimento. Ouviu sua augusta

mãe, do seu quarto, o juramento, e imediatamente se levantou para saber o motivo daquela fala. Foi suficiente ver ali D. Miguel para inteirar-se do que passara.

– Hás de ser sempre – disse-lhe – o Judas deste apostolado.

Todos estes fatos, que em si parecem insignificantes, vieram com o tempo a ser tão grandes como os vemos, hoje em dia, em Portugal. Dom Miguel, desde a infância, mostrou com eles que seu espírito se inclinava para a tirania, em que excedeu e excede a Tibério, a Cláudio, a Calígula, a Nero e a Galba, deleitando-se, como eles, com a destruição de sua pátria, e em fazer derramar o sangue dos infelizes portugueses.

.....

Capítulo XIV

DAS MEDIDAS QUE ADOTOU S. A. R. A PRINCESA,
PARA ABAFAR NO NASCEDOURO A REVOLUÇÃO DE BUENOS AIRES

OS DISSIDENTES do Rio da Prata, para iniciar o movimento que lhes traria a desejada independência, aproveitaram inteligentemente a ocasião favorável que lhes proporcionou o governador de Montevideú, D. Xavier Elio, que, para subtrair-se à autoridade de seu legítimo chefe, o vice-rei Liniers, tinha, à imitação das províncias de Espanha, criado uma junta suprema. Com seu exemplo pediram também os de Buenos Aires para erigir a sua, que conseguiram instalar com aprovação do vice-rei Cisneros³⁴, sob o respeitável nome de Fernando VII, para desse modo ocultar o verdadeiro objetivo a que se dirigiam seus intentos. Assim que recebi os impressos que se tinham publicado para anunciar os primeiros atos da Junta, remeti-os a S. A. R., que, à vista deles, escreveu-me a carta seguinte:

“Presas, li todos os papéis, e junto os remeto; há neles coisas bonitas, e sempre denotam um espírito faccioso bem dissimulado; porém, pelo que me deixam perceber meus fracos conhecimentos, a coisa, bem

34 Veja sobre este particular o cap. VI do meu Juízo imparcial acerca das principais causas da revolução na América Espanhola.

pensada, tem outras vistas, e bem sinistras. Com o tempo se deram a conhecer; isso digo, não pelo que neles se diz a meu respeito; mas sim porque, como verás, debaixo dessa capa, o que querem é fazer-se independentes. Manda-me notícias, porque nada sei e não quero perguntar. – Santa Cruz, 30 de outubro de 1809.”

Mostrei à princesa a marcha futura que tinham projetado seguir os dissidentes. Foi por isso que, compenetrada essa idéia, se preparou a tempo para conter-lhes os passos, procurando todos os recursos necessários para auxiliar a praça de Montevidéu, que era o único baluarte capaz de garantir a posse e segurança daquelas províncias. Pelos officios dos chefes dessa praça, Elio e Vigodet, sabia S. A. R. que tinham grande necessidade de armas, e dispôs imediatamente para que se comprassem as únicas que existiam no Rio de Janeiro, tendo para esse fim me endereçado as seguintes ordens:

“Presas. Muito me alegra que estejas melhor. As armas são mil e duzentas, e seiscentos sabres de cavalaria; são de ordenança, estão na Aduana; quero saber se querem todas ou as que querem, e põe isso em um papel, e a forma de pagamento; e como vens amanhã falaremos sobre o meio de retirá-las. Quero esta nota para dá-la a Bouch, que creio que virá hoje buscar essa resposta. Os sabres, creio que será bom que também fiquem com eles para a cavalaria, que também entra nestes casos de batalhas. Presas, manda-me nota do que ajustaste com Varela, e o modo de retirá-las daqui, porque hoje quero resolver tudo com Bouch, e que não figures aqui neste caso para nada, para que, se acaso houver algo, possas tu ficar bem.”

Supunha S. A. que haveria grande dificuldade para realizar o embarque dessas armas, vai em uma carta conferência que tive com o ministro de Estado; consegui, por sua mediação, que o príncipe regente se dignasse mandar expedir a ordem seguinte:

“O príncipe regente N. S. é servido ordenar que Vmcê deixe livremente embarcar para Montevidéu as caixas que, para este fim, sejam apresentadas pelo Dr. Presas, o qual se acha ao serviço de S. A. R. a princesa N. S., o que participo a Vmcê para que assim o execute. Deus guarde a Vmcê por muitos anos. Palácio do Rio de Janeiro, em 26 de junho de 1811. – Conde de Linhares. Senhor Antônio José Ribeiro Freire. Com a

data de hoje, apresente-se, cumpra-se e registre-se. Rio, 3 de julho de 1811. Freire. Está conforme. Miguel João Meyer.”

Desde o momento em que os dissidentes de Buenos Aires se apoderaram do mando e estabeleceram sua Junta Suprema, decretaram também a liberdade de imprensa, por cujo meio não só propagaram as idéias que julgaram mais próprias para realizar seu sistema, como também alvejaram com dictérios, calúnias e invectivas o governo e os habitantes de Montevidéu. Foi, então, necessário fazer-se frente a esse gênero de guerras, às vezes tão terríveis como as que se podem fazer com as próprias armas. Durante algum tempo, porém, estiveram sem receber contestação, porque em Montevidéu ainda não havia imprensa, nem no Rio de Janeiro existiam mais do que os prelos da Imprensa Real, circunstância que colocou a princesa na contingência de comissionar-me para que conseguisse por intermédio do conde de Linhares este recurso, para desfazer os planos, intrigas e cavilações dos demagogos de Buenos Aires.

O conde de Linhares, como ministro dos Negócios Estrangeiros, via-se constrangido, assim como todos os demais ministros, a prestar grande deferência às insinuações do embaixador inglês junto a S. A. R. o príncipe regente, e isto era um grande obstáculo a que eu pudesse negociar sobre esse assunto com acerto. Não obstante, obtive a promessa de que se trataria do assunto com brevidade e reserva, e de que naquele dia mesmo trataria o conde de obter do príncipe uma ordem para se facultar à princesa o que deseja. Dois dias depois recebi aviso do mesmo conde para ir à Imprensa Régia, onde me seriam entregues por seu diretor um prelo com seis caixas de tipos para que os embarcasse pelo primeiro navio. Depois de anunciar à princesa o feliz resultado dessa comissão, tratei imediatamente do embarque, que realizei no mesmo dia, levantando o navio ferros entre nove e dez horas da manhã seguinte. Duas horas depois da saída do navio já o conde de Linhares recebia uma nota do embaixador inglês, Lord Strangford, opondo-se decididamente à remessa da imprensa; esta, porém, chegou tarde, e se bem que, em virtude da mesma nota se me desse ordem para que sustivesse a remessa, já não estava em meu poder cumpri-la. Foi assim que a princesa frustrou as intrigas do ministro inglês, e proporcionou a Montevidéu o meio de fazer face aos ataques contínuos com que os de Buenos Aires pretendiam fazer vacilar e extinguir, com seus escritos

incendiários, a fidelidade à metrópole em que se mantinham constantes os habitantes da banda oriental do Rio da Prata.

O governo de Montevideu tratou imediatamente da publicação de uma gazeta, cuja redação confiou a um religioso franciscano chamado Fr. Cirilo de Alameda, que, vindo da península, ali se refugiara, escapando à perseguição dos franceses. Era então muito jovem esse frade, e não dispunha das luzes e letras necessárias para tratar vantajosamente dos negócios públicos. Seus discursos eram muito áridos, sem calor, e, por conseguinte, incapazes de persuadir e convencer. A única coisa em que manifestou alguma habilidade foi na apologia que fez da Constituição Espanhola, que parece ter extraído de algum panegírico composto para louvar as virtudes da Virgem. Naquela época pensava esse frade constitucionalmente, e no ano de 1820, sendo Geral de sua Ordem³⁵, mudou de opinião, prejudicando pelas Cortes, que aboliram sua alta dignidade nos domínios de Espanha como inútil para a boa direção dos membros de sua Ordem religiosas, e prejudicial ao bem público e à tranqüilidade da monarquia³⁶.

35 Na Pintura dos Males de Espanha, págs. 47 e 48 se diz o modo por que este religioso obteve tal dignidade.

36 Decreto de 1º de outubro de 1820, tomo VI, pág. 155.

.....

Capítulo XV

DOS AUXÍLIOS COM QUE A PRINCESA SOCORREU A PRAÇA DE MONTEVIDÉU

APÓS A DECLARAÇÃO de sua própria independência, no ano de 1810, os buenaienses, se preparam para invadir a Banda Oriental, e submeter aos habitantes do território de Montevideú à sua autoridade e domínio. Este empreendimento, se bem que audacioso, não era de difícil execução, por ser aquela região muito vasta, sem haver nela toda um único ponto de defesa em que se lhes pudesse oferecer resistência. Sua marcha por si só bastava para se apoderarem de toda ela, como o levaram a efeito, sem depois poder impedir que o sanguinário Artigas e seus sequazes, à sombra da revolução, derramasse o sangue de muitos europeus, que descansavam tranquilos em seus lares, sem terem dado motivo para que fossem tratados de modo tão desumano, conduta que os próprios dissidentes de Buenos Aires aprovaram ostensivamente em seus manifestos. As incursões contínuas, com que estes talavam os campos, privaram a praça de Montevideú dos recursos necessários à sua subsistência. A penúria, que experimentavam a tropa do presidio e a população urbana, obrigou o governador Vigodet a solicitar à princesa que se dignasse a atender à aflitiva situação em que se achavam os leais espanhóis daquela região, socorrendo-os com alguns víveres. S. A. R. disse-me então: “Não sei o que fazer neste

caso, porque nem o compreendo nem tenho com que comprar o que me pede; e assim trata tu de fazer o que for possível.” Eis aqui uma autorização ampla, porém de difícil execução, porquanto, de certo modo, me obrigava a arranjar o que não existia. Não obstante tinha que fazer todo o possível para que a praça fosse socorrida, e nestas circunstâncias, apelei para um stratagema com que consegui que fosse provida. Consistia em indicar a vários comerciantes do Rio de Janeiro a escassez de víveres em que se achava Montevideú, informando-lhes os principais gêneros de que carecia. Esta notícia, que comuniquéi em particular e com muitas reservas a algum deles, pô-los a todos em grande azáfama, e em poucos dias saíram daquele porto alguns navios pequenos carregados de tudo quanto Montevideú necessitava, e a venda lhes produziu o lucro que esperavam tirar de semelhantes especulações.

Uma praça como Montevideú, abandonada a sua própria sorte pelas circunstâncias em que naquela época se achava o governo supremo da metrópole, via-se todos os dias assoberbada por novas necessidades. No parque de artilharia já faltava pano para mechas, e este foi outro dos perdidos de Vigodet para cuja remessa houve grande dificuldade, visto no arsenal do Rio de Janeiro não existirem mais que quatorze quintais para o consumo do exército e marinha de todas as praças do Brasil, e com essa quantidade devia-se municiar também as fortalezas da África e da Índia sujeitas ao reino de Portugal; apesar disso, com muitos esforços e diligências, alcancei do conde de Linhares quatro quintais para Montevideú.

À medida que os revolucionários avançavam e conquistavam terreno, cresciam as aperturas dessa praça. Logo se começou a sentir a falta de numerário causada pela interrupção do comércio, que o estado de guerra completamente paralisara. Nas diversas surtidas que fizeram vários corpos e destacamentos a fim de afugentar o inimigo, tinham perdido armas cuja reposição era indispensável para resistir a um sítio inevitável. Em tais circunstâncias viu-se o governo de Montevideú na dura contingência de pedir à princesa armas e dinheiro, coisas na verdade que não possuía, nem podia de modo algum adquirir.

Quando S. A. R. se via em grandes apuros a única coisa que fazia era deixar-me em plena liberdade para em seu nome fazer o que melhor me percesse. A fim de conseguir dinheiro, seu nome de nada me servia,

porque em matéria de negócios estava completamente desacreditada*, e não poderia achar, seguramente, em toda a praça do Rio de Janeiro, uma única pessoa que me entregasse, por seus altos respeitos, cem reais de moeda sonante. Era preciso, pois, recorrer a estratagemas; e então sugeri-lhe que, para suprir o dinheiro que pedia o governador de Montevidéu, me ocorria um expediente que, sem ser-lhe em absoluto oneroso, a encheria de imortal glória.

“Consiste, Senhora – disse-lhe eu - em reunir V. A. grande quantidade de jóias pertencentes a V. A. R., e mandá-las a Vigodet para que vendidas ou rifadas por aquela municipalidade, possa ele com o produto dessa operação, pagar durante algum tempo à tropa e aos funcionários; esse feito colocará V. A. R. ao par de Isabel, a Católica, que agiu da mesma forma empenhando as suas jóias a fim de habilitar Colombo para a descoberta de novos domínios.”

Tal proposta lisonjeava demasiadamente o amor-próprio da princesa para que não a aprovasse. Resolveu, efetivamente, executar minha sugestão, e dentro de poucos dias já viajavam para Montevidéu as jóias, encaixotadas por suas reais mãos, que entreguei ao capitão de um navio espanhol, o qual, sem saber o que a caixa continha, pô-la nas próprias mãos do governador Vigodet.

* O descrédito de D. Carlota Joaquina era absoluto. D. João, por prudência, não lhe aumentava os subsídios. E em muitas ocasiões teve a princesa de enfrentar situações difíceis para manter os seus compromissos. Diz Oliveira Lima (*D. João VI no Brasil*) que ela não evitava “empenhar sua palavra, que nestes assuntos pecuniários valia entretanto menos que noutros, sendo quase nulo o seu crédito, mesmo porque carecia muito de dinheiro para sustentar sua categoria e promover seus projetos diplomáticos”. Luís Norton, em *A Corte de Portugal no Brasil*, transcreve uma carta em que D. Carlota se queixa a Tomás Antônio de Vila Nova Portugal, ministro do Reino, amargamente, da magreza do seu subsídio, argumentando que “El-Rei cuida que eu tenho tudo o que é de minha casa, e não há tal; e sempre lhe quero dizer: que Eu não sou capaz de pedir cousas que não se me devam; e que se a minha consciência fosse de manga larga, que no tempo de Araújo (apesar de ser como era) que Eu estaria a estas horas com minha Casa noutra figura e com uma mesada de 200, ou 300.000 cruzados, como as rainhas D. Mariana d’Áustria e D. Maria Vitória tinham, fora a Sua Casa, etc., etc...” (Nota do prefaciador.)

O que também interessava muito eram as armas, pois que as que até então se haviam mandado não eram suficientes. Esse negócio, porém, assim como todos os mais de Montevideú, necessitava ser tratado com o ministro português, pela necessidade que tinha a princesa de recorrer a seu augusto esposo em tudo o de que carecia. Dirigi-me, pois, por ordem de S. A. R., ao conde de Linhares, a quem transmiti os pedidos que fazia o governador de Montevideú. O conde não podia, por si próprio, resolver nada acerca de tais pedidos, e precisava consultar a respeito de tudo o príncipe regente, o qual ordenou que, por escrito, lhe expusesse seu parecer e opinião. O original desse papel existe em meu poder, todo do próprio punho do conde, e é do teor seguinte:³⁷

“Senhor – Obedecendo respeitosa e às reais ordens de V. A. R, porei humildemente em sua real presença, que me parece que V. A. R. pode dignar-se autorizar S. A. R. a princesa Nossa Senhora para que faça responder a Vigodet, governador de Montevideú, que o deputado que saiu da Junta de Buenos Aires foi mandado a Londres com comissões secretas, e posto houvesse a intenção de mandá-lo negociar aqui, mudou-se-lhe o destino, e foi para Londres; que igualmente está V. A. R. disposto, em vista do seu próprio interesse a socorrer os governadores de Montevideú e Paraguai com todas as suas forças, pois deseja impedir que os rebeldes de Buenos Aires progridam, quer passando o Uruguai, contra Montevideú, quer transpondo o Paraguai, contra o governador do Paraguai, e que para esse fim dará ordens ao governador e capitão-general do Rio Grande para que forneça todo o auxílio de tropas que for pedido pelos supramencionados governadores ou pelo vice-rei, as quais poderão marchar às ordens dos generais espanhóis sendo tropas auxiliares, sempre, porém, em número tal que não fiquem expostas a ser destroçadas pelo inimigo, e com declaração de que S. A. R. não pode consentir em que seus oficiais obedeçam a oficiais de menor graduação; que igualmente se deve declarar que, por enquanto, não pode V. A. R. dar nenhum auxílio de dinheiro ou de armas. A Grã-

37 (Nota do tradutor) – Presas traduziu para espanhol o parecer do conde de Linhares. Vertendo-o novamente para o português, o texto na certa terá redação diferente do original.

Bretanha não pode queixar-se de socorro de tropas, pois que está estipulado nos tratados existentes anteriormente.

“Eis pois, Augusto Senhor, o que creio conveniente a seus reais interesses, E V. A. R. se dignará mandar o que for mais conveniente a seu real serviço. Põe-se, com o mais humilde e profundo respeito, aos reais pés de V. A. R., Senhor, o mais humilde vassalo e fiel criado: Conde de Linhares. Secretaria de Estado, 19 de fevereiro de 1811.”

A impossibilidade que nesta nota se manifesta, de poder outorgar ou fornecer os auxílios de armas e dinheiro, pôs a princesa na necessidade de admitir as tropas que se ofereciam, para que, na qualidade de auxiliares, passassem a defender a praça de Montevidéu, que os dissidentes, naquela época, já estavam sitiando. Foram, porém, ainda, necessárias novas instâncias para que as tropas chegassem a iniciar a marcha, porque o príncipe temia desgostar, com semelhante medida, à Inglaterra, a quem, através do seu ministro plenipotenciário, lord Strangford, prometera que jamais interviria, nem pró, nem contra, nos distúrbios promovidos no Rio da Prata.

Temendo, porém, por outra parte, que, se os revolucionários de Buenos Aires chegassem a apoderar-se de Montevidéu, pudessem com facilidade estender o sistema republicano até seus domínios, resolveu finalmente que o general Dom Diogo de Sousa partisse com o exército de seu comando do Rio Grande para Montevidéu, a fim de agir de acordo com os governadores, e forçar os revolucionários a evacuar completamente toda a Banda Oriental. A princesa, porém, não se contentava só com isso, e sim, pretendia acabar com eles todos, como me indicou no seguinte bilhete:

“Presas. – As respostas de Elio e Vigodet têm de ir pela condução mais rápida. É preciso conseguir do conde de Linhares uma ordem para Dom Diogo, para que, no caso de entrar Goyenneche em Buenos Aires, coopere com ele para acabar com estes demônios.”

Até então, quer dizer, até as tropas portuguesas se acharem muito próximas de Montevidéu, esta negociação se manteve muito secreta e reservada. O próprio movimento dessas tropas mostrou, porém, bem claramente, o verdadeiro objetivo de sua marcha. À vista de semelhante acontecimento não podia lord Strangford olhar com indiferença tudo o

que se fazia na corte do Brasil a fim de impedir chegassem a se realizar os projetos dos dissidentes, cuja proteção era um dos principais objetos de que o encarregara seu governo. Desde o momento em que teve notícia de que o general Sousa devia operar de acordo com os governadores da praça de Montevidéu, para impedir que esta caísse em poder do exército sitiador reclamou o cumprimento da palavra que lhe dera o príncipe regente, de que nunca se imiscuiria em semelhantes negócios. A nota que com esse fito redigiu pôs em grande embaraço o ministro português, e se viu este obrigado a atender a lord Strangford, que tinha preparado também o marquês de Casa-Irujo, para que, com sua autoridade e representação, o auxiliasse, a fim de obrigar o governo português a entrar em um convênio. Portugal tem estado quase que continuamente sujeito à Inglaterra, e naquela época não podia de modo algum eximir-se de obedecer à menor das suas insinuações, mesmo que estas fossem inteiramente contrárias a seus verdadeiros interesses, porque então, mais que nunca, necessitava o príncipe regente dos auxílios da Grã-Bretanha para conseguir a libertação de seus domínios na península. Foi esta a razão e motivo por que conveio em que pactuasse um armistício entre seu ministro, o conde de Linhares, Lord Strangford e o representante do governo de Buenos Aires, Dom Manuel Sarratea e, realizado que fosse, se comunicasse tudo ao governo inglês por intermédio do seu embaixador, Dom Domingos de Sousa Coutinho, atualmente conde do Funchal, que para esse fim passou a seguinte nota:

“O abaixo assinado se apressa aos desejos de S. E. o marquês de Wellesley, dirigindo-lhe, por escrito, a proposta de sua corte que constituía todo o objeto da conferência de ontem. – S. E. sabe que a missão do enviado Sarratea ao Rio de Janeiro e de sua entrevista com S. E. o ministro dos Negócios Estrangeiros de S. A. R., à qual foi apresentada por Lord Strangford. – Nessa conferência foi que se decidiu propor à Junta de Buenos Aires que esta peça a mediação dos governos português e britânico e proponha aos soberanos que, fazendo cessar imediatamente a guerra civil e as hostilidades dela resultantes, estabeleçam a liberdade de comércio em Buenos Aires; a Junta nesse caso oferecerá uma suspensão de armas, e fará propostas para unir-se ou incorporar-se à monarquia espanhola, colocando seus interesses em mãos de ambos os soberanos, dos quais não podem desconhecer a boa fé e o desejo que têm de conservar a integridade dessa

mesma monarquia. – Esta proposta, transmitida à Junta de Buenos Aires por seu enviado Sarratea, com aprovação de lord Strangford, uma vez que seja adotada e realmente levada a efeito pela Junta, por si própria se combinará com a mediação, ultimamente oferecida por S. M. B. ao governo de Cádiz, e apressará a execução dos vivos desejos com que S. A. R. o príncipe regente ordenou ao abaixo assinado que anuísse ao governo britânico para obter, por comum ação das três potências, o acordo que é indispensável ter e praticar com a Junta de Buenos Aires, o que realizou o abaixo assinado em suas notas de 30 de abril do ano passado, e de 18 de janeiro último. – O abaixo assinado, após haver dado a conhecer novamente ao governo britânico o grau de boa fé e confiança que a conduta de S. A. R. o príncipe regente seu amo tem procurado inspirar-lhe, não pode deixar de aproveitar esta ocasião para pôr sob as vistas de S. E. as considerações acerca das quais teve ontem a honra de chamar a atenção de S. E., a saber: que o estabelecimento sólido das inovações comerciais que se fizeram indispensáveis para as colônias de Espanha, assim como, também, as ordens eficazes de uma verdadeira disciplina das tropas espanholas, que até agora solicitaram infrutificamente os governos que se têm sucedido na Espanha, farão, antes de tudo o mais parecer um conselho de regência, o qual presidirá S. A. R. a senhora princesa do Brasil, segundo as idéias do Dr. Saavedra. Segundo, que o reconhecimento direto ou indireto pelo governo britânico, dos eventuais direitos de S. A. R. a senhora princesa do Brasil, à coroa de Espanha, produzirá, provavelmente, ótimo efeito em favor da libertação de S. M. o rei Fernando e de seus augustos irmãos, porque, em tal caso, o dominador da França, já não teria interesse em prolongar seu deplorável cativo. – Londres, 2 de agosto de 1811. – O abaixo assinado aproveita, etc.: Domingos de Sousa Coutinho. – A S. E. o senhor marquês de Wellesley. – (Cópia): *Carlota Joaquina.*”

Transmitida a minuta do dito tratado pelo marquês de Casa-Irujo aos chefes de Montevideu, e aos governantes de Buenos Aires por Sarratea, foi admitido e adotado por ambas as partes, e o lavraram em circunstâncias em que o exército sitiador se achava ameaçado com a proximidade das tropas portuguesas que já haviam chegado a Maldonado, e podiam tê-lo obrigado a render-se ou sucumbir, que seria, então a única alternativa. Essa negociação foi feita com grande reserva entre eles, e sem

que a princesa chegasse a receber a menor notícia do que se passava, até o general Elio dar-lhe aviso de que, por esse meio, ficava Montevideú livre de seus inimigos.

Desagradou sumamente a S. A. R. a conduta que neste assunto observou Casa-Irujo, motivo pelo qual me disse:

– É impossível que este marquês não goste dos guinéus ingleses. Se pudesse, agora mesmo o mandaria para a costa de Guiné.

Para não ficar S. A. R. de modo algum comprometida pelas conseqüências que poderiam resultar contra a Espanha, de semelhante armistício, passou-me as ordens contidas na seguinte carta:

“Presas. Sou muito escrupulosa, e quero que em carta reservada se declare a Elio tudo o que expus no papel que te remeto, adicionando o parágrafo que vai assinalado; pois minha conduta é sempre retilínea, e quero que saibam que não concorri para que a ordem fosse assim com o objetivo de armistício, nem que entrassem espontaneamente; só soube de tudo depois de terem seguido as ordens; que o marquês, o conde e lord Strangford, Sarratea e conde trataram do armistício, sem que eu fosse cientificada. – A carta de Vigodet está raspada no que se lhe deve tirar, e deve referir-se a esta minha declaração feita a Elio.”

Os governantes de Buenos Aires estavam muito longe de querer cumprir o que tinham prometido para o armistício, e logo que viram livres de qualquer risco as tropas que tinham mandado à Banda Oriental, declararam novamente guerra a Montevideú. Seguros já de que as tropas portuguesas não voltariam a incomodá-los, prepararam-se para renovar com maior força as hostilidades, e lograram em pouco tempo destruir as forças marítimas de Montevideú, e apoderar-se depois dessa praça, que desde então não voltou ao domínio da metrópole, nem esta pode mais ter esperanças de recuperá-la.

.....

Capítulo XVI

MEIOS QUE EMPREGOU A PRINCESA PARA OCUPAR,
NA QUALIDADE DE REGENTE, O TRONO DE ESPANHA

O INTERESSE e a conveniência própria são o móvel das ações de toda a criatura. Segundo esta máxima indiscutível, ninguém poderá, com justiça, reprovar que os príncipes, movidos, como os demais, por suas próprias conveniências, procurem por meios justos e legítimos, chegar ao posto a que são chamados, pela constituição de seus respectivos Estados, e que façam valer os direitos que, pelas leis do reino, têm à investidura do supremo império, quando esta lhes corresponde pelos vínculos de sangue reconhecidos como título suficiente e justo para serem elevados, em seu caso e lugar ao trono de seus antepassados.

Desde meados de 1808 que a princesa do Brasil, Dona Carlota Joaquina de Bourbon, como filha primogênita do senhor Dom Carlos IV, era a primeira pessoa, segundo antigas leis do reino, que, na falta de seus irmãos, estava designada para ocupar o trono de Espanha, sem que pudesse privá-la desse sagrado direito a sucessão agnática rigorosa, estabelecida em 1710 por disposição de Filipe V, em quem, segundo as leis cuja observância ele próprio jurara, não havia autoridade para alterar a sucessão à coroa de Espanha, à qual até então tiveram direito as mulheres na falta de varões da mesma linha, sem que ninguém pudesse privá-las de tão preeminen-

te prerrogativa, a não ser a nação reunida em suas antigas Cortes Gerais, porque estas são as únicas que de acordo com o rei podem fazer leis, e não devem ser consideradas como tais as pragmáticas, cédulas ou decretos do rei de Espanha, desde que não estejam legitimadas pela geral aprovação das Cortes do reino.

Instruída a princesa nos princípios desta sólida e justa doutrina, pela memória que, por sua ordem, já antes redigira, como disse no capítulo III, não desprezava processo ou recurso ao seu alcance a fim de chegar algum dia a ocupar o eminentíssimo posto que naquela época parecia disparar-lhe a sorte. S. A. R. desejava então ter reunidos os fundos e grandes somas que antes dissipara em seus caprichos e devaneios, como ela própria me dizia; os erros, porém, cometidos em semelhante matéria, já eram irreparáveis. Uma princesa sem autoridade, sem força, sem dinheiro, e de uma reputação problemática, no que mais interessa nas pessoas de seu sexo, muito dificilmente poderia adiantar um passo no caminho que empreendera.

Os príncipes pobres são só aparências, e se podem viver com elas, mais o devem à sua habilidade que à de seus pais; é, porém, difícil que triunfe a pele de raposa quando não há garra de leão que a ajude casando o valor com a cautela.

A princesa pensou que a falta de meios e recursos em que se achava poderia ser suprida pela cooperação de hábeis agentes, e procurou arranjar-los mediante insinuações e generosas ofertas. Considerando, pois, que poderia ser-lhe útil o influxo dos frades, sem lembrar-se então do mau juízo que deles fazia, invocou seu auxílio por meio de circular, cuja minuta lavrei por sua real ordem, e de acordo com os dados e princípios que me subministrou S. A. R.; copiei-a depois, e foi remetida a todos os superiores das Ordens religiosas de Espanha. Esse documento era do teor seguinte:

“Considerando atentamente a deplorável situação de nossa amada pátria, não posso olhar com indiferença para os males e desgraças que sofre com a opressão do tirano da Europa, com a falta de seu

legítimo soberano, e com a divisão sistemática que inimigos e estrangeiros³⁸, para seus desígnios particulares, procuraram estabelecer entre meus amados compatriotas. Quis em tempo evitar todas as calamidades que atualmente experimenta a Península; forçada, porém, por meu estado, a ser uma simples espectadora do que se passava nas cortes de Lisboa e de Madri, nunca pude realizar meus justos desejos, apesar de algumas diligências praticadas no meio de riscos e perigos; e foi assim que nunca pude ser útil à Espanha nem mesmo a Portugal. A obrigação que naquele então, tinha de olhar sempre pelo bem de meus amados espanhóis é hoje em dia mais rigorosa, uma vez que, pela ausência e cativo de seu legítimo soberano, meu querido irmão Fernando, os vejo expostos a cair em uma terrível anarquia, cujas conseqüências serão indubitavelmente mais funestas que as da própria guerra. Esta consideração e os deveres que me impõe o direito do sangue de defender e velar pela conservação do trono de meus muito queridos irmãos, e dos eventuais direitos que, em sua falta, me assistem, moveram-me a encarregar-te e rogar-te para que desde o recebimento desta carta, ponhas em prática todos os bons ofícios que caibam na órbita da jurisdição de teu cargo, para que os filhos de tua santa religião cooperem por aqueles meios que prescreve a fidelidade, a honra e o bem geral da monarquia e dos povos que dela essencialmente dependem, a fim de que quanto antes se restabeleça em sua antiga forma o governo de minha casa de Espanha; se bem que eu mesma convenha e deseje, para o bem dos espanhóis e de meus próprios filhos, que seja com aquelas modificações que se supõem capazes de acabar com toda a espécie de despotismo, tão contrário aos interesses dos povos como aos dos soberanos, que só por ignorância podem esquecê-lo³⁹. Creio ter todo o direito para fazer-te este pedido, e não duvido que, conhecendo que nele se inclui a segurança de nossa amada pátria, a integridade e aumento da monarquia, e a estabilidade dessa própria religião que governas, realizarás minhas esperanças, preparando a opinião pública a fim de que as Cortes tomem sobre o dito objeto uma pronta e justa deliberação. Deus te guarde em seu santo serviço. Dada no Palácio Real do Rio de Janeiro,

39 Eram esses os princípios que eu inspirava à princesa, e a opinião que sempre propalei e defendi como a mais concorde com a razão e a justiça.

a 24 de julho de 1811. Tua muito afeiçoada infanta: Carlota Joaquina de Bourbon. – Reverendíssimo padre frei José Ramirez.”

Ordenou-me que redigisse outras várias minutas das cartas que deviam também dirigir-se a diversas personagens da Espanha, entre as quais se contavam alguns deputados das Cortes, recomendando-me muito particularmente o borrão da que queria escrever a Dom Pablo Valiente, membro de um dos supremos conselhos, e, naquela época, também deputado às Cortes. Esta carta devia ir, como dizia S. A. R., aprimorada, isto é, bem escrita, explícita e cativante. Tudo isso requeria alguma meditação e tempo, e conhecimento, também, do gênio e caráter do destinatário, o que consegui por intermédio de algumas pessoas que tinham passado de Cádiz ao Rio de Janeiro. Não pude apresentar essa minuta com a brevidade que desejava a princesa, motivo pelo qual me passou o bilhete seguinte:

“Presas, manda-me o rascunho da carta de Valiente.”

Dentro de poucas horas fui a palácio, e apresentei a S. A. R. a miuta da carta que tanto desejava, que, copiada por sua real mão, remeti pelo primeiro navio a Valiente, que, segundo se viu por sua posterior conduta, ficou tão obrigado e reconhecido pela honra com que se o distinguiu, que não trepidou um momento em pôr sua própria existência ao serviço dos interesses da princesa.

Resolveu-se por si só, e sem contar com coisa alguma, a propor às Cortes que, nas críticas circunstâncias em que se achava a Nação (sucedeu isto em meados de 1811), convinha sobremodo nomear regente do reino S. A. R. a sereníssima Princesa do Brasil, Dona Carlota Joaquina de Bourbon. Não tinha bem acabado Valiente de fazer essa proposta e já se alarmavam as pessoas que enchiam as galerias do salão das Cortes, pedindo a morte de Valiente. Naquele momento recordaram seguramente os espanhóis o abismo de males e desgraças em que submergira a conduta da rainha Maria Luísa, e temiam que sua filha fosse a mesma ou pior. Este fundado temor aumentou a agitação que, difundida depois pelo povo, obrigou o presidente do Congresso a mandar chamar o comandante da praça, Dom Juan María Villavicencio, para que fosse retirar do poder das Cortes a Valiente, e o conduzisse escoltado por tropa, para salvar-lhe a vida, a bordo de um dos navios que se achavam na baía.

Esse acontecimento tão extraordinário deu lugar a que os embaixadores de Inglaterra e Portugal, então acreditados junto ao governo de Cádiz, tratassem, a princípio verbalmente, e depois por escrito, sobre as dificuldades e inconvenientes que se apresentavam para colocar a princesa à frente do governo de Espanha, como regente do reino. Sobre esse importantíssimo negócio tiveram ambos os ministros suas conferências, cujo resultado se comunicaram depois por escrito, passando-se mutuamente as correspondentes notas, a fim de dar, documentadamente, conta de todo o sucedido aos seus respectivos governos. Logo que o conde de Linhares, ministro de Negócios Estrangeiros no Rio de Janeiro, recebeu as ditas notas, passou-as à princesa, de quem as recebi eu, e me foram reclamadas dois dias depois pelo seguinte bilhete:

“Presas. Traz já os papéis, que o príncipe os manda pedir, e os quer com urgência. Vem já ou manda-os pelo portador; copia, porém, as notas em francês.”

O conteúdo desses papéis é muito interessante para a história, razão pela qual parece-me agora oportuno inseri-los no idioma em que existem em meu poder, autenticados pela firma da princesa:

“ Cádiz, 21 de julho de 1811. – Senhor. Como me traz ao conhecimento que têm circulado em Cádiz rumores de certas propostas que fez ao governo de Espanha, juntamente com a proposta para pôr S. A. R. a princesa do Brasil à testa da regência de Espanha, julgo necessário repetir claramente por escrito o que muitas vezes lhe disse em conversa a esse respeito. Contudo não me será necessário mais do que chamar sua atenção sobre nossa última conversação, quando me informou da moção do senhor Valiente a favor de S. A. R., e me negou da forma mais categórica qualquer prévio conhecimento da mesma, ao mesmo tempo que não daria V. Exa. passo algum para promover seu êxito. – Perguntou-me, então, V. Ex. que linha de conduta pretendia eu seguir nessa emergência, e eu lhe respondi que ainda quando estivesse autorizado por algumas instruções positivas, conhecia muito bem, não obstante, os sentimentos do governo de S. A. R., o Príncipe Regente, sobre o assunto que agora têm em consideração as Cortes; que não havia objeção pessoal para a Princesa do Brasil, mas que, no presente estado da Península, havia muitas razões que faziam inconve-

niente sua escolha para a regência de Espanha, e que a mesma seria, provavelmente, desaprovada na Inglaterra com o fundamento de que dificilmente poderia realizar-se sem prejuízo do sistema que tem feito a salvação de Portugal; que, portanto, se as Cortes aprovassem a proposta do senhor Valiente, sem consultar a seu aliado, se devia claramente entender que, desde o momento da ascensão da Princesa do Brasil à regência de Espanha, ela condenaria sua influência sobre o governo português como finda, e deixaria de exercê-la; que era impossível mesclá-los sem prejudicar muito os interesses, integridade e independência de ambos os reinos; mas que os socorros que ela tão liberalmente prestara a ambos os governos foram aplicados a cada um de modo tão diferente, que era impossível mesclá-los sem prejudicar muito os interesses de Portugal, e que, portanto, se se esperava que, nomeando-se a princesa do Brasil para estar à cabeça do governo de Espanha, os meios que a Grã-Bretanha, subministrara a Portugal haveriam de constituir fundo para aplicar-se igualmente às exigências de ambos os governos, julgava de meu dever desenganá-los, e àqueles que foram os promotores dessa medida, por uma afirmação de seus socorros em uma guerra de tão pouco proveito para a causa comum. Julguei necessário tranqüilizá-los com esta carta a fim de excluir toda a possibilidade de alguma futura má inteligência, pelo que respeita aos sentimentos do governo inglês sobre este assunto. – Tenho a honra de ser, senhor, seu mais obediente e humilde criado: Henrique Wellesley. – A S. Exa. o cavaleiro de Sousa e Holstein – (Cópia). Carlota Joaquina.

Dom Pedro de Sousa, logo que recebeu a nota precedente, oficiou ao Ministério do Brasil, transmitindo-lhe todas as notícias relativas aos interesses da princesa, como se vê na seguinte exposição, que, segundo a inscrição posta à margem dela, era o número 42 de sua correspondência oficial, e a qualifica como de maior segredo.

“Ilustríssimo e excelentíssimo Senhor. Tenho a honra de remeter inclusos para S. A. R. a Princesa Nossa Senhora, cópias de ambos os ofícios, em conformidade com as ordens do Príncipe Nosso Senhor, que V. Exa. me comunicou. Nesses dois ofícios existe uma exposição de tudo o que respeita ao estado atual das duas grandes questões da sucessão e da regência, e só me julgarei autorizado a referir a S. A. R. as comunicações que

sobre este último assunto tive com o senhor Wellesley, parecendo-me mais conveniente dar conta deles separadamente a V. E. – Principiarei por dizer que a proposição feita nas Cortes por Don José Pablo Valiente, de que enviei cópia, no mesmo ofício número 4, à Princesa Nossa Senhora, pareceu-me sumamente intempestiva no momento em que foi feita, tendo sido eu sempre de opinião que se devia esperar para tratar da questão da regência quando estivesse decidida e publicada a da sucessão; tanto por ser esta a mais importante e a que deve servir de base à outra, como porque, todos os partidos contrários à regência da Princesa Nossa Senhora encontrariam nessa pretensão um pretexto plausível para estorvar a declaração de seus direitos; e igualmente, porque é claro que nem se pode nem convém dar, no momento atual, uma regência à Espanha, sem que seja plenamente de acordo com o gabinete inglês, não havendo a mesma necessidade para a decisão puramente constitucional dos direitos. – Várias causas influíram para que a proposta de Valiente, no momento em que foi feita, aparentasse resultado mais favorável do que eu esperava. Essas causas foram as más notícias chegadas dos exércitos, da tomada de Tarragona, e mais que tudo o terror que começaram a inspirar, na parte mais sã do Congresso Nacional, as opiniões que cada dia se vão mais desenvolvendo, do partido liberal ou republicano. – Nessas circunstâncias, o primeiro passo que julguei devia dar, mal tive conhecimento daquela proposta, foi o de avistar-me com o senhor de Wellesley. Achei-o completamente ignorante do que havia sucedido, e foi visível sua surpresa ou embaraço quando, depois de explicar-lhe a proposta que fora feita, e de declarar que eu não a havia de modo algum promovido, pedi-lhe que me dissesse francamente qual seria a conduta que ele, de acordo com suas instruções, julgava dever seguir nesta emergência. A resposta foi que carecia de instruções a esse respeito. Julgava, porém, que o chamar-se nesse momento uma pessoa real para presidir a esse governo não podia ser uma medida conveniente. Era certo, porém, que entre as que podiam aspirar a esse cargo, parecia-lhe que nenhuma seria mais agradável a S. M. B. que a Princesa Nossa Senhora; que ele não daria nenhum passo oficial para estorvar a decisão da questão e influir nela, mas não respondia pelo efeito que poderia produzir sobre o gabinete inglês o ver que o Congresso nacional tomava resolução de tanta transcendência sem consultar primeiramente a seu aliado. – A essas razões respondi observando-



Retratos de Dom João e Dona Carlota. Quadro a óleo existente no Museu Histórico Nacional, atribuído a Manuel Dias de Oliveira. Este retrato é considerado por Mendes Ribeiro uma fantasia do pintor, pois na época em que estão representados os personagens não posariam eles em atitude tão amistosa...



El-Rei D. Miguel I, de Portugal, no trono na época da publicação das Memórias de Presas, em que sua mãe, a rainha viúva, era tão duramente alvejada.

lhe que o governo, ou, para melhor dizer, o estado, descambava para uma total desorganização; que para conter esta na Europa e na América, não parecia restar outro recurso senão o de pôr à testa do governo a uma pessoa que, por seu nome e direitos ao trono, inspirasse respeito e servisse de centro de reunião. Que a experiência da diferente conduta entre o nosso governo, e os da Espanha para com a Inglaterra devia bastar para provar-lhe quanto esta medida lhes facilitaria o estabelecimento de um sistema militar análogo ao que existe em Portugal, único que poderia salvar a Península. Que as relações íntimas de S. M. B. com a augusta Casa de Bragança lhe deviam fazer preferir esta a todas as demais competidoras à sucessão de Espanha; que não seria pequena glória para a Grã-Bretanha o poder dar, como fez Luís XIV, um rei à monarquia espanhola, e que, estendendo mais as vistas para o futuro, o poder colossal da França exigia que a Inglaterra procurasse fundar na Europa uma potência que o equilibrasse. Que sua aliança com a Península se faria perpétua, etc. Muitas destas razões julgo não admitir réplica; saí, porém, dessa conferência persuadido de que a medida proposta não poderia obter por enquanto o apoio do Ministério inglês, e que por consequência, não se devia esperar que fosse adotada, e tirando como único fruto de meus argumentos a palavra positiva do senhor Wellesley (que efetivamente cumpriu) de que ela não daria nenhum passo oficial que revelasse oposição à sobredita medida. – Dois dias depois recebi do senhor Wellesley a nota oficial de que incluo cópia (letra I), assim como (letra K) de minha resposta. – Um e outro não fizemos mais do que repetir por escrito o que mais por miúdo nos comunicamos de viva voz: observará, porém, V. Ex. na nota do senhor Wellesley, que um dos principais motivos (ainda que, a meu ver, futilíssimo), que parece afastá-lo de que se confira a regência de Espanha à Princesa Nossa Senhora, é o receio de que isso pudesse produzir alguma mudança no atual sistema de governo de Portugal. Espero que o modo por que respondi a esse argumento, assim como a todo o conteúdo e o estilo de minha nota, possam merecer a aprovação do Príncipe Regente Nosso Senhor e a de V. Exa. – Pode V. Exa. estar seguro que, em todo o decurso dessa negociação, me conduzi sempre com o ministro da Inglaterra do melhor modo, para não dar-lhe a menor ocasião de queixa ou de desconfiança, seguindo nesse particular o espírito das minhas instruções e o que exigem nossas atuais circunstâncias, e me lison-

jeio efetivamente de ter conservado com ele a melhor harmonia, não sendo pequeno o embaraço em que algumas vezes me vi, pela obrigação de levar a efeito um negócio de tanto interesse para o Príncipe Regente Nosso Senhor e de respeitar ao mesmo tempo as idéias do ministro inglês a respeito da mesma matéria. Igualmente devo dizer a V. Exa. que tenho dado pronta a exata conta de todo o congresso dessa negociação ao embaixador de S. A. R. em Londres, na esperança de que possa achar alguns meios de inclinar aquele governo a favor de uma idéia que, quanto mais se medita, mais parece dever ser análoga à sua política e aos seus interesses. – Este seria, indubitavelmente, o golpe de mestre, e bastaria para afastar de pronto todos os obstáculos que poderá ainda encontrar essa decisão. Finalmente, expondo a V. Exa. minha opinião sobre este assunto com a franqueza a que me julgo obrigado, concluo: que a decisão do ponto essencial que é o da sucessão a favor de S. A. R. é mais que provável, mas receio que (se o governo inglês não se mostrar muito mais propenso do que tem aparentado até agora) não se consiga facilmente colocar a Princesa Nossa Senhora à testa da regência desse país. Contra essa medida erguem-se os maiores obstáculos, principalmente pelo sexo de S. A. R., que serve de pretexto a todos os que a querem excluir; a ambição de alguns indivíduos que aspiram eles próprios à regência; as idéias dos republicanos que se aproveitam de todos os meios para afastar daqui uma pessoa real; o partido (se bem que não muito numeroso) da Casa de Nápoles, e, pela mais desagradável das contradições, o próprio partido antinglês, que não deixa de existir na Espanha, trata de afastar a S. A., como afeiçoada à Inglaterra, ao mesmo tempo que influi sobre outros o receio de que essa medida não tenha a aprovação do governo inglês. – Sem embargo dessas suposições e de outras muitas nascidas de preocupações populares, repito a V. Exa. que estou plenamente confiante em que conseguiremos muito breve uma primeira e completa vitória sobre o ponto da sucessão. – Oxalá que isso possa verificar-se algum dia, e que o mau governo político e militar a que a Espanha está atualmente entregue, não a leve antes disso à sua total ruína! Na verdade, o quadro causa tanto maior lástima quanto mais de perto se observa. – A falta de numerário é completa; por conseguinte, os exércitos estão desorganizados. O governo débil não adota nenhum meio eficaz nem para conservar o centro de Espanha que os franceses lhe arrancaram aos pedaços, nem as Américas, que, por

inércia e falta de política, estão desejando escapar de suas mãos. As Cortes entregues a discussões pueris, e a sistemas teóricos, não tratam de negociar, solidamente, com o governo britânico para ter subsídios, e pacificar as Américas, e para cúmulo dessas desgraças, não puderam até agora concordar no estabelecimento de algumas bases gerais para conceder o comércio livre às suas colônias, sem o que devem perder as esperanças de conservá-las. – No meu primeiro ofício terei a honra de enviar a V. Exa. o projeto do comércio livre que apresentou às Cortes uma comissão do mesmo Congresso, e que, contra todas as esperanças e probabilidades, foi rejeitado pela maioria. Deus guarde a V. Exa. – Cádiz, 16 de agosto de 1811. Dom Pedro de Sousa Holstein. – Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Conde de Linhares. (Cópia): *Carlota Joaquina*.”

Resposta do excelentíssimo senhor conde de Linhares à nota precedente:

“Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor. Recebi e levei à augusta presença de S. A. R. o Príncipe Regente Nosso Senhor, o ofício n. 42 que V. E. me dirigiu, e o mesmo augusto senhor ficou capacitado do zelo e inteligência com que V. Exa. procedeu depois que soube que Dom Pablo Valiente propusera nas Cortes, mais prematuramente do que V. Exa. desejava, que S. A. R. a Princesa Nossa Senhora fosse declarada (como de direito lhe pertence segundo os princípios da forma de governo monárquico) regente de Espanha, e do bem entendido passo que V. Exa. deu, informando tudo ao ministro britânico em Cádiz, e procurando fazê-lo declarar-se sobre tão importante ponto, como em parte o fez na memória que dirigiu a V. Exa.; respondeu de um modo que mereceu inteiramente a aprovação de S. A. R. e havendo o mesmo augusto senhor tomado em consideração tão importante objeto, conhecendo quanto esta resolução poderia influir a favor da sorte da Península, e de aurrir recursos pecuniários servindo-se de um novo crédito e circulação que poderia estabelecer-se, S. A. R. a Princesa Nossa Senhora se dignou também declarar a seu augusto esposo suas reais intenções, de modo que não podem deixar de agradar ao ministro britânico, se não quiser cegar-se a respeito de seus verdadeiros interesses, e das potências aliadas que fazem causa comum. Foi S. A. R. servido mandar remeter a seu embaixador britânico, e lhe propor que se interesse em benefício da causa comum, para

que se aclame em Cádiz a regência de S. A. R. a Princesa Nossa Senhora, conhecendo os princípios sob os quais S. A. R. se propõe dirigir sua regência, que certamente serão não só os mais favoráveis à causa e interesses da Grã-Bretanha, como também os mais úteis e até necessários à causa comum dos aliados; pois que, no momento atual, e quando é de temer que Bonaparte intente descarregar um golpe decisivo sobre a Espanha, só esse sistema e plano seguido em toda a sua extensão poderiam dar os meios de pôr o exército no melhor pé, e de achar-se recursos de fazenda para os quais concorressem ambas as monarquias, e que fossem, não só proporcionados aos esforços que se hão de fazer, como também menos onerosos à Grã-Bretanha, que com muito menos subsídio e empréstimos garantiria o crédito e a circulação do papel que se fizesse circular nos dois Estados, o que só poderá ter efeito estando ambas as monarquias confiadas a mãos tão augustas e tão estreitamente ligadas entre si, e cujos interesses são inseparáveis. V. Ex. conhecerá, melhor do que eu lhe poderia explicar, as grandes vantagens de tal plano, e V. Exa. poderia com grande segredo, e de modo mais confidencial, ir revelando-o por partes ao ministro britânico em Cádiz, e convencê-lo da solidez de tais vistas para tentar, se possível, que ele escreva em favor da realização do mesmo. S. A. R. manda também recomendar a V. Exa. que, por meio da imprensa, procure dar a entender ao povo espanhol esse plano, e veja se pode fazer que lhe seja agradável, de modo que a opinião pública na Espanha se lhe manifeste favorável, procurando também, quanto lhe for possível, mostrar à nação espanhola quão ridículo é o ódio que tem contra os portugueses, como o tiveram os ingleses em antigos tempos contra os escoceses, e que o bem compreendido interesse de ambas as nações deve fazer cessar: pois, falando quase a mesma língua, tendo a mesma religião, idênticos costumes, e até as mesmas preocupações, não há dúvida de que são chamados a constituir uma única e poderosa nação. Desse modo manda S. A. R. instruir a V. Exa. de tudo o que deseja, que com seu notório zelo e talento se esforce em tratar de conseguir a realização de um objeto e do maior interesse para sua real coroa, para todos os aliados, e que unicamente ele pode fornecer os meios de opor invencível resistência a Bonaparte. Deus guarde a V. Exa. – Palácio do Rio de Janeiro, em 8 de novembro de 1811. – Conde de Linhares. – Ao Senhor conde de Palmela. (Cópia): *Carlota Joaquina.*”

Com igual data, o mesmo conde de Linhares dirigiu a seu irmão,

o conde de Funchal, embaixador do Brasil em Londres, a seguinte nota:

“Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor. Havendo levado à Augusta presença de S. A. R. o Príncipe Regente Nosso Senhor, o ofício junto, n. 42, do ministro do mesmo Augusto Senhor em Cádiz, de que, sobre a moção que, em sessão secreta das Cortes de Espanha, fez Dom Pablo Valiente para que fosse chamada à regência de Espanha S. A. R. a Princesa Nossa Senhora, o ministro britânico passou ao ministro de S. A. R. em Cádiz uma memória de que também se remete cópia a V. Exa., na qual indicou que não julgava que o ministro britânico aprovasse nesse momento uma medida de semelhante natureza, ainda que não se opusesse aos conhecidos direitos de S. A. R. e persuadido S. A. R. de que estes princípios podem ser bastante nocivos à causa comum, pois que a regência e S. A. R. a Princesa Nossa Senhora seria o único sistema que deveria seguir-se, e se poderiam esperar-se a remessa de generais ingleses, e os recursos necessários de dinheiro para fazer e continuar a guerra contra Bonaparte, tendo também S. A. R. a Princesa Nossa Senhora autorizado a seu augusto esposo para fazer uma declaração dos princípios que se propunha seguir se fosse chamada à regência, como V. Exa. verá no número..., e tendo S. A. R. servido ordenar-me que submetesse todos esses papéis a V. Exa. para apresentá-los e dá-los a conhecer secretamente ao gabinete inglês, para que cheguem à presença de S. A. R. o príncipe de Gales, e que V. Exa. ao mesmo tempo expusesse as vantagens que poderiam resultar de semelhante plano e, até mesmo, a absoluta necessidade que há de adotá-lo; se o Governo Britânico, persistindo nos louváveis princípios que até aqui tem adotado, deseja eficazmente assegurar a independência da Península, e nela pôr um freio e limite à ambição de Bonaparte, V. Exa. fará ver ao Ministério britânico que os objetivos de S. A. R., dando esse passo, não são, nem procurar realizar os direitos de sua augusta esposa, nem princípio algum de ambição; mas única e absolutamente a convicção em que está de que esse será o único meio de constituir um exército espanhol bem disciplinado, e de poder encontrar novos recursos financeiros proporcionais aos esforços que é necessário fazer, e que seriam menos pesados à Grã-Bretanha, que bem sente o peso dos generosos subsídios que tem dado e têm sido tão ultimamente empregados. S. A. R., confia em que S. Exa., executando essas suas reais ordens a respeito do Ministério britânico com o zelo e a atividade que costuma,

não deixará também de dar à publicidade por meio das gazetas (se assim o julgar conveniente) a esse plano, e por meio de alguns membros da opposição (se nisso não houver inconveniente); pois que, por esse modo, talvez se possa conseguir que a opinião pública aprove o plano e facilitar depois ao Ministério sua execução. S. A. R. assim o ordena a S. Exa., e o autoriza a que, com seu conhecido zelo e atividade procure dar a tão importante negócio todo o calor, bem persuadido de que talvez seja este o único meio que ainda resta para salvar a Espanha, e conseguir a independência da Europa, e comunicando imediatamente tudo o que observar a respeito da matéria, e do que se pode esperar do modo com que forem recebidas as primeiras propostas, sendo muito para desejar que o Ministério britânico possa convencer-se da solidez dos objetivos que se propõe à sua consideração, nos quais S. A. R. Nosso Senhor tem grande interesse como príncipe coligado para o grande fim de diminuir o poder de França, como particularmente interessado na objetivação dos direitos de sua augusta esposa e de sua real família. Deus guarde a V. Exa. – Palácio do Rio de Janeiro, 3 de novembro de 1811. – Conde de Linhares. – Senhor conde de Funchal. (Cópia): *Carlota Joaquina.*”

.....

Capítulo XVII

CONTINUAÇÃO DA MATÉRIA DE QUE TRATA
O CAPÍTULO ANTERIOR

O CONDE de Linhares, para ampliar mais as instruções que remetia ao conde de Funchal, redigiu uma memória sobre a situação em que se achava a Espanha em 1811, e que foi do teor seguinte:

“Sendo do maior interesse, não só para S. A. o Príncipe Regente de Portugal, mas para S. M. B. e para a glória e conservação de ambas as coroas, que se procurem todos os meios para assegurar a independência da Península daquém dos Pirineus, de que também depende a salvação da Europa, parece que nada deve ocupar tanto aos dois soberanos coligados, como o exame dos meios com que poderia a Espanha levantar e disciplinar exércitos respeitáveis por sua força numérica e valor e perícia dos oficiais que se venham a empregar neles, como também dispor de maiores recursos financeiros para mantê-los. A experiência nos passados anos mostrou que a falta de uma regência de acordo com a forma monárquica de governo que infelizmente sempre regeu a Espanha, e que possa conseguir a confiança e respeito da nação espanhola, é a verdadeira e principal causa dos males que se experimentam, e que, longe de diminuir com a convocação de Cortes, aumentaram, perdendo-se em discussões metafísicas, para as quais o povo espanhol não se acha preparado, um tempo precioso que deveria

ser consagrado todo a levantar um exército numeroso, bem disciplinado e comandado, para que pudesse resistir ao exército francês, e fazer causa comum com os exércitos português e inglês, procurando a mais meios e recursos financeiros para manter tão dispendiosa e necessária máquina, não pode deixar, por conseguinte, de ser claro a todas as luzes e a todos os que desejam que o colosso do império francês possa encontrar finalmente uma resistência superior à sua ambição, que se tentem todos os recursos para conseguir esses fins necessários e convenientes à salvação da Espanha.

“É, pois, evidente que o estabelecimento de uma regência legítima, como a tal atual herdeira do trono de Espanha, é certamente o único meio que se deve tentar para salvá-la e para conseguir por meio de um grande centro de reunião, que haja exércitos disciplinados e se consigam todos os recursos pecuniários de que há necessidade. Pode o governo britânico pesar quanto conviria a seus interesses semelhante medida, e quão vantajosa lhe seria uma influência aos votos dos espanhóis para fazer abraçar pelo governo dessa nação tão razoável e justa medida? Por um lado, a herdeira presuntiva, depois de chamada pelas Cortes à regência, não devendo por enquanto passar a residir na Espanha, nomearia governadores em nome de S. A., e da mesma forma que em Portugal, S. M. B. seria informada dos esforços que se fariam para salvar a Espanha e para cooperar de acordo com os aliados. Por outra parte, seu interesse identificado com o da Espanha, colocá-la-ia de certo modo na obrigação de entregar o comando, direção e disciplina do exército espanhol ao marechal general comandante-em-chefe dos exércitos aliados, e de confiar-lhe inteiramente o plano de campanha, imitando nesse ponto a sábia política de seu augusto esposo, e desde o momento em que tão sábia resolução se tomasse, os exércitos da península seriam dirigidos por um grande espírito; quanto aos exércitos espanhóis, pela admissão de bons e hábeis oficiais estrangeiros, se poriam, em pouco tempo, ao nível dos exércitos português e inglês, que os franceses tanto respeitam, pois que, sob as ordens do marechal general conde de Vimieiro, Lord Wellington e do conde de Trancoso, marechal do exército português, têm sido sempre vencedores e nunca vencidos.

“Se unirmos ao benefício que resultaria, de levantar-se logo um exército espanhol bem disciplinado, a possibilidade de aproveitar esta fusão de vistas e os recursos para emitir um papel de crédito de que

tanto Portugal como Espanha necessitam para garantir os pagamentos, e que ambas as potências se obrigassem a garantir os pagamentos, e que ambas as potências se obrigassem a garantir a proporção que se estipula na medida de suas respectivas populações, isto é, de três para dez, ou de sua respectiva extensão territorial na península, e que servisse unicamente de fundo para manter os exércitos e sustentar o crédito por meio de módicos subsídios, ou empréstimos feitos sob a garantia da Grã-Bretanha, e muito menores que aqueles que a Grã-Bretanha está atualmente obrigada a fazer; quem poderia duvidar de que, sem gravame de Portugal e Espanha, se conseguisse por esse modo uma grande solução menos pesada à Grã-Bretanha, e que produziria todos os recursos necessários para sustentar por largos anos a guerra da Península contra os esforços da França? Porventura a história dos assinados de França e do papel dos Estados Unidos da América, não são uma prova da solidez desse tema, que certamente não se poderia adotar senão no momento em que a legítima regente de Espanha servisse de fiadora de verdade e segurança com que poderia criar-se tão vasto sistema de crédito e circulação nos dois países vizinhos e unidos por governos que se inspiram a mais estreita confiança, assegurando por esse modo sua própria defesa e a glória da Grã-Bretanha? Se esses princípios são verdadeiros, se a Grã-Bretanha não pode deixar de reconhecer a necessidade que tem de salvar a Espanha para conservar a independência da Europa e a dificuldade que acha para os governos e grandes sacrifícios pecuniários que tem feito e está fazendo, para socorrer a Portugal e Espanha, como poderá o gabinete britânico deixar de sentir a força e o peso de semelhantes reflexões? Acaso o temor da futura reunião das duas monarquias pode assustá-la? Essa época está muito distante ainda, além de que a Grã-Bretanha poderia fixar por tratados, para o futuro, a divisão de duas monarquias pelos diversos augustos filhos da legítima e presuntiva herdeira. A Grã-Bretanha, também não deve perder de vista que, se se visse obrigada a reconhecer o poder colossal da monarquia francesa, só a criação de uma poderosa monarquia na península poderia conseguir contrabalançar-lhe o poder, pois que essa nova monarquia, além de forte, seria sempre inimiga, como vizinha herdeira com a França, tanto mais existindo já o horror que a casa real de Bragança professa contra o usurpador de França e a eterna e permanente

amizade que a une à casa real de Brunswick pelos mais sagrados e estreitos laços de aliança e reconhecimento. Se essas verdades forem ouvidas e discutidas com calma, pode ser que os aliados venham a conhecer pela experiência quanto elas são fundadas na razão e na justiça, e quão dignas de ser acolhidas postas em prática. Rio de Janeiro, 8 de novembro de 1811. – (Cópia). *Carlota Joaquina.*”

.....

Capítulo XVIII

NOTAS QUE S. A. R. O PRÍNCIPE REGENTE, POR CONSELHO DE SEU MINISTRO CONDE DE LINHARES E DE LORD STRANGFORD, SUGERIU A SUA AUGUSTA ESPOSA, E REFUTAÇÕES COM QUE ESTA RESPONDEU AO MESMO PRÍNCIPE.

O CONDE DE LINHARES, para realizar e levar a bom termo o plano que se acaba de ver na memória atrás transcrita, de acordo com lord Strangford, apresentou ao Príncipe Regente uma minuta para que, passando esta à Princesa, a copiasse por sua mão e a devolvesse a fim de ser transmitida depois ao Príncipe Regente de Inglaterra, a fim de atraí-lo à cooperação do mesmo sistema. A referida minuta é do teor seguinte:

“Meu querido esposo, o cuidado e a inquietação que me causam a triste e arriscada situação de Espanha, patrimônio de minha real família, os sinceros votos que faço para sua conservação, da qual dependem a existência da Península e das monarquias portuguesa e espanhola, assim como a própria salvação da Europa, me obrigam a manifestar a V. A. meu modo de pensar a respeito de matéria tão interessante para nossas duas famílias reais, tão estreitamente unidas pelos mais sagrados laços de sangue, e autorizá-lo ao mesmo tempo para que em meu nome possa dar a conhecer isto a S. M. B., a fim de que se possam tomar energéticas medidas, que imperiosamente exigem as críticas circunstâncias em que se acham Espanha e Europa.

“A imensurável força do império francês, que ameaça a Europa inteira, só pode continuar a achar na Espanha uma resistência à altura, se os fiéis, leais e generosos espanhóis se virem governados pela legítima e presuntiva herdeira, a quem pertencem os direitos à regência, segundo os princípios dos governos monárquicos, e se o pessoal real a quem a lei e a razão chamam para esse lugar, mostrar e inspirar por seus princípios tal confiança a S. M. B. e a seu atual Ministério, que a união entre as duas monarquias espanhola e britânica se faça tão indivisível como aquela que felizmente existe entre V. A. R. e S. M. B. De acordo com esse parecer, conhecendo pela voz geral e atos públicos que as Cortes mostram desejos de reconhecer não só meus direitos eventuais, como também de me chamar à regência, no caso de julgar eu que S. M. B. aprove tal resolução, parece-me conveniente autorizar a V. A. R. para que em meu nome declare a S. M. B. que, desejando fortemente a salvação da monarquia espanhola, e reconhecendo os direitos que a ela tenho, não hesitaria em aceitar semelhantes propostas com a firme resolução, em primeiro lugar, de estabelecer na Espanha governadores que, como os de Portugal, governassem totalmente de acordo com o governo inglês, e que exclusivamente se preocupassem com o fim único de salvar a Espanha e servir à causa comum dos aliados, sem nenhum outro objetivo particular; em segundo lugar, se entregar o exército espanhol e pô-lo sob o mesmo sistema que o português ao comando do conde de Vimieiro, declarando-o marechal comandante-em-chefe dos exércitos das três nações aliadas, e procurar, pela admissão de oficiais ingleses, pôr o exército espanhol no mesmo pé de disciplinar em que se acha o de Portugal, dando-lhes, para esse fim, os mesmos poderes que em Portugal, e conservando, com esse objetivo, o mesmo sistema para distribuição das rendas da monarquia e dos subsídios que a Grã-Bretanha desse para a continuação da guerra; em terceiro lugar, procurar recursos de créditos com os quais Portugal e Espanha conseguissem meios de, com menores sacrifícios da Grã-Bretanha, continuar a fazer guerra rigorosa à França; em quarto lugar, de agir em tudo de acordo com V. A. R. e S. M. B., para que, da união de vistas e princípios, resulte o grande benefício de salvar a península, do que, essencialmente, depende o estabelecimento do equilíbrio europeu. Expondo assim a V. A. R. o sistema e princípios que seguirá sem nenhuma alteração, se os leais e dignos espanhóis julgarem que lhes

possa convir o reconhecimento de meus eventuais direitos à regência que por direito me pertence, deixo livre a V. A. R. fazer o uso que julgar conveniente desta minha real declaração, que jamais retratarei e farei observar com o mais religioso escrúpulo, e que só faço persuadida de que devia dar esta última prova de amor que dedico aos espanhóis, e do sincero desejo e ardentes votos que faço pela conservação e completa restauração da monarquia de meus augustos pai e irmãos. – V. A. R. que se sente de acordo comigo nessas aspirações, não deixará de dar todos os passos convenientes junto ao nosso antigo e fiel aliado, fazendo justiça aos sentimentos da que é, etc... (Cópia). *Carlota Joaquina.*”

Foi o próprio conde de Linhares quem, por ordem do príncipe regente, levou à princesa essa minuta. S. A. R., em semelhantes matérias, não dava um passo sem ouvir primeiramente minha opinião e parecer. Entregou-me a minuta, e desde logo notei que as sugestões que nela se faziam eram muito irritantes, e, por conseguinte, inadmissíveis. Só quem não tivesse a menor idéia ou conhecimento do caráter dos espanhóis poderia pensar que estes consentiriam em que a princesa, assistindo no Rio de Janeiro, nomeasse e empossasse governadores na Espanha da mesma forma que o príncipe os criara para governar em Portugal, nem que os militares admitissem ser comandados por chefes estrangeiros, como o mostrou depois o desprezo com que o general Ballesteros, achando-se em Granada com seu exército, recebeu as ordens do duque de Wellington, não estando este absolutamente autorizado pelas Cortes, para exercer o comando supremo sobre os exércitos da Espanha. Por último, avaliando por mim próprio o modo de pensar e a opinião que teriam os demais espanhóis, aconselhei à Princesa que, de modo algum lhe conviria aceder ao que lhe propunha o Príncipe, a quem poderia responder-se imediatamente de uma forma que, sem comprometer-se S. A. R. em cousa alguma, conservasse o conceito que adquirira perante seus compatriotas. A princesa aprovou esse parecer e, em vista disso, redigi, por sua real ordem a minuta da resposta, que, copiada de seu punho, remeteu ao Príncipe, concebida nos seguintes termos:

“Meu querido esposo. Considerada atentamente a presente situação dos negócios e as extraordinárias circunstâncias em que se acha o governo espanhol, creio ser do meu dever dizer a V. A. R. que, não tendo nenhuma delegação de poderes de minha fiel e generosa nação, seria intempestiva

qualquer explicação sobre os pontos ou princípios apresentados na nota que V. A. R. me enviou por seu ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Julgo tão delicada a matéria que se apresenta nos referidos princípios, que me parece impossível dela tratar sem dar motivos de queixa ou ressentimento à Espanha ou à Inglaterra, e talvez que mesmo V. A., com o que, seguramente, padeceria a causa pública e a própria aliança que com tanta justiça se procura manter. Cheia da maior gratidão pelos bons ofícios com que V. A. R. procura cooperar na defesa da justa causa de minha real família de Espanha, e igualmente reconhecida à heróica e alta proteção com que S. M. B. favorece o povo espanhol, declaro que, a qualquer tempo que a nação espanhola deposite em mim sua direção e governo, procurarei realizar suas aspirações, defendê-la do inimigo comum, administrando justiça e conservando escrupulosamente com V. A. R. e com S. M. B. a mais íntima união e aliança, que tão necessária é à felicidade das três nações, e ao restabelecimento do equilíbrio europeu. É com o maior prazer que aproveito esta ocasião para ratificar a V. A. R. os sentimentos do mais sincero afeto com que sou de V. A. R. a esposa que muito ama. – Carlota Joaquina de Bourbon. – Rio de Janeiro, 14 de novembro de 1811. (Cópia): *Carlota Joaquina.*”

Em vista da repugnância que neste papel manifestou a princesa em aderir às idéias que o conde de Linhares e lord Strangford tinham, sugerido a seu augusto esposo, resolveu este reclamar a minuta e demais papéis que lhe remetera, e para esse feito lhe escreveu a seguinte carta:

“Meu amor. Recebi tua carta com o maior prazer, por dizer-me que está bem. Senti infinitamente por ter Maria Isabel passado mal. Recebi a resposta à nota que, por minha ordem, te entregou o conde de Linhares; como não a aprovaste, remeto-te esta por um portador seguro⁴⁰, a quem entregarás os referidos papéis, pois tenho necessidade deles. Adeus, meu amor, até a vista. – O esposo que muito te ama: *João*. – Ilha do Governador, em 14 de novembro de 1811. – (Cópia): *Carlota Joaquina.*”

40 O primeiro médico da Câmara, Vieira. (Nota do tradutor:) – Dr. Manuel Vieira da Silva, futuro barão de Alvaizer, autor do primeiro trabalho médico impresso no Brasil, as “Reflexões sobre alguns dos maiores propósitos por conducentes para melhorar o clima da cidade do Rio de Janeiro”. (Rio, Impressão Régia, 1808), 8º de 28 r.

Parece que a formal negativa com que a Princesa franca e terminantemente manifestara sua opinião sobre o plano que lhe propuseram, deveria deixar fechada a porta a qualquer ulterior pretensão sobre a mesma matéria. Assim não foi, porém, porque desejando o conde de Linhares e lord Strangford dar uma prova completa de terem empregado sua atividade e talentos em levar a efeito os objetivos e instruções do gabinete britânico, tentaram pela segunda vez renovar a mesma solicitude, e conseguiram do príncipe que enviasse a sua augusta esposa a minuta da seguinte nota, para que lha devolvesse escrita e assinada por sua mão, com o fim de poder mandá-la ao príncipe regente de Inglaterra; esse documento se considerava, então, o meio mais oportuno para inclinar-se as Cortes de Cádiz a que conferissem o supremo comando dos exércitos espanhóis a lord Wellington.

“Sobre o estado dos negócios de Espanha, depois da última conversação que tivemos a esse respeito, ocorre-me uma reflexão que tenho a intenção de comunicar-te; como, porém, ainda te demoras, envio-ta por escrito, para que se o julgares conveniente, possas dela fazer uso, remetendo-a pelo paquete prestes a partir.

“O desejo que tenho de ser regente de Espanha nas circunstâncias em que ela se acha, só o pode ter frustrado o transtorno universal da Europa: este objeto é o principal a merecer o emprego de todos os meios para consegui-lo. Parece-me bem solicitar à Grã-Bretanha que aplique todos os bons ofícios nesse sentido, e, se assim se verificar, parece não só se pode esperar, como se deve crer que a França sucumba ao peso das três nações unidas, cujo sistema deve ser único e o mesmo que se acha organizado em Portugal. Com a vantagem que já se viu e está vendo para pô-lo em execução, não resta outra coisa a fazer do que conferir ao próprio general-em-chefe a mesma jurisdição na Espanha, a fim de que dirija a administração da Fazenda Real de modo que o exército não padeça, de maneira alguma, faltas e necessidades e, para que eu possa colaborar quando regente usando do direito que me compete. Faze o uso que te convier desta reflexão minha, na certeza de que sempre seguirei teu sistema, porque será mais acertado. Novembro, 16, de 1811. (Cópia). *Carlota Joaquina.*”

Constante em meus princípios, pouco tive que pensar para responder à proposta que novamente se dirigia à princesa neste papel. Lavrei,

imediatamente, por sua real ordem, a resposta que, como as demais, foi aprovada, copiada e remetida a seu augusto esposo, e que era do teor seguinte:

“Meu amor. Depois de nossa última conversa sobre os negócios de Espanha, a única coisa que posso acrescentar às minhas reflexões é que, não me achando de forma alguma autorizada a tratar de negócios que são privativos do conhecimento do governo espanhol, devo abster-me, para não me comprometer, de abordar assuntos de tanta transcendência. Se se dá o caso de me colocarem à testa da regência, então tratarei de conservar com a Inglaterra e Portugal as relações amistosas que felizmente agora existem, assim como, também, procurarei estreitá-las por todos os modos que ofereçam recíprocas vantagens às três nações aliadas, jamais perdendo de vista os justos interesses da Espanha.

“Adeus, minha vida; vê o que queres que faça a que é tua esposa que muito te ama. – *Carlota*. – Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1811. (Cópia): *Carlota Joaquina*.”

.....

Capítulo XIX

OBJETIVOS E DESÍGNIOS QUE TEVE A INGLATERRA EM 1811, A RESPEITO DE ESPANHA E PORTUGAL

A DIVERSIDADE e importância dos vários objetos de que tratam as notas anteriores, focalizam questões muito delicadas e dignas, por conseguinte, da consideração de meus leitores, os quais, melhor do que eu poderão, quiçá, alcançar os objetivos do gabinete britânico. A leitura dos entendimentos que teve o conde do Funchal com o marquês de Wellesley, primeiro-ministro de Estado, historiados depois na seguinte nota, transmitida ao Ministério do Rio de Janeiro, dá uma idéia mais clara do assunto:

“Nº 245 – Reservadíssima.

“Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor. – Justamente quando chegou o bergantim *Falcão* com o despacho de V. Exa. de 27 de abril próximo passado, relativo à missão Sarratea, estava eu solicitando a conclusão de três negócios: primeiro, remediar a espantosa falta de remessas que experimentava a caixa de subsídios, e de que se queixava o conde de Redondo: este, felizmente, já se acha remediado. – Segundo, alguma decisão sobre o *Correio Brasiliense**. Em ofício separado lerá V. Exa. a resposta do mar-

* O *Correio Brasiliense*, órgão desabusado de oposição política, era publicado em Londres, sob a direção de Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça,

quês com data de 28 de julho p. p. – Terceiro, petição que fiz para que o tesoureiro britânico adiantasse o dinheiro necessário para o pagamento das letras do real erário que, por desgraça, não foi atendida, como lerá V. Exa. Na resposta que acompanha o ofício do excelentíssimo conde de Aguiar.

“A decisão de alguns desses negócios era de tanta importância que retardei por alguns dias, para ter as respostas expressas, o pedido ao marquês de Wellesley, de uma conferência para tratar da comissão de Sarratea, a qual pedi com instância ao marquês que me concedeu à tarde, e foi bastante demorada; e como queria ter bem a certeza das palavras que haveria de escrever a V. Exa., ele próprio me propôs que lhe dirigisse uma nota breve, e prometeu a resposta para este pacote. A nota junta que tenho a honra de remeter, e que entreguei à noite com a paráfrase que a conservação naturalmente produziu, parece-me que dá uma idéia bastante clara de todos os assuntos que se devem tratar. A resposta do marquês, daria naturalmente bastante a conhecer os sentimentos do governo britânico, estes, porém, não devo interpretar. Referirei unicamente algumas proposições isoladas daquele ministro, que me parecem notáveis, e que não podiam ser suscitadas em minha nota.

homem de grande ilustração, bacharel em leis e em filosofia, que exercera, em 1798, nos Estados Unidos, o cargo de encarregado de negócios e que, mais tarde, perseguido pela Inquisição, em Lisboa, por ser maçom, fugiu ao suplício da fogueira, emigrando para Inglaterra, onde viveu como professor de línguas e jornalista. As coleções do *Correio Brasiliense* fornecem preciosa documentação aos estudiosos da história política do reinado de D. João VI. O jornal de Hipólito da Costa, com suas campanhas, prestou um serviço de certo valor à causa da independência do Brasil. Várias vezes o governo português formulou protestos contra a sua impressão na Inglaterra e muitas precauções foram tomadas para vedar a sua entrada no território de Portugal e do Brasil. “Não havia, porém, censura que obstasse à franca circulação do *Correio Brasiliense*, onde se criticava com talento a marcha da política portuguesa, – escreve Oliveira Lima, – e todos os processos da sua administração.” E acrescenta que D. João VI era dos primeiros a ler com assiduidade esse periódico, A circulação do *Correio Brasiliense* foi obstada, afinal, a 25 de junho de 1817, por intervenção do governo português, afinal bem sucedido nas suas reclamações.

Hipólito da Costa, que mereceu depois de Pedro I uma pensão e a nomeação para agente diplomático do Império junto ao governo inglês, nasceu na colônia do Sacramento, a 13 de agosto de 1774, e faleceu a 11 de setembro de 1823, em Kensington, perto de Londres. (Nota do prefaciador.)

A primeira foi dizer-me ele ‘que dos direitos eventuais de S. A. R. a Princesa Nossa Senhora à coroa de Espanha ninguém poderia duvidar...não imediatamente, mas depois de seus irmãos...seria o mesmo que duvidar, continuou ele, dos direitos do duque de York com a mesma exceção, porém que, na conveniência ou possibilidade de efetivar esses direitos, estava a questão’. Isto foi o máximo que me disse o marquês. Outra frase notável foi de que ‘havia prevenções estranhas e mais que nunca, entre os espanhóis e portugueses... Conhece V. Exa. porventura a dificuldade que teve lord Wellington em fazer fornecer na Espanha mantimentos às divisões de seu exército em que havia regimentos portugueses? Sabe V. M., continuou ele, que as Cortes estiveram para expedir um decreto com o fim de proibir que qualquer de seus membros se comunique com os ministros estrangeiros; e isso era para que não tratassem com vosso ministro (D. Pedro de Sousa)? ‘Respondi que não sabia de tal, e que, pelo contrário, supunha nos espanhóis grandes desejos de fundir em uma só ambas as monarquias.

“Quando sondei-o a respeito da primeira consideração que vai expressa na nota sobre a primeira operação provável da regência de S. A. R. a Princesa Regente Nossa Senhora, não se mostrou crente da viabilidade. Quando lhe falei da liberdade de S. M. Fernando VII respondeu, ‘que pouco se ganharia com isto, que Fernando VII era francês. Que não se salvaria por não ter querido; que se Bonaparte o soltasse haveria de vir acompanhado de um exército francês, e que os espanhóis não o quereriam receber⁴¹’. Terminando esta primeira e larga parte da conferência, começou ele a sua

41 O marquês de Wellesley, que, como primeiro-ministro, falava pelo governo inglês, achava grande dificuldade em que a princesa se pusesse à testa do governo de Espanha, e, por outra parte, reputava Fernando VII como francês, que naquela época valia o mesmo que dizer inimigo declarado dos espanhóis, que não queriam por esse motivo recebê-lo. E a quem, então, queria a Inglaterra colocar no trono de Espanha? Wellesley, sem dúvida, tinha presente, e estava ainda irritado pela conduta que o rei Fernando observara com o barão de Colly no Castelo de Valençay e as expressões com que, por meio do intendente de sua casa, Don Juan Ameraja, manifestara em 6 de abril de 1810 ao governador Berthemy sua opinião a respeito do ministério inglês. “Os ingleses”, disse Fernando, “fizeram grandes males à nação espanhola em meu nome. Ainda agora fazem correr sangue. O Ministério inglês, persuadido de que aqui estou por força, me manda propor meios de evasão. Enviou-me um agente que, com o pretexto de vender-me objetos de arte, me entregou uma mensagem do rei da Inglaterra.”

com grande preâmbulo para persuadir-me que não haveria mudança de Ministério, e que ainda quando o príncipe de Gales subisse ao trono, S. A. seria, não um rei da Inglaterra, e sim unicamente uma parte efetiva do Ministério. Daqui tirou o marquês a conclusão de que eu deveria compreender que seria sempre o modo de pensar do governo britânico aquele que ele me ia expor...Escutei com toda a atenção, continuando o marquês com uma larga exposição de queixas, contra o governo de Portugal, sobre o estado do exército, falta de provisões que a cada passo embaraçava as operações militares, autoridade limitada dos governadores do reino, que a cada passo se viam necessitados de consultar o Brasil, empregos e vantagens que estavam obrigados a dar a certas pessoas para ficarem bem vistos de alguns validos no Brasil, etc., etc.; não pronunciou porém, uma palavra a respeito da resposta de lord Wellington relativamente à questão do principal Sousa, e de míster Stuart, – o que achei que não devia perguntar-lhe, porque ele ficou na conferência de 25 de abril próximo passado (como V. Exa. o viu no meu ofício n. 231) de escrever a seu irmão, e dar-me a resposta. – Todo este seu discurso foi pronunciado com uma veemência aparente. E era necessário fazer algum esforço para ouvi-lo com paciência; como, porém, tenho intenção de não dar aos intrigantes o prazer de ver-me indisposto com ele, não achei a voz..., e quando ele me deu ensanchas, repliquei-lhe, congratulando-me com ele próprio pelo que me disse no preâmbulo sobre as intenções de S. A. R. o príncipe de Gales, e da provável continuação do Ministério. – Aqui discorremos um pouco, perfeitamente acordes quanto à singular obstinação de alguns membros notáveis da oposição, fortemente adstritos a um princípio contrário à razão e à experiência assim como fariam os membros do *comité du salut public* na França..., comparação que o marquês plenamente aprovou. V. Exa. se recordará da resposta dada por Pichegru – de que valem cinco mil homens em comparação com um princípio?

“Isto posto, disse-lhe eu, que ele bem sabia a que estado de necessidade chegaria a caça de subsídios, e que essa seria, naturalmente, a causa de algumas faltas que se sentiam no aprovisionamento do exército. Nego essa razão..., porém ela é evidente, e todo o mundo sabe que o comissário-geral arranjava em primeiro lugar o dinheiro para o exército inglês, e com receio de alterar o câmbio faz padecer a caixa de subsídios

para não fazer mais saques, além de que as respostas do conde de Redondo a mr. Stuart são tão vitoriosas que não deixam a menor dúvida de que essas faltas procedem das causas que ele e eu apontamos.

“Quanto às demais reclamações disse ao marquês que eu tinha muitas vezes sustentado a doutrina contrária; que as intenções de S. A. R. eram bastante amplas; eu, porém, devia dizer que observara pontualmente a ordem de 3 de junho de 1809, de não ocupar-me nem envolver-me nas coisas de Portugal senão quando fosse para isso rogado, ou pelo Ministério britânico, ou pelos senhores governadores do reino, e que, portanto, ignorava tudo da matéria sobre que versavam suas reclamações, e que, com dificuldade as podia admitir... e, em resposta a uma expressão de que ele se serviu, pedi-lhe que observasse bem; que, pondo de parte o ponto da capacidade, sujeita sempre a controvérsias, parecia-me impossível achar o que dizer da honra, zelo e patriotismo de pessoas tais como o eminentíssimo patriarca, o conde de Redondo, o principal Sousa, etc., etc. O marquês, então, se explicou, alegando que o que ele queria dizer eram erros de compreensão, falta de discussão... no que percebi claramente que não se atrevia a tocar na questão do principal Sousa, e por isso deixei-o falar à vontade: disse-me que, no caso de não pôr-se cobro o que motivava essas queixas, ele dissera a S. A. R. o príncipe de Gales que haveria de declarar no Parlamento que ele, com semelhantes instrumentos, não podia fazer nada, e me perguntou se eu queria agir de comum acordo com ele, e representar à corte do Rio de Janeiro expondo o que convinha, porque ele estava persuadido de que o remédio deveria vir do Brasil, que ele próprio assim o dissera a S. A. R. o príncipe de Gales, e que S. A. R. lhe respondera: ‘Exponha V. Mcê o que está dizendo a [Dom Domingos de] Sousa; estou certo de que ele compreenderá tudo isso’; eu lhe respondi que expressasse pormenorizadamente e por escrito o que desejava, porque o que eu lhe ouvira não o compreendera bem, pois era muito vago. Pedi-lhe que agradecesse a S. A. R. o conceito que fizera de mim; que eu, na residência de oito anos e meio nesta corte, fizera quanto de mim despendia para merecê-lo. – Deus guarde a V. Exa. Muitos anos. – 12 de agosto de 1811.

“P. S. Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor conde de Linhares, ia-me esquecendo de uma parte essencial do discurso do marquês, se bem que ele terá de aludir, como é natural, em sua resposta a ele.

“Quando procurei manifestar que essa mediação pedida pela junta de Buenos Aires se conciliava muito bem com a que S. M. B. oferecera em Cádiz, perguntou-me se eu vira o despacho e decisão das Cortes. Respondi-lhe que Dom Pedro de Sousa* me mandara ambas. – Repliou:”

“V. Mcê vê bem que aquelas condições das Cortes são inadmissíveis. Querem pactuar cláusulas secretas com o mediador. Duvido muito que os comissários ingleses vão a Buenos Aires; se, porém, lá forem podem os de S. A. R. tratar com eles; mas uma comissão mista de três nações é coisa que nunca se poderá combinar bem, principalmente com prevenções que reinam entre os portugueses e espanhóis. Na primeira ocasião segura, e com toda a cautela, enviarei um extrato do ofício a Dom Pedro de Sousa, assim como da nota do marquês e da resposta que ele me der.

“P. S. de 22 de agosto.

“Conservei aberto o ofício esperando que o marquês me mandasse chamar antes da saída do pacote, e julgando que a demora deste, de 13 para 25 do corrente, era por disposição de S. Exa., para ter tempo de combinar comigo o que deveria escrever para o Brasil, confirmou minhas esperanças a chegada do capitão Sydenhand, do que me consta do relatório que ele fez do marquês, de sua missão com lord Wellington.

* D. Pedro de Sousa Holstein, uma das mais notáveis figuras das armas e da diplomacia portuguesa do reinado de D. João VI, nasceu em Turim, a 8 de maio de 1871 e era décimo quinto neto do rei Afonso III. Seu pai, Alexandre de Sousa Holstein, residia em Turim e exercia ali funções diplomáticas, por ocasião do seu nascimento. Com a idade de quinze anos, assentou praça o jovem fidalgo no regimento de Mecklemburgo e, no ano seguinte, foi nomeado ajudante do duque de Lafões. Depois de permanecer seis anos no serviço das armas, entrou para a diplomacia no posto de conselheiro de Embaixada em Roma. Lutou contra a invasão dos franceses em Portugal, anos mais tarde, e foi promovido a major, voltando à diplomacia, em seguida no cargo de ministro junto à Espanha, obtendo, então, um memorável triunfo com a cessão da cidade de Olivenza a Portugal. Da Espanha, foi removido para Londres, onde recebeu o título de conde, a fim de melhor ficar credenciado junto à corte britânica. Representou Portugal no Congresso de Viena. D. Pedro, quando reinou em Portugal sob o título de D. Pedro IV, o elevou à categoria de par do reino e deu-lhe o título de duque de Palmela. Em 1838, exerceu o cargo de senador. Faleceu a 12 de outubro de 1850, aos sessenta e nove anos de idade.

“Contudo sai hoje o correio de Londres, e o mais profundo silêncio de Downing Street é toda a resposta que posso mandar sobre a terceira nota que entreguei a respeito dos negócios de Buenos Aires, direitos eventuais e regência de Espanha; 2º, o mesmo silêncio sobre a execução da promessa da manifestação de apoio, do redator do *Correio Brasiliense*, oferecida na resposta de 27 de julho próximo passado; 3º, o mesmo sobre a exportação de armas, que o marquês me prometeu ver se conseguia de Board of Ordnance o consentimento que até agora tem negado com tanto vigor; 4º, o mesmo relativamente aos grandes negócios dos governos de Portugal e Espanha, e acidentalmente sobre a situação do principal Sousa e Mr. Stuart. Respectivamente a este último, desconfia-se em Lisboa de que o despacho da nova carta de lord Wellington para S. A. R., que apareceu fechada no governo, tem por objetivo fazer no Rio o que não se pode fazer em Londres, isto é, a repetição do mesmo prego que se levou a efeito em dezembro próximo passado. Nada posso dizer com certeza, visto a generosidade das expressões no marquês, que me prometeu explicar, e não o fez até agora.

“Também parece-me escusado fazer conjecturas sobre uma resolução futura de S. A. R. O que eu vejo claramente é que a resposta do mesmo augusto senhor a lord Wellington desfez todos os cálculos de Mr. Stuart, assim como a resposta enérgica que V. Exa. deu a lord Strangford evitou a apresentação de queixas oficiais que eu deveria fazer, visto que não podia dizer mais do que o que V. Exa. disse na nota que este governo recebeu.

“Parece-me que a força dos argumentos e a contrariedade com as idéias que anteriormente tinha o marquês, põem-no em tais embaraços que, junto ao pouco tempo que consagra ao expediente de sua repartição, acaba por não resolver coisa alguma. Talvez que o estado lastimável da enfermidade de S. M. B. concorra para o mesmo resultado, e o marquês não está tão intimamente certo da conservação do Ministério como disse. A situação física e moral de S. M. B. corta o coração. Se os decretos da Providência não fossem sempre impenetráveis, ninguém poderia conformar-se com a idéia de ver finar-se um soberano tão virtuoso de uma maneira tão aflitiva. Os paroxismos são cada vez mais violentos e demorados; o delírio o mesmo, e a imensa força física de sua constituição parece que serve unicamente para prolongar-lhe o sofrimento.

“Entretanto, excelentíssimo senhor, a situação da península, e até a do próprio Portugal, é muito crítica por duas causas: a primeira, por-

que não há meios de constituir um governo inteligente e forte em Cádiz; a segunda, porque não há crédito para substituir, por meio de empréstimos, dentro da península, a falta de numerário, que a Inglaterra diz não possuir para manter tanta tropa quanto desejaria nas três nações.

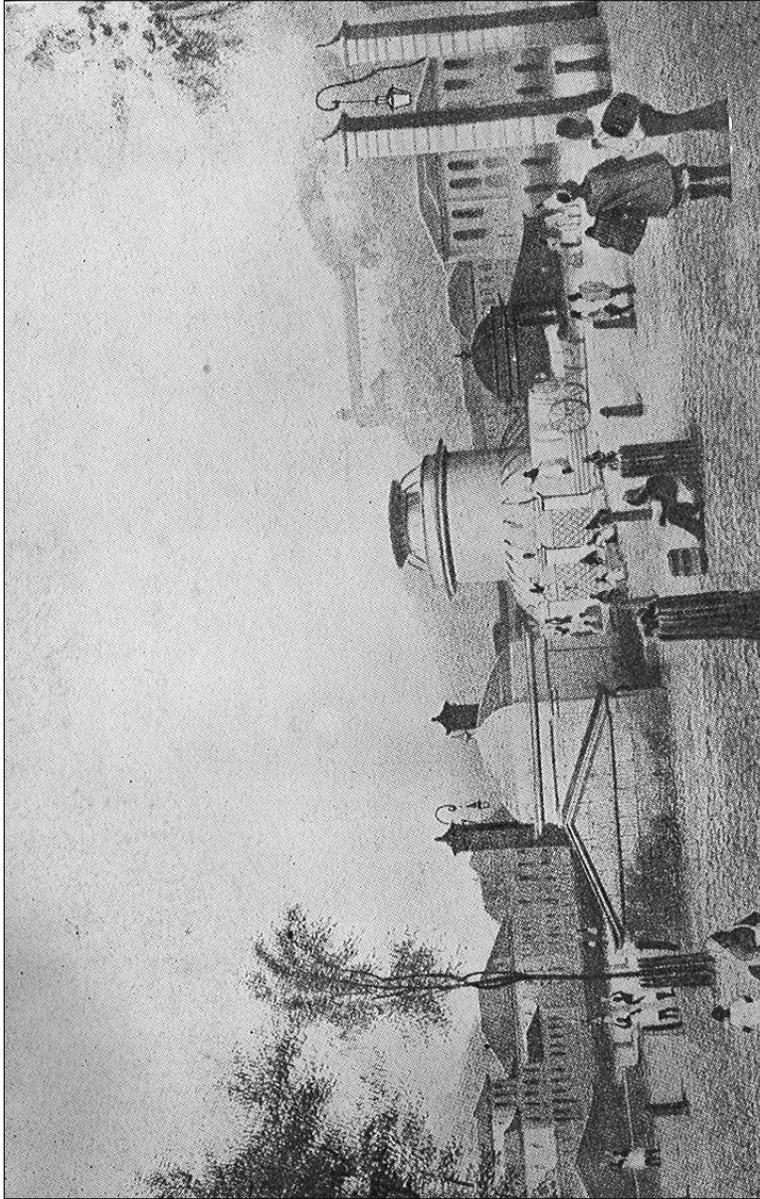
“Eis aqui o extrato ou o resultado do relatório que fez o capitão Sydenhand de sua missão, segundo tenho informação da fonte mais segura: 1º – Nada mais perfeito do que a união que reina entre lord Wellington e Mr. Stuart. N. B. Mr. Stuart lhe fez a corte com este fim, e naturalmente para manter-se nas graças do marquês é sempre o eco de lord Wellington. 2º – Do governo de Portugal não há muita razão de queixa. N. B. Não o diz assim aqui quem prefere ouvir o coronel Campbell, ajudante-de-ordens de lord Wellington, que atribui ao governo a falta de forragem para a cavalaria, sem levar em conta que as províncias mais extensas por onde passaram os franceses estão completamente devastadas. 3º – Seria grande recurso para o governo e exército de Portugal se pelo menos a terça parte do subsídio de dois milhões de esterlinos fosse remetida em metal. 4º – O governo de Cádiz consentiria em pôr vinte e cinco ou trinta mil homens à disposição e sob o comando inglês, se o tesouro britânico os pagasse. 5º – Se além de todas essas despesas pudesse o mesmo tesoureiro arranjar quatro milhões de duros, creio eu que lord Wellington procuraria atrair para seu partido todas as tropas estrangeiras que fazem parte do exército francês, e dentro de um ano expulsar os franceses da península. – Aí tem V. Exa. de novo o problema da península reduzido, como eu calculava há dois ou três anos, a uma contribuição pecuniária. Metal para tudo isso, é claro que não no-lo dá toda a América espanhola e portuguesa, maximé depois da estúpida insurreição do México, que inundou as minas como V. Exa. o sabe. É, pois, necessário, excelentíssimo senhor, lançar mão do crédito por meio de papel, como os bônus com que a França revolucionária, e antes dela os Estados Unidos, sustentaram a guerra revolucionária e expulsaram aos invasores. Estas idéias exporei novamente ao marquês, antes ou depois de ir a Wosthning, mas se o excelentíssimo conde de Aguiar me colocar em outras dificuldades como saques sobre fundos que ainda não existem, e me fizer perder um tempo infinito em correspondência e discussões com negociantes, S. Exa. deverá tomar sobre si a responsabilidade dos sucessos e negócios de toda a espécie que vierem a falhar. – (Cópia): *Carlota Joaquina.*”

.....

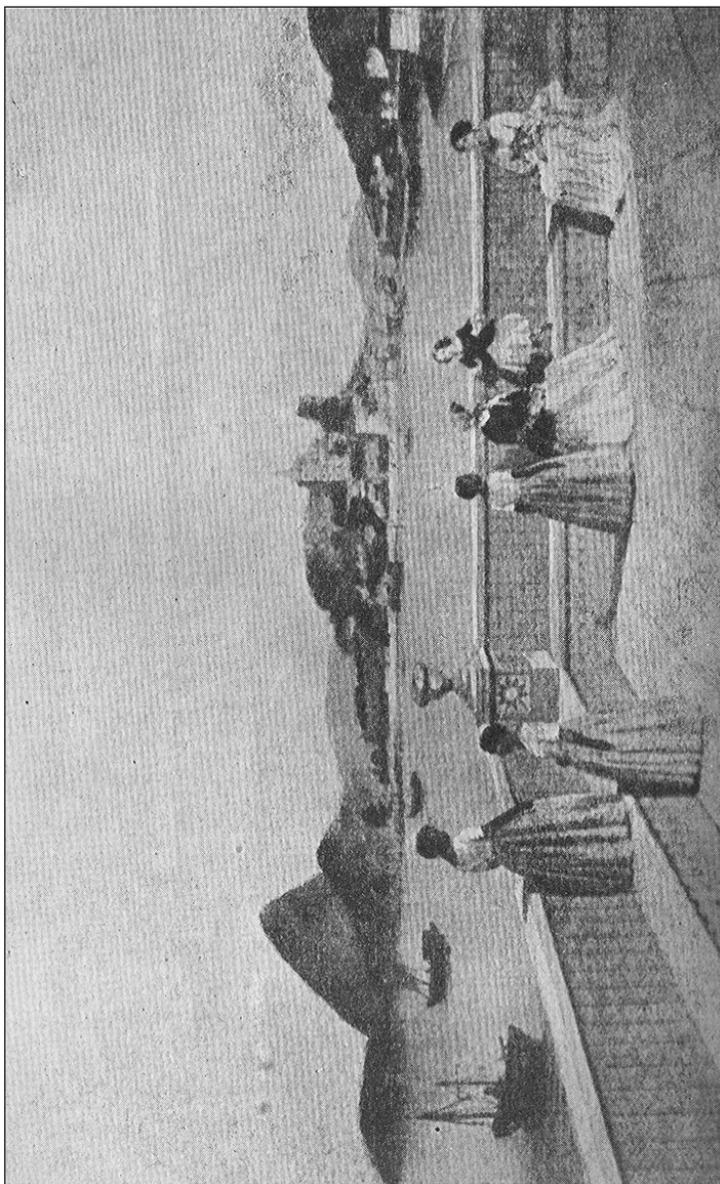
Capítulo XX

ESFORÇOS DO GOVERNO INGLÊS
PARA QUE O PRÍNCIPE REGENTE DE PORTUGAL
ME AFASTASSE DO SERVIÇO DE SUA AUGUSTA ESPOSA,
E ME FIZESSE SAIR DO RIO DE JANEIRO

ENQUANTO em Londres se tratava dos importantes assuntos de que fala a nota precedente, no Rio de Janeiro se urdiam intrigas para me fazer sair daquela corte. lord Strangford não ignorava que a oposição que fazia a princesa a todas as suas propostas e sugestões emanava de meus conselhos e que, enquanto eu estivesse a seu lado, nunca poderia dar à sua corte respostas satisfatórias sobre as pretensões que tinha a Inglaterra, porque eu via que elas sempre levavam a finalidade oculta de adquirir vantagens à custa dos espanhóis, ou de desmembrar ou diminuir os domínios da coroa de Espanha. Strangford, para ver-se livre do único obstáculo que achava em tudo o que se relacionava com tais negócios, manifestou à sua corte que, enquanto eu permanecesse ao lado de S. A. R. a Sereníssima Princesa do Brasil, não poderia ele dar cumprimento às intenções que lhe mandavam e que, por conseguinte, era de absoluta necessidade pedir ao Príncipe Regente de Portugal que me afastasse das imediatas ordens de sua augusta esposa, porquanto minha presença no Rio de Janeiro era incompatível com os interesses da Inglaterra.



O Rio de Janeiro que José Presas conheceu – O campo de Santana, no tempo da Regência.



O Rio de Janeiro no tempo de D. João VI – O antigo Passeio Público

No momento em que esta indicação chegou ao gabinete de St. James, não trepidou um momento o governo britânico em pedir ao Príncipe Regente Portugal que ao cabo de vinte e quatro horas me fizesse sair do Rio de Janeiro. Apresentada esta solicitação por lord Strangford ao governo do Brasil em princípios de março de 1812, viu-se o Príncipe obrigado, pelas circunstâncias em que se achava naquela época, a anuir ao que lhe pedia, por ordem de seu governo, o ministro inglês, e providenciou imediatamente para que, por meio do secretário de Estado, Dom Fernando de Portugal, conde de Aguiar, se fizesse saber à sua augusta esposa que devia dispensar-me de seu real serviço, e que conviria que, com a possível brevidade, saísse eu daquela corte. A comunicação desta providência irritou tanto o real ânimo da princesa, que a fez prorromper numa série de imprecações contra o governo da Inglaterra.

– Este governo é, – disse, então, a princesa, – quem transtorna os povos e as nações, quem perturba a paz e a tranqüilidade dos Estados, quem conspira contra os príncipes; foi ele que fomentou a revolução da França, que destronou Tippto-Saeb para apoderar-se de suas riquezas, e que, sem declaração de guerra, se apoderou de quatro fragatas de meu pai com sete milhões de pesos que conduziam; é, enfim, quem pede agora para que eu te afaste a fim de poder realizar com mais facilidade a separação das Américas espanholas de sua antiga metrópole. A aliança que afeta manter com a Espanha e Portugal, considera-a mais prejudicial à península do que os próprios exércitos de Napoleão, e, se não, observa que em quase todas as ações põe na vanguarda as tropas portuguesas e espanholas, procurando sempre pôr a salvo as inglesas. Há muito tempo conheço essa gente, e por isso nunca quis aceder ao conselho que me davas de escrever uma carta a lord Wellington, porque este e seus irmãos são todos a mesma coisa, e todos eles sempre se têm oposto a que eu seja escolhida para regente de Espanha, e receio, além disso, que, no caso de virem a faltar meus pais e irmãos, se oporiam também a que eu fosse colocada no lugar que de direito me pertence.

Foi este o preâmbulo em que a princesa desabafou da justa ira que produzira em seu espírito a notícia da resolução que, por influxo do governo inglês, tomara seu augusto esposo, de separar-me de seu real serviço, concluído o que, me disse:

– Apesar da determinação do Príncipe não quero que vás embora, pois não hão de levar a melhor.

– Senhora, – disse-lhe então, – acho que V. A. R. não se acha agora em estado de resolver com acerto sobre este assunto. Convém que V. A. R. se acalme e, quando a razão e a prudência não estiverem perturbadas pela irritação e ira, verá então claramente todos os inconvenientes que trará o realizar semelhante deliberação.

– Pois que, – continuou a princesa, – queres despedir-te?

– Senhora, até agora tenho sempre procurado fazer a sua real vontade. Neste caso, porém, acho que isso me é impossível, porque nem V. A. R. nem eu possuímos recursos ou poderes para nos opormos às soberanas disposições do príncipe, e muito menos ao poder da Inglaterra, ao qual, como V. A. R. vê, está sujeito seu próprio esposo; e os portugueses todos, tanto na península como em todos os domínios ultramarinos, gemem sob o jugo do despotismo inglês, e quando algum deles, por seu patriotismo e espírito altivo, tem querido levantar a cabeça, vê-se imediatamente mais uma vítima imolada ao orgulho e prepotência da soberba Albion.

– À vista disso, que poderemos fazer agora?

– Creio que nem V. A. R. nem a mim resta outro recurso senão o de nos sujeitarmos às circunstâncias e cumprir resolução do príncipe, ou, para melhor dizer, o que decretou o gabinete britânico.

Estas justas e fundadas reflexões fizeram grande impressão no ânimo da princesa, que adiou a resolução desse assunto para o dia seguinte. Este curto intervalo foi o suficiente para que S. A. R. desistisse da intenção que formara de opor-se a minha saída; e conformou-se com que eu cumprisse a resolução que se lhe comunicara. Meu plano era dirigir-me diretamente a Montevideú, por ser o porto mais próximo dos domínios espanhóis, e aquele em que poderia, com mais vantagens, utilizar meus préstimos; a princesa, porém, não aprovou essa idéia, e me sugeriu a de passar a Cádiz com a missão de pugnar pela causa dos direitos que pretendia ter à regência de Espanha durante o cativo e ausência de seus pais e irmão, e de desempenhar os demais encargos e comissões que ali se apresentassem. Sabia eu bem, já em princípios de 1812, que a praça de Cádiz era bombardeada pelos inimigos duas ou três vezes por dia; que em toda a Espanha

não havia um só ponto em que pudesse viver tranqüilo e em segurança; e, por último que, do dia em que saísse do Rio de Janeiro em direção à Europa, me iria cada vez mais me aproximando dos inimigos que tanto por mar como por terra, poderiam reduzir-me à triste situação de prisioneiro, ou dar cabo de meus dias, sem que coisa alguma pudesse fazer prever, então, até quando duraria situação tão triste e aflitiva. Não obstante, apesar de ter presentes tantas dificuldades, tantos inconvenientes, e o acervo de trabalhos e sofrimentos que necessariamente deveria experimentar e sofrer, resolvi-me a comprazer a S. A. R. e dar-lhe a última prova da fidelidade com que sempre a servi.

.....

Capítulo XXI

RECOMPENSA COM QUE A PRINCESA REMUNEROU
MEUS SERVIÇOS, E AUXÍLIOS QUE ME SUBMINISTROU
PARA A VIAGEM A CÁDIZ

TENDO ACEITO a comissão com que S. A. R. houve por bem honrar-me, não tratei desde aquele momento senão de arranjar a passagem e preparar-me para seguir viagem. Entreguei pessoalmente a S. A. os papéis e livros que estavam a meu cargo; redigi uma nota de instruções que me pediu para seu governo, na correspondência que queria continuar com algumas autoridades e pessoas e, por fim, tratei da minha passagem com o capitão de uma fragata mercante espanhola que devia zarpar dentro de poucos dias em direção a Gibraltar.

Durante o período de quase quatro anos em que estivera ao serviço da princesa, longe de aumentar meus escassos bens, acabei com o pouco que possuía, porque durante o primeiro ano tive que manter-me à minha própria custa, sem que jamais me perguntasse a princesa se precisava de alguma coisa. O contra-almirante Sir Sidney Smith, em várias ocasiões, me fez oferecimentos, e por fim vi-me na necessidade de recorrer à sua generosidade para atender à minha própria subsistência. Mal acabara ele de ler a minha súplica, logo me respondia com um cheque contra seu banqueiro e uma carta muito expressiva, cheia de oferecimentos para que daí em diante contasse sempre com sua amizade para sair de meus apuros e necessidades. Não se contentou Smith com este ato de generosidade, e deu também um passo

em meu favor, ao qual nunca me tinha animado. Foi de dizer à princesa que meus trabalhos eram dignos de recompensa, e que, desde que eu estava inteiramente dedicado a seu real serviço, parecia justo e regular que S. A. R. atendesse, pelo menos, à minha subsistência. A princesa procurou desculpar-se com Smith daquela falta de consideração, dizendo que eu não lhe havia dito nada; que, porém, daí em diante trataria de dar-me o necessário. Na primeira vez que fui a palácio depois que Smith teve essa entrevista, perguntou-me S. A. R. o motivo pelo qual não lhe comunicara minha situação, ao que não pude responder senão dizendo-lhe que me seria sobremaneira sensível ser-lhe importuno e pesado.

– Pois bem, desde hoje, – disse-me ela, – não deves contar senão comigo para tudo que necessitares, e me pedirás as quantias de que precisares para tuas despesas.

Como então acabara de ser socorrido por Smith, deixei passar algum tempo sem me valer de sua oferta, até que, consumido o dinheiro que me restava, pedi-lhe por meio de uma carta, uns cem duros, que remeteu pelo portador da missiva. Continuei depois pedindo-lhe de vez em quando iguais quantias, às quais algumas vezes adicionava maior soma do que a solicitada, para que a distribuísse, segundo suas reais ordens, aos espanhóis e portugueses que lhe pediam algum auxílio, ou para comprar algumas miudezas que me encomendava. Foi por isso que, quando chegou a ocasião de embarcar-me, todo o meu pecúlio se reduzia a uns cinqüenta pesos.

Ninguém melhor que a princesa conhecia tudo isso, e o desinteresse com que a tinha servido, o muito que me esforçara para aumentar sua boa reputação, sua glória, e o esclarecido conceito de que chegou a gozar entre os espanhóis, dos quais esperava receber, no caso fortuito da falta de seus irmãos, nada menos que a coroa de Espanha. Convencida disso, S. A. R. me arbitrou uma pensão de três mil pesos fortes anuais, pagáveis pelo administrador de seu real patrimônio em Lisboa, dando-me de contado por sua própria mão, e em moedas de ouro cerca de uns quinhentos duros para custear a viagem. Recomendou-me também à regência do reino assistente em Cádiz, e me entregou o atestado que é textualmente do teor seguinte:

“Dona Carlota Joaquina de Bourbon, Infanta de Espanha, Princesa do Brasil, certifico que o Dr. José Presas, desde o mês de novembro de 1808, em que tive por bem escolhê-lo para meu secretário particular, e encarregá-lo

das relações que, por motivo da presente revolução de Espanha, me foi indispensável entabular com o governo supremo da nação, e com as autoridades da América, sempre correspondeu plenamente à minha real confiança, servindo-me muito bem e com a maior fidelidade. Desde aquela época até a presente data tem sido infatigável em executar e sustentar minhas ordens, tendentes todas ao bem-estar, defesa e segurança dos bons espanhóis da América Meridional, prevenindo com inteligência os distúrbios em que ia ser submergida pelo descobrimento que fez em dezembro de 1808, em que... conduzia os papéis sediciosos que o traidor Pena, residente nesta corte, remetia aos facciosos de Buenos Aires, os quais por um aviso foram encontrados em... pelo governador Elio. Continuou depois a remeter avisos da mesma espécie, e a perseguir aos agentes secretos que a facciosa Junta de Buenos Aires mandava diariamente a esta corte negociar os planos de sua desejada independência, com o que conseguiu atemorizá-los e conter em parte a propagação daquele subversivo sistema. – Simultaneamente Presas levou a efeito com feliz resultado muitas e complicadas negociações que em meu nome e por minha ordem entabulou com o Ministério português, dentre as quais foram de grande importância a remessa do prelo a Montevideu, e o ter-me ajudado com toda a eficácia possível a obter que as tropas portuguesas marchassem em socorro daquela praça, que, mediante os bons ofícios do referido Presas, tenho conseguido socorrer até agora. Presas, finalmente, defendeu verbalmente, e por escrito, a honra e os interesses dos fiéis espanhóis, residentes ou de passagem nesta cidade; na qual, durante os quatro anos que nela assistiu, não só deu provas de uma honradez e probidade, como também de sua exaltada fidelidade e patriotismo em defesa de nossa mãe pátria; por cujas louváveis qualidades tem merecido e merece minha particular distinção e confiança, declarando, como por este declaro, que ele se afastou do meu serviço por meros intuitos políticos. Pelo que, e em consideração a seus importantes serviços, rogo ao supremo governo de Espanha, a meu querido irmão Fernando, e a todas as autoridades que em seu real nome governam a monarquia espanhola, hajam por bem prestar inteira fé e crédito ao presente atestado, escrito e assinado por minha mão, e selado com o selo real de minhas armas. Dado no Palácio Real do Rio de Janeiro, aos 27 de março de 1812. – *Carlota Joaquina de Bourbon*. – Tem o selo das armas reais de Espanha e Portugal.”

À vista de documento tão eloqüente e honroso, acompanhado de uma renda anual de três mil pesos fortes, quem não julgaria meus

serviços justamente remunerados? Eu, pelo menos, me julgava o homem mais feliz do mundo, porque me supunha independente e livre de me ver jamais obrigado a tolerar os desmandos e caprichos de ninguém, e que, ainda quando fosse empregado pelo governo de Espanha, ao chegar a Cádiz, seria unicamente pelo tempo em que S. A. R. considerasse necessária minha presença naquele ponto, a fim de dar desempenho às suas ordens. Assim mo afiançou a mesma princesa, manifestando-me o grande desejo que nutria de que eu tornasse à Europa, designando-me até os aposentos em que devia ocupar no Palácio do Ramalhão.

Na tarde de 3 de abril de 1812 fui, pela última vez, ao palácio, a fim de despedir-me de S. A. R., que me outorgou duas mensagens para o Supremo Conselho de Regência, e várias cartas para alguns deputados e outras personagens que se achavam em Cádiz, encarregando-me, muito particularmente, da entrega ou remessa de uma carta que dirigia ao general Ballesteros. Finalmente, deu-me a beijar sua real mão, dizendo-me com lágrimas nos olhos:

– Adeus, Presas... Não te esqueças de mim nem deixe jamais de escrever-me.

– Senhora, – respondi-lhe, – as palavras que com tanta ternura acaba de proferir V. A. R., ficarão para sempre gravadas no meu coração e jamais me esquecerei da particular demonstração de afeto que neste momento acaba de dar-me. Adeus, Senhora!

– Adeus, Presas, – tornou-me S. A.

Confesso que naqueles momentos meu espírito experimentou grande efusão, e senti sobremodo o separar-me de S. A. R., sentimento esse que se renovou na manhã do dia seguinte, em que, achando-me já embarcado e pronto a dar à vela, recebi por um ajudante-de-ordens do palácio o seguinte bilhete, todo escrito por sua real mão:

“Presas, remeto a caixa para Dom Pedro⁴². Deus te faça ter boa viagem como desejo. Adeus, até a vista. Perdoa-me tanto trabalho que tiveste por minha causa.”

42 Esta caixa continha a fita de Santa Isabel, que a princesa remetia à mulher de Dom Pedro de Sousa, em prêmio do serviços que este prestara em Cádiz, ativando o reconhecimento de S. A. R. para Regente de Espanha.

.....

Capítulo XXII

MINHA CHEGADA A GIBRALTAR, E MOTIVOS QUE ME IMPEDIRAM EXECUTAR INTEGRALMENTE A COMISSÃO QUE ME CONFIARA A PRINCESA

APÓS UMA LONGA e penosa viagem de noventa quatro dias, cheguei finalmente a Gibraltar, bastante enfermo e impossibilitado quase de poder andar, pela grande debilidade que contraíra nas pernas, durante a navegação. Esta circunstância e a urgência de chegar a Cádiz, a fim de entregar as mensagens ao governo e as demais cartas, impediram-me de passar ao acampamento do general Ballesteros, que em julho de 1812 se achava a cerca de umas seis léguas de Gibraltar, e muito próximo do inimigo. A mensagem que S. A. me incumbira de entregar nas próprias mãos desse general foi então a causa por que não pude comunicar a Ballesteros os desígnios e desejos que a princesa lhe mostrava no officio quando lhe dizia poder dar inteira fé e crédito a quanto eu lhe expusesse verbalmente, e que, quanto às minhas injunções, poderia executar o plano que eu lhe indicasse mais adequado ao intento.

Queria a princesa que Ballesteros tomasse a si a árdua e arriscada empresa de fazer com que todo o seu exército a aclamasse regente de Espanha, para que, com seu exemplo, as demais tropas fizessem o mesmo, e obrigassem as cortes de Cádiz e o governo supremo a se submeterem a essa medida extraordinária. Quando escrevi a Ballesteros, remetendo-lhe a

carta de S. A., insinuei-lhe em termos bastante ambíguos esta mesma idéia, oferecendo-me para imediatamente depois de haver cumprido a comissão que trazia para Cádiz, e ter-me restabelecido um pouco, passar ao lugar em que ele se encontrasse com seu exército, a fim de instruí-lo pormenorizadamente a respeito de tudo. Ballesteros respondeu-me muito atenciosamente, manifestando vivos desejos de entrevista-se comigo.

.....

Capítulo XXIII

VIAGEM DE GIBRALTAR A CÁDIZ. O QUE ALI FIZ PARA
DAR EXECUÇÃO ÀS ORDENS DA PRINCESA: MINHA NOMEAÇÃO
PARA OFICIAL DA SECRETARIA DE ESTADO, GRAÇA E JUSTIÇA

OITO DIAS APÓS meu desembarque em Gibraltar, proporcionou-se-me navio para transportar-me a Cádiz, e fiz em três dias uma viagem que poderia realizar-se em doze horas; estive sempre a pique de cair em poder dos inimigos que por todos os lados nos cercavam. Não tinha ainda acabado de fundear o navio e já começavam a cair as bombas que os franceses atiravam das suas baterias sobre a praça de Cádiz. Saltar em terra naquele momento seria muito arriscado; apesar disto expus-me a todo o perigo, e na própria falua da visita desembarquei e tratei imediatamente de entregar as mensagens que trazia para a regência. Tratei em seguida de fazer o mesmo com as para o embaixador de Portugal, conde de Palmela, distribuindo depois as demais às pessoas a quem eram endereçadas, aproveitando-me desta primeira oportunidade para sondar o verdadeiro modo de pensar e a opinião de cada um, assim como, igualmente, a geral do público, relativamente ao pronunciamento que se desejava em favor da princesa.

Naquela ocasião não encontrei esse negócio tão adiantado como à minha saída do Rio de Janeiro o supunha S. A. R., e o cria o Ministério do Brasil, segundo se viu por suas notas e relações. Apesar do muito que se esforçara sobre este interessante assunto, o excelentíssimo

senhor conde de Palmela não julgava chegado ainda o ponto de maturidade que se requeria para proclamar a princesa regente do reino. Este projeto, embora apoiado como estava por considerável número de deputados e por outras pessoas respeitáveis de várias classes da nação, tinha também contra si outros membros do mesmo congresso, que discordavam inteiramente dos primeiros, e se opunham com tenacidade a que se executasse semelhante medida. Conheciam estes os fatos particulares da vida privada da princesa, e não ignoravam os distúrbios que por sua causa se tinham promovido no palácio de Lisboa em 1806, época em que estava muito ameaçada a tranqüilidade do reino de Portugal. Fora então que um pequeno número de fidalgos, acumpliciados com vários chefes do exército, intentara despojar o príncipe regente da autoridade soberana que exercia em vista da incapacidade mental em que se achava sua augusta mãe, a rainha, e entregar à princesa as rédeas do governo, encerrando o príncipe num convento como inepto e incapaz de governar. O sinal que tinham os conjurados para se reconhecerem era o de apresentar-se nos beija-mãos e demais atos públicos com a mão direita no peito, apoiada sobre a faixa ou Grã-cruz, e aquele que não possuísse essa insígnia a traria do mesmo modo sobre o forro do uniforme; apesar, porém, de suas precauções, foi descoberta a conjura, e os mais comprometidos foram desterrados da corte e disseminados por várias localidades das províncias, sorte que coube ao conde de Cavaleiro, que morreu de pesar no desterro, segundo me assegurou Dom Diogo de Sousa, que era um dos conjurados, e teve a sorte de não ser descoberto.

A própria princesa, a quem certa vez falei a respeito dessa história, me relatou francamente o fato, dizendo-me que quem denunciara ao príncipe este projeto fora o padre Fr. Abrantes, religioso franciscano, que desde então foi nomeado para confessor da princesa, e este foi o único que teve enquanto estive no Rio de Janeiro; nunca, porém, se confessava com ele, e sim com o que ela própria mandava chamar quando queria. — Eis aqui a verdadeira causa da desunião e irreconciliável inimizade desses dois esposos, que durou, como vemos, até a morte. A partir de então o príncipe se separou do leito, e se não fossem decoro público e principalmente o medo que tinha à corte de Espanha, a princesa teria expiado seu crime, pelo menos, com a reclusão perpétua.

Os deputados que em Cádiz se opunham a que a princesa fosse escolhida para regente do reino, propalavam com bastante veemência a exasperação os fatos que acabo de referir, com o fim de desconceituá-la perante a opinião pública, e especialmente nas dos demais componentes do Congresso que a favoreciam com seus votos, como acabaram de fazê-lo no mês de março de 1812, em que se adiou a votação para que as Cortes, excluindo da sucessão à coroa das Espanhas a várias pessoas reais,⁴³ a declarassem herdeira indireta de seus augustos irmãos Fernando e Carlos. Este passo extraordinário deveria facilitar a realização da escolha da princesa para presidir, pelo menos, o conselho de regência; sucedeu, porém, justamente o contrário, pois não serviu senão para exasperar os ânimos de seus inimigos.

Instruído da existência dessas facções, e das razões e princípios opostos que as animavam, julguei que a única atitude que convinha tomar nessas circunstâncias era a de conciliar os ânimos. Isto, porém, requeria tempo e pleno conhecimento do caráter das pessoas, o que então me faltava. Era, preciso, pois, esperar ocasião mais favorável para proceder com acerto. Durante o tempo em que eu me achava ocupado nessas averiguações a Regência do reino, no intuito de comprazer à princesa e dar cumprimento à recomendação que fizera a meu favor, nomeou-me oficial da secretaria de Estado e do despacho geral de Graças e Justiça. Este cargo me

43 As Cortes Gerais e Extraordinárias, atendendo que ao bem e segurança do Estado são compatíveis com a sucessão do infante d. Francisco de Paula, e da infanta dona Maria Luísa, rainha viúva de Etrúria, irmãos do senhor D. Fernando VII, ao trono das Espanhas, por circunstâncias particulares que nele concorrem, e tendo em consideração no estatuído no artigo 181 da Constituição, hão por bem decretar que o infante d. Francisco de Paula e sua descendência e a infanta dona Maria Luísa, rainha viúva de Etrúria e a sua, estão excluídos da sucessão da coroa das Espanhas. Em sua sucessão, na falta do infante d. Carlos Maria e sua descendência legítima, passará a suceder na coroa a infanta dona Carlota Joaquina, princesa do Brasil, e sua descendência também legítima. Na falta desses três irmãos do senhor d. Fernando VII, de acordo com o previsto na Constituição, decretam e declaram a exclusão à sucessão da coroa das Espanhas da arquiduquesa da Áustria, nascida do segundo matrimônio e sua descendência. Assim tenha entendido a regência do Reino, e a faça imprimir, publicar e circular. Dado em Cádiz a 18 de março de 1812 – Vicente Pascual, presidente. – José Antônio Navarrete, deputado secretário. – A regência do Reino, –“Reg. f. 208”.

proporcionou ensanchas muito vantajosas de estar sempre ao corrente da marcha que seguiam o Poder Executivo e os projetos das Cortes. Dava conta de tudo a S. A. R., sem por isso deixar de executar com o rigor possível as ordens da Regência e os decretos dos Congressos, em todo o expediente e negócios concernentes à minha repartição e funções. Tal conduta, se bem que justa e regular, não convinha de modo algum ao partido liberal exaltado, porque temia que, se chegasse a colocar a princesa na regência do reino, logo focaria frustrados seus projetos, porque estes parece eram incompatíveis com a presença de S. A. R. à testa do governo; não obstante haver-lhes ela própria manifestado sua conformidade e adesão às novas instituições, na carta em que felicitou a regência de Espanha por terem as Cortes elaborado e promulgado a Constituição política da monarquia espanhola⁴⁴.

44 “Cheia de regozijo, venho congratular-me com vós outros pela boa e sábia constituição que o augusto Congresso acaba de jurar e publicar com geral aplauso e muito particularmente meu, pois a julgo como base fundamental da felicidade e independência da nação e como uma prova que meus amados compatriotas deram ao mundo, do amor e felicidade que professam a seu legítimo soberano, e do valor e constância com que defendem seus direitos e os da nação; guardando fielmente a Constituição, venceremos e os guarde muitos anos. – Palácio de Rio de Janeiro, em 28 de julho de 1812. – Vossa infanta: Carlota Joaquina de Bourbon. –Ao Conselho Supremo de Regências das Espanhas em nome de Fernando Sétimo”.

O quanto pode o interesse! Então elogiou a princesa as instituições liberais, e agora influi para que eliminem os infelizes que têm querido seguir e defender a Constituição de seu filho, D. Pedro, imperador do Brasil.

.....

Capítulo XXIV

NAQUELE tempo a princesa tinha fixa toda a sua atenção na minha pessoa, persuadida, sem dúvida, de que somente eu seria capaz de realizar os veementes desejos que nutria de obter as rédeas do governo da Espanha. Poucos dias depois de minha saída do Rio de Janeiro, e quando ainda não perdera de vista as costas do Brasil, escreveu-me a seguinte carta:

“Presas. Estimarei muito que tenhas feito boa viagem, e que tudo tenha marchado bem, e que abram aí bem os olhos com esse fato da Sicília. Que tal o regente que teria a Espanha no meu tio? Seria lindo, como sete mil outros⁴⁵; não sei o que deu na cabeça de todos os reis. Deus me conserve a minha como a tenho tido até agora; pois cada dia conheço melhor o mundo, e todas as malícias e cabalas de que se servem os maus para enganar aos inocentes; espero, porém, que a mim não enganarão, e preferirei ficar sem camisa a cometer uma ação vil. Remeto-te as cartas que vieram para ti, e juntamente as gazetas de Montevidéu e Buenos Aires (que são lindas, como partes daquelas boas cabeças). Cada dia vão aqueles malditos mostrando

45 Esta passagem refere-se à viagem que fez o duque de Orleans a Cádiz, onde as Cortes extraordinárias não lhe permitiriam permanecer por muito tempo.

melhor sua fidelidade a Fernando VII e sua dedicação à mãe pátria. O *Dr. Pastorina*⁴⁶ vai-se declarando muito bem (bem sabes que eu te disse que era pior que o *Dr. Trapalhada*⁴⁷, digo barafunda, pois agira pela calada), agora acaba de enviar a Buenos Aires (não sei a que título) João Rademaker, a tratar não sei que negócios: não soube de nada a não ser depois dele ter saído há 48 horas barra fora, quando me disse o médico Azevedo; não acrescentou, porém, nada mais, julgando que eu sabia de tudo; e para não dar a conhecer que estava ignorante de tudo, fiquei em jejum: façam o que quiserem; como não verão letra minha, hão de saber que não tomo parte em semelhantes negócios; já há muito tempo escrevi ao governo de Espanha para que não desse crédito ao que propalassem haver dito, pois seria completamente falso o que não fosse escrito ou firmado por minha mão: torno a repetir que façam o que quiserem, pois quantas mais das suas façam melhor me servem. – Rio de Janeiro, 28 de abril de 1812.”

“Presas. Remeto-te as gazetas de Buenos Aires, Montevidéu, e justamente, as daqui, pelas quais verás a inesperada notícia da morte de meu sobrinho⁴⁸. Esquecia-me de dizer-te que agora se tratava de enviar meu sobrinho a Lisboa, com pretexto de viajar por motivo de saúde; era, porém, para ver se o introduziam na Espanha: e Deus, que afastou todos que me podiam fazer mal ou servir de estorvo, levou a ele deste mundo⁴⁹.

46 Alcuha que a princesa pôs no conde de Galveias.

47 Alcuha que a mesma pôs no conde de Linhares.

48 Continua a carta com longo relato da enfermidade e seu tratamento.

49 Em 19 de agosto de 1808, a princesa e o infante d. Pedro Carlos de Bourbon e Bragança, assinaram reclamação, que dirigiram a D. João, pedindo amparasse os direitos de sua família usurpados pelo Imperador dos franceses. Este apelo, traduzido em português foi publicado no *Correio Brasiliense*, de 1808, vol. I, págs. 544 a 548, tendo saído antes em idioma espanhol, na Imprensa Régia, com o título: “Justa reclamación que los representantes de la casa real de España doña Carlota Joaquina de Bourbon princesa de Portugal y Brasil, y don Pedro Carlos de Bourbon y Braganza, infante de Espanha, hacen a su alteza real el príncipe regente de Portugal para que se digne atender, proteger y conservar los sagrados derechos, de su augusta casa tiene al trono de las Españas y Indias, y que el Emperador de los franceses por médio de una abdicación ejecutada por la violencia más atroz y detestable, acaba de arrancar de las manos del rey don Carlos IV, y de sus altezas reales el príncipe don Carlos, y don

Remeto-te o certificado que me enviou Vigodet⁵⁰; diz-me que está esperando tropa daí e que dela muito necessita. – Rio de Janeiro, 10 de junho de 1812. P. S. Remeto a lista dos livros.”

“Presas. – Recebi tuas cartas de 7 e 21 de julho, original e cópias, e as de 3, 6 e 21 de agosto, e justamente as cartas de todos aqueles indivíduos que me avisaste remeter-me. Recebi também ambas as tuas confidências de 21 de julho e 3 de agosto, e fico ciente do conteúdo de todas; não posso, porém, responder por miúdo porque ainda estou muito debilitada do peito. A retirada de Dom Pedro (conde de Palmela) é obra da mesma pessoa que te afastou daqui, e tem feito grandes coisas (lord Strangford).

“Estou no meu rincão, e não faço nada, porque creio que me ameaçaram e juraram ao Diabo fazer felonias, e ver se me matam de desgosto; não o hão de conseguir, e os malditos que se rebentem. O que desejo é ver-me fora daqui. Aprovo os passos que deste, e crê que a intriga não dará resultado porque sei o que é. Mando ordem a João dos Santos para que te remeta todos os meses tua pensão, e que pague todas as que

Antonio”. Na mesma data assinado pela princesa, referendado por d. Fernando José de Portugal, e impresso na Impresão Régia o “Manifesto dirijido á los fieles vasallos de su majestad católica el rey de las Españas y Indias por su alteza real doña Carlota Joaquina infanta de Espana y princesa de Portugal e Brasil”. Igualmente publicado no *Correio Brasiliense*, mesmo volume, págs. 553-554. (Nota do tradutor.)

50 “Don Gaspar Vigodet, marechal-de-campo dos reais exércitos, governador das províncias do Rio da Prata, etc, etc. – Os importantes serviços feitos ao rei e à nação pelo Sr. Dr. d. José Presas, secretário particular da sereníssima senhora dona Carlota Joaquina de Bourbon, princesa do Brasil, o fazem credor dos maiores elogios e aos prêmios mais destacados, que em virtude de seu particular mérito, queira conceder-lhe S. M.

O referido Dr. Presas tem servido, desde o início de meu governo, de ativo e eficaz agente, mantendo interessante correspondência, na qual me há dado provas de seu zelo, lealdade a nosso soberano e patriotismo em defesa de nossa justa causa, como também do interesse particular, que como bom espanhol tem tomado pelas glórias deste heróico povo, e extermínio dos insurgentes. Assim guiados nos princípios da justiça, mandei expedir o presente certificado, por mim assinado e referendado pelo secretário interino desta capitania geral, para em todo o tempo constar que deve a eficácia e pronto êxito de nossas ações aos auxílios da corte do Brasil. Dado em Montevideú, a 16 de abril de 1812. – Gaspar Vigodet. – Por ausência do senhor secretário: – Antonio Fernandez Villamil”.

te devem de junho para cá. Estou aqui de residência mudada, desde 4 de agosto, em Botafogo, na chácara do abade dos monges beneditinos e, graças a Deus sinto-me melhor; quando vim para aqui cheguei com uns restos de um incômodo que me ficou em consequência de um ataque de peito fortíssimo que tive em maio, do qual estive como morta, febre contínua, alta todas as tardes, com suores de madrugada, tosse com dor de peito, os escarros difíceis, e às vezes com sangue, muito rouca e fraca; porém, depois de dez ou quinze dias de estadia aqui já não tinha altas febres nem dores, e ao cabo de um mês não tinha tosse nem dor de peito, nem rouquidão: tenho agora o peito muito debilitado e o fígado obstruído; o médico Corcovado, me está dando alguns remédios que estão me fazendo bem; diz, porém, que é preciso muito cuidado comigo, porque estou muito fraca, e se me desse remédios fortes poderia matar-me. Botafogo, 3 de dezembro de 1812.”

“Presas. – Por Julião de Miguel recebi tuas cartas de 31 de agosto, e de 19 de setembro, de 2, 3 e 4 de outubro passados, e a reservada de 2 do mesmo: justamente recebi as de Felipe Gonzáles Vallejo, de Colomarde, de Antônio Lanazabal, de Ramón Manuel de Passos, de Mediola, de Pedro Iuguanzo, de Rivera, de Rafael Sufriategny, da Santa Coloma (marquesa), de Luís Marchesi, e de Maria Consolación, Azlor e Villavicencio; darás lembranças minhas a todos os nossos, e lhes dirás que Fr. Bernardo cumpriu muito bem sua comissão⁵¹, e que eu lhes peço diligenciem tirar-me quanto antes deste presídio, porque se ficar aqui muito tempo morrerrei, porque minha enfermidade física e moral não se cura aqui. Diz a Dom Pedro que recebi suas cartas n. 23, e as cópias ns. 20 e 22, e a Joaquim Severino Gomes, que recebi suas cartas ns. 1 e 2, e que não lhes respondo porque meu peito e minha cabeça não mo permitem. Remeto os papéis de Montevidéo, Buenos Aires, e as duas cartas juntas. As novidades são as da mesma espécie. Botafogo, 19 de janeiro de 1813.”

Creio que não será necessário ao leitor fatigar sua imaginação para chegar ao conhecimento da alta confiança com que me honrava a princesa. Só a simples leitura das cartas supra bastará para convencê-lo de

51 Em tudo há de haver sempre um frade.

que para S. A. R. não havia homem mais perfeito nem adequado para realizar seus intuitos e levar a bom fim suas aspirações do que seu secretário particular.

No ano de 1812 se achava ainda em Cádiz e o Excelentíssimo Senhor conde de Palmela, revestido do caráter de embaixador de Portugal. Desde que fora exercer tão alto cargo junto à corte de Espanha, se mostrara sempre infatigável em promover os direitos eventuais da princesa à coroa de Castela, e, para aproximá-la mais do trono empregou todos os meios que pôde sugerir-lhe seu fino tato, a fim de que as Cortes sancionassem o decreto, que já se viu, de 18 de maio de 1812. Este e outros relevantes serviços, unidos à sua alta categoria, parece que o tornavam merecedor de que S. A. R. respondesse diretamente a seus ofícios; a princesa, porém, depois de escrever-me a difusa carta de 3 de dezembro do mesmo ano, pôs-lhe o seguinte P. S.:

“Dize ao conde de Palmela que recebi todos os seus ofícios, desde o n. 17 até o 22, e as cópias desde os números 17 e 18, e que não lhe escrevo porque não posso.”

Eis aqui como S. A. R. preferia minha correspondência à do embaixador, a quem diz por meu intermédio que não pode escrever-lhe, depois de ter gasto muito tempo para noticiar-me seu estado de saúde, e embrulhar-me o estômago com suas expectorações.

Se a princesa carecia de alguma coisa tampouco se servia de seu embaixador, como seria natural. Para tudo, do mesmo modo que no Rio de Janeiro, contava sempre comigo. Assim foi que, na carta de 10 de junho, como se viu em seu P. S. da de 11 do citado mês, me recomendou que lhe remetesse sempre a nota de tudo o que me encomendasse. Assim o fiz, mandando-lhe em Cádiz, em um caixão, todas as obras escolhidas que compreendiam sua lista, com o custo de cada uma delas, cujo valor ascendia a duzentos e cinqüenta e quatro pesos, os quais até agora não providenciou para que fossem pagos.

.....

Capítulo XXV

A REGÊNCIA DO REINO TIRA-ME O LUGAR DE OFICIAL DA
SECRETARIA DE MERCÊS E JUSTIÇA, E ME NOMEIA CONTADOR
PRINCIPAL DA PROVÍNCIA DE GRANADA

O CONTÍNUO choque com os partidos áulico e liberal disputando o poder acarretou, em meados de 1813, uma notável mudança no supremo governo. Os indivíduos então encarregados do Poder Executivo eram homens de idéias antigas e acostumados a não modificar em ponto algum os princípios e máximas em que tinham sido educados e pelos quais se guiavam desde a juventude. Alguns eram apáticos, e todos sem aquele caráter e firmeza de que carecem os governantes, máxime em tempos de revolução; acomodavam-se a tudo, sem decisão para se oporem e contradizer as coisas a negócios que se lhes propunham, e, ainda menos, para caminhar com firmeza e vigor. As desgraças e distúrbios que sucediam naquela época se atribuíram à sua fraqueza e ignorância, e, desacreditada sua opinião pelos periódicos, foi fácil aos liberais conquistar no Congresso a maioria para destituí-los do posto, e eleger, em seu lugar, homens de suas idéias e partido.

Eu, como já disse, devia minha nomeação de oficial de secretaria aos regentes destituídos, aos quais me recomendara a princesa. O afastamento deles era sinal precursor do meu, que foi decretado pela nova Regência poucos dias após sua instalação, nomeando-me contador principal da pro-

víncia de Granada, com o mesmo ordenado do meu cargo anterior, como se não quisesse dar motivo para que eu alegasse prejuízo dos meus interesses.

Muito tempo fiquei sem poder averiguar e descobrir a verdadeira causa de minha remoção, até que S. A. R. se dignou enviar-me do Rio de Janeiro, a carta seguinte:

“Presas. – Recebi tua carta de 14 de setembro, de cujo conteúdo fico inteirada: a mudança no teu emprego e teu afastamento da secretaria o deves a Joaquim Severino Gomes; porém cala a boca. Deus te guarde muitos anos. Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 1815.

“P.S. Esta envio-ta por frei Bernardo Diaz: confia na sua amizade e honradez; ele, se puder, falará contigo e te contará lindas coisas. Quando me escreveres, entrega-lhe as cartas, porque ele já sabe a via segura por onde poderão vir sem se extraviarem.”

Não obstante ter à vista este documento autêntico de S. A. R, sempre desconfiei; e nunca acreditei depois que o senhor Gomes, encarregado de negócios de Portugal intrigasse para afastar-me da secretaria, porque sempre se mostrou meu amigo, e nada podia levá-lo a dar um passo tão injusto e impróprio de um homem de bem e de um cavalheiro condecorado com várias ordens, a não ser o querer-se atribuir toda a glória de haver sido o único agente da nomeação de S. A. R. para regente do reino, caso isto chegasse a se verificar; porque, tendo saído o conde de Palmela para sua embaixada em Londres, e eu para a contadoria de Granada, ele era o único que ficava em Cádiz para pleitear junto às Cortes e ao governo esta interessante matéria. Repito, porém, que Dom Severino Gomes não pode ter concebido esse projeto, porque semelhante idéia só cabe em uma alma pequena, e mais propensa à infâmia que à honra e à delicadeza.

Este era o caráter da pessoa que deu à princesa a informação de ter Dom Severino Gomes contribuído para que a nova Regência me afastasse da Secretaria de Estado. No P. S. S. A. mesma bem o indicava. Frei Bernardo Diaz, homem vulgar e grosseiro, e da mais baixa extração do povo, vestia o hábito de São Francisco com o objetivo único de garantir, como à maior parte dos indivíduos de sua classe, a futura subsistência sem trabalho; e se meteu também a ser agente ou portador de cartas da princesa; e não contente com esta comissão, demasiado honrosa para um frade que subira do povo à alta dignidade do sacerdócio, julgou que este sagrado caráter o autorizava a

fiscalizar a conduta dos seculares, aos quais esta espécie de parasitas e sevandijas destruidores dos povos considera seres de ordem inferior. Julgo, pois, o padre Diaz, e quiçá sem ter dados certos e positivos, que podia garantir à princesa que a causa de minha destituição era Dom Severino Gomes, sem reparar nas más conseqüências que poderiam resultar de semelhante denúncia; achou, porém, que este ato de officiosidade poderia ser grato a S. A. R., e, por conseguinte, mais o recomendaria para seu real serviço, razão sufficiente, no conceito religioso de um frade, para meter-se em qualquer empresa, sempre que dela puder resultar qualquer utilidade e proveito.

Se bem que a nova Regência tivesse procurado coonestar sua injustiça conferindo-me um emprego cujos vencimentos eram iguais aos que percebia como official da secretaria, achei, apesar de tudo, que deveria renunciar ao cargo de contador, como o fiz por duas vezes, alegando o motivo exato e verídico de ser para mim inteiramente novo o ramo de contabilidade, e que minha ignorância no seu manejo poderia causar danos irreparáveis, sem que para isso em nada concorresse minha vontade.

O principal motivo de minha premência não era tanto o de conservar a maior consideração de que, por todos os respeitos, é credor um official das secretarias de Estado, como manter a vantajosa posição em que me achava para servir à princesa, permanecendo perto do governo supremo. A Regência, porém, compreendendo-o bem, fez-se de desentendida de todos os motivos que eu alegava, e me foi preciso partir para Granada com o fim de cortar as relações que pudessem dar a S. A. notícia de tudo o que se passava.

Necessito fazer aqui uma curta digressão para relatar vários acontecimentos cuja notícia é indispensável para que o leitor possa formar juízo seguro sobre a correspondência sucessiva da princesa, e os desgostos que me acarretou o cumprimento de suas instruções.

Desde que tomei posse de meu novo cargo, comecei a observar certos manejos fraudulentos que, no começo, só divisava em globo; prossequindo porém, em minhas investigações, logo consegui descobrir que em Granada estava reduzida a arte, e bem sistematizada a fraude contra a Real Fazenda. Dois officiais da mesma contadoria, Dom Francisco Galindo e Dom Francisco Diaz, confessaram abertamente o desfalque de cento e vinte e dois mil e setecentos reales sellón, pelo processo artificioso com que escrituravam as partidas na receita do imposto de capitação.

Cri de boa fé que este era um dos casos cujo conhecimento devia comunicar-se ao público por meio da imprensa, para o que fiz imprimir um manifesto com data de fevereiro de 1814.

A publicidade desse crime excitou de modo extraordinário a censura pública e a conduta de todos os empregados, desde o intendente Dom Felipe de Córdoba até o último funcionário das repartições de fazenda de Granada, foi considerada desde então como digna de uma grande correção e reforma, porque se julgava, e não sem fundamento, que o maior inocente havia, pelo menor, consentido e tolerado aquele peculato, pois que dificilmente qualquer deles poderia ignorá-lo.

Toda a pessoa justa e sensata não poderia deixar de aprovar a conduta que tive naquele caso, pois ninguém poderá persuadir-se de que o governo me tivesse enviado a servir na contadoria de Granada para ser ali uma criatura passiva e nula, a ser cúmplice por negligência, ou a consentir que meus subalternos perpetrassem débitos de tal espécie. Qualquer silêncio, a menor tolerância ou indulgência teriam sido para mim um verdadeiro crime digno da maior punição, pelas conseqüências que necessariamente teriam advindo de minha inação e apatia.

Qual, porém, foi o resultado do cumprimento de meu dever? Os conjurados meus subalternos, e protegidos pelo intendente e pelo chefe político Dom Pascual Quiles Talón, assestaram todas as baterias a fim de liquidar-me.

A cáfila de usurpadores não ignorava as funções que eu desempenhara no Brasil, e desde logo planejou fazer algum feliz achado interceptando minha correspondência. O oficial maior da secretaria, Dom Pedro Benavides, era homem tão matreiro nesse mister, que na sua fé-de-ofício incluí como uma das mais notáveis esta singular habilidade sua, que exercera com a pastoral dos bispos residentes de Maiorca; foi ele que interceptou uma carta minha dirigida a Dom Mateo Gaia, cônego da catedral de Cozia, residente naquela época em Madri⁵². Confessei sem reboços a autenticidade desse do-

52 “Granada, 26 de fevereiro de 1814. – Meu apreciável amigo. Por sua carta de 21 do corrente, fico informado de sua estabilidade em Madri como empregado no Cabilido. Desejarei goze perfeita saúde, que o disponha a empregar todo zelo no desempenho de seu cargo e no auxílio em tudo que de si depender para a vitória de nossos

cumento, baseado no qual julgava aquela canalha que me poderia prender ou enforcar. O próprio chefe político Dom Pascual Quiles Talón não só se prestava com gosto a satisfazer os planos de meus inimigos, como julgava digno do mais exemplar castigo a quem tinha o atrevimento de pensar na sereníssima princesa do Brasil para a regência das Espanhas.

Ordenou ao juiz de primeira instância, Dom Andrés Estevan Marques, que me prendesse, o qual efetivamente foi à minha casa às quatro da madrugada de 12 de março de 1814, acompanhado por uma escolta de cinquenta soldados e dos correspondentes oficiais de justiça. Foi, porém, tão inepto, que não se atreveu a executar a missão, apesar das ordens formais que recebera do chefe político. Ao ver a intrepidez com que lhe respondi, e que sustentava minha opinião a favor de S. A. R., pois a isso me autorizava a própria Constituição de Cádiz, hesitou o juiz por tal forma, que consultou a Regência sobre o que deveria fazer-se com um homem tão resoluto como eu, e que me sustentava com tão fortes razões (consulta que não deveria ter feito, sendo o poder judiciário independente pela Constituição).

Apesar de me achar hostilizado por uma perseguição tão injusta, nem por isso deixei de empregar pela causa de el-rei todos os bons ofícios a que tinha direito pela de sua augusta irmã. As Cortes tinham resolvido, para atender à urgente necessidade em que se achava o principado de Catalunha, que fossem remetidos àquela província alguns milhares de moios de trigo que tinham sobrado nas massas dizimais do arcebispado de Granada. O intendente não adiantara um passo para a execução da ordem que lhe dera o governo para esse fim, não obstante as múltiplas reclamações que recebera do chefe político de Catalunha, Dom Valentín Olozes. As nossas boas relações animaram aquele bom espanhol a pedir-me que me encarregasse deste negócio, comissão que aceitei de bom grado e desempenhei

projetos. Vivo retirado da fonte, porém não me descuido em ir dispondo os ânimos deste país e fazer-lhes conhecer as vantagens da reunião do poder, hoje dirigido por um triunvirato, nas mãos de uma só pessoa. Você trabalhe quanto lhe for possível, sem esperar pronto resultado, porque os negócios políticos, como as frutas, têm seu tempo próprio de sazouarem. Em tudo, constante amigo e afetuoso criado. Q. S. M. B.: José Presas. —Senhor D. Mateus Jara”.

da forma que demonstram os ofícios que então me remeteu⁵³, e logrei finalmente socorrer meus valorosos conterrâneos, em seus maiores apuros, e fazer com que o rei, no dia em que fosse restituído a seus domínios, encontrasse pelo menos algum pedaço de pão com que alimentar-se.

A princesa tivera notícia de tudo o que eu sofrera e tolerava para defender a justiça e legitimidade de seus direitos, e solicitou a seu augusto irmão que remunerasse esses serviços, fim para o qual lhe endereçou a carta seguinte, que tive a honra de depositar em mãos próprias de S. M. e cujo traslado ainda existe em meu poder:

“Rio de Janeiro, 4 de janeiro de 1817. Querido irmão Fernando. – O Dr. José Presas, que te entregará esta, desempenhou a meu pleno contento o cargo de meu secretário particular por espaço de quase quatro anos; em todo esse tempo são inúmeras as convincentes provas que me deu de sua firme dedicação e lealdade, e os extraordinários e importantes serviços com que conquistou um dos mais distintos lugares entre todos quantos têm cooperado a fim de conter os rebeldes e conservar a integridade dos domínios espanhóis. O honroso e merecido atestado, escrito todo de meu punho, que tive por bem passar-lhe, e outros do Ministério

53 “Pelo papel de Vossa Mercê de 5 do corrente, e cópia do ofício que V. Mcê. recebeu do administrador dessa província que o acompanha, inteirei-me com satisfação do estado em que se acha a colheita de grãos destinados pelo governo e esta província, e sua remessa à mesma. E ao mesmo tempo que me felicita pelo grande interesse e zelo com que deseja deixar ultimada esta especial incumbência, porque se acha altamente compenetrado da sua importância e da necessidade que tem esta província daquele socorro, rogo-lhe queira continuar a transmitir-me notícias relativas a esse assunto; bem certo de que me serão agradáveis, e de que lhe ficarei sumamente penhorado. Deus guarde a V. Mercê muitos anos. – Vich, 29 de janeiro de 1814. – Valentín Liorer. – Senhor Dom José Presas”. “Acabado de receber seu ofício de 18 do mês passado, e fico inteirado do estado da remessa de grãos que como bom cidadão tanto promoveu V. S. Logo que chegar a meu destino procurarei reclamar do intendente nota do recebido, e a remeterei para seu conhecimento; no entanto reasseguro-lhe meus agradecimentos pelo cuidado que V. S. toma com esta província, que por tantos títulos é credora de que eu me interesse por sua sorte. – Deus guarde a V. Mcê. muitos anos. – Lérida, 8 de abril de 1814. – Valentín Liorer. Senhor D. José Presas.”

Nota. – Mediaram neste negócio uma enorme quantidade de ofícios e contas das quantidades de grãos remetidos.

e gerais espanhóis, comprovam seus méritos particulares de forma mais pormenorizadamente do que o permite uma carta. Regressando à Espanha teve um emprego por minha influência. Sua constante e pública dedicação à minha pessoa e direitos fizeram-me cedo afastar-se da corte; com menores recursos, porém, com igual empenho, ali continuou agindo a serviço de minha causa. Por esse motivo foi caluniado e processado como perigoso naquele tempo; e por tão particulares serviços é tão credor da minha consideração como da tua; recomendo-te, pois, com empenho, que acolhas suas pretensões como as de um vassalo zeloso e fiel, digno, portanto, de melhor sorte e das recompensas que quase todos os que fizeram tanto quanto ele já conseguiram de tua magnanimidade. Aqui fico sempre tua de todo o coração. – Tua irmã Carlota Joaquina.”

Antes de entregar a carta supra já prestara mais serviços valiosos a Fernando VII. Quando S. M. regressou de seu cativeiro em 1814, o que mais necessitava era de dinheiro, e sem que nenhuma autoridade me solicitasse, procurei um meio de arranjar-lho. Minhas atribuições como contador da província de Granada me permitiam segundo o regulamento vigente, intervir na direção e distribuição dos fundos de Espólios e Vacantes. Pelo livro de contabilidade desse ramo, resultava a existência de um depósito de doze mil e tantos pesos fortes. Oficiei para fazer o correspondente balanço ao subcoletor, que era então o cônego Galvez; este recusou-se a praticar essa diligência, negando-me poderes para intervir em semelhante matéria. Relatei, por meio de uma consulta, esta ocorrência ao senhor coletor geral Santín, deão de Ciudad Rodrigo, o qual, pelo correio de volta, mandou as mais terminantes ordens a seu subalterno Galvez para que, logo que as recebesse, fosse ter comigo e efetuar o balanço no dia e hora em que fixasse. Do cumprimento desta diligência resultou claramente a existência em moeda metálica, da mencionada quantia, que, por meus avisos, foi posta à disposição do rei pelo mesmo coletor geral, e aceita por S. M., foi imediatamente remetida a Madri, com a qual pôde atender às suas necessidades urgentes.

Transferido pelos fins do ano de 1814 para as mesmas funções na província de Córdoba, passei a exercer interinamente o cargo de intendente que deixou vago o atual conselheiro de Estado Dom Joaquín Peralta, mandado então a exercer a de Leão. Iniciara há três ou quatro dias o exercício

interino das funções de intendente, quando me foi visitar o ilustríssimo senhor bispo daquela diocese, Dom Pedro Trevilla, que, após os cumprimentos do estilo, me disse que existiam dois depósitos de cuja percepção estava encarregado seu mordomo, e que como um deles era relativo ao cardeal Gonsalvi, procedente dos rendimentos que usufruía como cônego, dignidade de Córdoba, e o outro ao colégio de São Pelagio da mesma cidade, de cuja administração ele próprio se achava incumbido; e que esperava que eu, no uso de minhas atribuições, lhos mandasse entregar; um para tê-lo pronto às ordens do eminentíssimo senhor cardeal, e o outro para atender às necessidades do referido colégio.

Enquanto o bispo me fazia sua exposição e apresentava o pedido, refletia eu sobre a origem daqueles fundos. Via que todos eles provinham dos trabalhos e suores dos espanhóis, pois que eram o produto dos dízimos, tão injustamente exigidos e tão mal aplicados, e estavam destinados a manter o fausto de um cardeal italiano que não pertencia à Espanha senão por suas conveniências e vantagens; e os outros a manter uma multidão de homens que, dedicados à carreira eclesiástica e não ao serviço da Igreja, viriam a ser uma carga muito pesada ao Estado.

Guiado, pois, por tão justas reflexões, respondi ao bispo que não possuía poderes para mandar entregar uns depósitos que tinham sido feitos por ordem do governo; que consultaria o ministro, e sua resposta resolveria aquele negócio.

– Então – disse-me S. Ilma. – é uma questão perdida.

– Seja como for, – repliquei-lhe, – é esse o meu dever.

Eu bem sabia que se tivesse resolvido a entrega como pedia o bispo, teria ficado por isso mesmo; via, porém, também, que a metade daquele capital, que ascendia a vinte mil pesos fortes, ia passar ao estrangeiro, e que a outra metade poderia ser gasta segundo a vontade e arbítrio e S. Ilma. É melhor, disse de mim para mim, proporcionar ao rei esta oportunidade de, com estes fundos, acudir as suas necessidades e às do Estado. Fiz, pois, a consulta, e a resposta foi de que pela mala fiscal que vinha de Cádiz remetesse aqueles fundos, o que executei pontualmente, Eis aqui como, depois de ter proporcionado a S. M. o pão necessário na Catalunha, proporcionei-lhe também ensejo de arranjar algum dinheiro com que lograsse sair das muitas dificuldades de que se viu continuamente cercado naquela época.

De que me valeram, porém, estes e muitos outros serviços extraordinários, cuja relação omiti por não dizerem respeito a estas memórias, e até os que confirma a princesa na sua carta atrás transcrita? Serviram-me unicamente para ser considerado de pior astúcia que os próprios inimigos declarados do rei e do Estado. Na própria cidade de Córdova sofri este inaudito vexame. E por quê? Por sustentar e defender os sagrados interesses da nação. O conde de Cartogal, tenente-general dos exércitos reais, reclamou, por meio de seu procurador naquela tesouraria, o pagamento de seus respectivos soldos. Havia este militar, no tempo da guerra de independência, tomado partido a favor do rei José, e essa nota o inabilitava para requerer seus soldos sem obter, em primeiro lugar, o respectivo cancelamento. Seu procurador se apresentou sem esse requisito essencial, e, por conseguinte, devia opor-me, como me opus, ao pagamento que solicitava, máxime exigindo-o ele de princípios de 1810 até o ano de 1815, o que montava a uns dez mil pesos fortes. Minha objeção, apesar de fundamentada nos regulamentos e ordens vigentes, foi pelo conde considerada como um abuso de autoridade, e como tal a denunciou ao rei, logrando que S. M. ordenasse a constituição de uma junta de oficiais-generais, para que, presidida por seu augusto irmão, o sereníssimo infante Dom Carlos, decidisse do conveniente e justo. Os membros dessa junta opinaram que eu exorbitara de minhas funções e faltara ao cumprimento do que competia ao tesoureiro-geral, e, formando-se S. M. conquanto lhe expusera aquela junta ilegal, me impôs a suspensão do exercício do meu cargo por três meses, injusta determinação que me foi comunicada pelo intendente daquela província, por ofício de 6 de fevereiro de 1816.

Eis aqui o modo como sob um governo absoluto se recompensam os bons serviços e se estimulam os funcionários fiéis e zelosos a desempenhar com honestidade e correção as respectivas funções. Eis um fato capaz de, por si só, desmoralizar aos melhores funcionários públicos, que, para não se verem expostos a semelhantes vexames e injustiças, não se oporão jamais a que se façam pagamentos irregulares, e sim, consentirão francamente que todos se apoderem da parte que puderem das rendas do Estado, considerando a fazenda pública como bens sem dono, e como patrimônio destinado a manter traidores, criminosos, e folgazões ociosos.

.....

Capítulo XXVI

IMPONTUALIDADE DA PRINCESA EM REALIZAR O PAGAMENTO DE MINHAS MESADAS

A CONDUTA que comigo teve a princesa, desde que me separei de sua assistência pessoal, não tem sido nem mais generosa nem justa que a de seu irmão Fernando. Estes senhores, quando necessitam de alguma pessoa ou coisa, estão sempre dispostos a oferecer muito; mas depois de haverem logrado seu intento, são muito renitentes em cumprir suas ofertas e palavras. Eu, como se viu, resolvi-me a passar a Cádiz confiado em que S. A. seria exata em cumprir sua real palavra, e que as mesadas correspondentes à pensão que fixara me seriam pagas pontualmente; desde o começo, porém, enfrentei mil dificuldades para conseguir que se me comesse a pagar alguma das muitas que já tinha vencidas. Foi-me necessário sustentar uma correspondência constante com seu almoxarife João dos Santos para conseguir que me remetesse algumas quantias por conta de meus créditos. Este foi substituído no seu posto por Antônio Joaquim da Silva, de quem tampouco pude alcançar mais do que outras pequenas quantias, que todas reunidas montam à soma de três mil novecentos e dezenove pesos fortes, salvo erro ou omissão.

Julguei que as desculpas e pretextos com que Silva procurava sempre esquivar-se às minhas reclamações não eram tão procedentes e ver-

dadeiras como ele me garantia, e meu errado juízo decidiu-me a dirigir uma respeitosa exposição à princesa, mostrando-lhe a falta de pontualidade com que seu almoxarife Silva cumpria suas reais ordens. S. A. R. teve a bondade de responder-me com a carta seguinte:

“Rio de Janeiro, 16 de abril de 1817.

“Presas. – Recebi tua carta de 29 de janeiro, que me entregou Varela com o impresso e conta que incluístes, relatando no primeiro quanto a cidade de Córdova se esmerou em obsequiar minhas filhas, o que é do meu real agrado pela parte que me toca. Quanto à conta de Antônio Joaquim da Silva, me dá a conhecer a divergência entre ambos: deve desaparecer em vista da honradez que norteia a conduta de ambos. O que diz quanto ao teu pagamento é o mesmo que diz de outras diferentes distribuições, e estou persuadida de que se não te continuou a pagar foi por falta de fundos, pois que até agora está minha casa num estado que só o tempo poderá consertar. Deus te guarde muitos anos. Tua infanta: *Carlota Joaquina*.”*

O impresso de que S. A. faz menção nesta carta era uma espécie de manifesto ou relação que publicou a câmara municipal de Córdova das iluminações e festejos com que obsequiara a suas filhas, a rainha Dona Maria Isabel e a sereníssima infanta Dona Maria Francisca, por sua passagem por aquela cidade, fazendo particular elogio da iluminação que por três dias consecutivos pusera eu na fachada de minha casa, porque achei que em Córdova ninguém estava mais obrigado do que eu a manifestar, mediante uma demonstração pública, o júbilo de que todos estávamos possuídos por tão extraordinário acontecimento.

Parecia justo que a princesa, em consideração aos gastos extraordinários, que eu fizera para obsequiar a suas filhas de modo superior às minhas posses, resolvesse favoravelmente a petição que acompanhava o impresso; a advertência, porém, e a discrição são duas coisas pouco conhe-

* Conquanto Presas continuasse a chamar dona Carlota Joaquina de Sua Alteza, a essa altura já havia sido ela coroada rainha de Portugal, Brasil e Algarves. (Março de 1816. – Nota do prefaciador.)

cidas dessa senhora. Respondeu-me, como se acaba de ver, dizendo-me que quando decidi dar-me uma pensão, fizera também outras distribuições, e que a razão de me não pagarem era a falta de fundos. Se essa resposta se conforma com a razão e justiça, poderá logo quem quiser mandar vestir, arrendar casas e terras, e comprar tudo o que desejar, certo de que, quando chegar a ocasião da prestação de contas fácil lhe será tapar a boca de seus credores dizendo a cada um deles que se acha sem fundos por ter dado aos que possuía várias aplicações.

Se bem que pouco satisfeito com semelhante resposta, resolvi-me, todavia, a guardar o mais profundo silêncio desde meados do ano de 1817 até 16 de agosto de 1820, tempo suficiente para que S. A. pudesse melhor organizar sua casa. Foi então que escrevi a uma pessoa de Lisboa, cujo nome devo ora calar, e esta me deu sua resposta, em virtude da qual, e dos distúrbios com que esteve sempre agitado desde o ano de 1820 o Reino de Portugal, me abstive de importunar a S. M. e de aumentar a aflição em que sempre a mantiveram os desgostos e discórdias com seu augusto esposo, e posteriormente, seu capricho e ambição de dominar, opondo-se obstinadamente ao estabelecimento e cumprimento da constituição por seu filho, o imperador do Brasil mandara, para reger Portugal. Melhorada, porém, depois de sua situação e sorte com o advento de seu querido filho D. Miguel ao trono, julguei ser aquela ocasião oportuna para renovar minha antiga e justa solicitação, para cujo fim lhe enderecei por via segura a seguinte representação:

“Senhora, desde o momento em que tive a honra de entrar para o real serviço de V. M. I. julguei que todos os meus cuidados e esforços deviam ser empregados em desempenhar com rigor e zelo os negócios e importantes comissões que desde começos do ano de 1808 teve a bondade de confiar à minha pessoa.

“A multiplicidade de objetos que simultaneamente se apresentaram à justa consideração de V. M. I. e R. naquela infausta época, parecia exigir a cooperação pessoal e a reunião de grandes conhecimentos, porém V. M. I. R., convencida de que era essencial a reserva e o segredo em tais negócios, recusou sempre a intervenção de qualquer outra pessoa, sem permitir mais do que se copiassem os papéis de menor importância pelo cônego espanhol a quem foi preciso despedir dentro de poucos meses pelos justos motivos que deu para não merecer a menor confiança.

“Só começara eu, e só tive de continuar depois na execução do vasto plano que a sabedoria e precisão de V. M. I. e R. traçara para a conservação e defesa dos direitos de sua casa e real família de Espanha, que com tanta perfídia aprisionara o opressor do continente europeu. Numa crise tão calamitosa era necessário levar ao conhecimento dos reis, dos povos, e muito particularmente, dos espanhóis de ambos os mundos, que ainda existiam representantes de tão desgraçada e desventurada família, aos quais, pelas leis fundamentais de monarquia, competia a coroa de Castela. Para esse fim redigi, por sua real ordem, dois manifestos, um em nome de V. M. I. e R., e outro em nome do sereníssimo infante D. Pedro, os quais, tendo merecido sua real aprovação, e a de seu augusto esposo, foram imediatamente impressos e remetidos como ofício ao supremo governo de Espanha, e por mim distribuídos às autoridades da América. A maior parte dos espanhóis, quase todos os que faziam a guerra, não só ignoravam esses direitos, como também a existência de V. M. I. e R., pelo largo tempo que mediara desde a época em que deixara a corte de Madri para passar à de Lisboa. Apenas, porém, viram pelos ditos manifestos, que existia livre das garras de Napoleão uma infanta de Espanha, se reanimou seu espírito, e pelejaram com valor e constância em defesa do trono de Isabel a Católica, com a esperança de que algum dia V. M. I. e R. poderia substituí-la na falta de seus augustos irmãos, e dar à nação espanhola os dias de glória com que aquela heroína distinguiu seu feliz reinado.

“Não menos favorável foi o efeito que produziram, nos habitantes dos domínios de América e Ásia, as informações de V. M. I. e R., a correspondência entabulada com os vice-reis, capitães-gerais e governadores; com os arcebispos, bispos e audiências, que exerciam autoridade civil e eclesiástica desde o Mississípi até o arquipélago das Filipinas; foi um fluido elétrico que exercitou em seus espíritos o mais acentuado patriotismo, o que provaram de modo indiscutível, remetendo à metrópole os muitos milhões de pesos com cujo auxílio se manteve a campanha de independência na península.

“A fidelidade americana, porém, atacada pela sedução de alguns descontentes e sediciosos e pelo influxo estrangeiro, muito em breve começou a vacilar, e sob o pretexto de que a Espanha estava perdida, pretenderam os inovadores e demagogos eleger um governo independente da

mãe-pátria. Buenos Aires, que tanto se distinguira quatro anos antes, em sustentar e defender os direitos de Espanha contra ambas as invasões que inutilmente tentou em 1806 a Inglaterra para submetê-la a seu domínio, foi o ponto em que tiveram princípio as convulsões políticas da América.

“À vista daquelas ocorrências, V. M. I. e R. se viu na premente necessidade de entabular um plano de pacificação e estender suas relações a todo o âmbito da América do Sul; embora seus conselhos persuasivos lograssem impedir por algum tempo que se propagasse o contágio da revolução, por fim se viu que os insurgentes de Buenos Aires levaram suas conquistas até à importante praça de Montevidéu, cujos chefes e câmara diariamente imploravam a poderosa proteção de V. M. I. e R. Naquela emergência a execução de suas reais disposições carecia de muitas pessoas, pois parecia impossível que um só pudesse suprir o despacho diário dos negócios e cuidar ao mesmo tempo da remessa de víveres, apetrechos bélicos, como foram mechas e a compra de armamento, fuzis, pistolas e sabres, que com permissão de vosso augusto esposo, concedida em 26 de julho de 1811, se embarcaram para Montevidéu no porto do Rio de Janeiro.

“Não se limitou o zelo e patriotismo de V. M. I. e R. com o proporcionar à praça de Montevidéu esses auxílios, mas quis satisfazer também os justos desejos que de antemão lhe manifestara o governador daquela praça, de obter um prelo, e este, depois de muitos passos e das várias conferências que tive com o ministro de Estado, se pôde conseguir, e foi também remetida com a rapidez que convinha para deixar burladas as intrigas do ministro da Inglaterra, lord Strangford, que se opunha decididamente e semelhante remessa, temeroso dos efeitos que produziria contra os de Buenos Aires, dos quais se declara abertamente protetor.

“No mesmo ano de 1811, o bergantim inglês *Caridade*, que saíra com bandeira espanhola de um dos portos de Inglaterra, com o despacho condicional do cônsul de Espanha, a fim de passar a Cádiz em demanda de real patente, continuou sua viagem sem obter esse documento tão essencial, e seu capitão se apresentou com nosso pavilhão no Rio de Janeiro, trazendo a seu bordo 6.000 fuzis para o governo dissidente de Buenos Aires. Tendo eu notícia desse fato, levei-o imediatamente à augusta consideração de V. M. I. e R., e em conseqüência se dignou dar-me as ordens para que sem perda de tempo o levasse ao conhecimento do marquês de Casa-Irujo,

então ministro de Espanha naquela corte, com o fim de exigir do governo português a apreensão deste navio com seu carregamento, sobre cujo assunto se passaram várias notas pelo dito marquês, e suas reclamações foram satisfeitas com o embargo que solicitava. Lord Strangford, embora conhecesse muito bem os incontestáveis princípios em que se fundava a justiça desta providência, não teve embaraço em pedir sua revogação, e reclamar como propriedade inglesa o que, por todas as razões de direito, deveria ser considerada espanhola. O Ministério português, no entanto, decidiu a questão em favor do ministro da Inglaterra, mandando que se devolvesse ao capitão o navio com seu carregamento. Foi então que, não podendo V. M. I. e R. tolerar que se tratasse com tão notória injustiça o pavilhão espanhol, me ordenou que redigisse em seu real nome uma nota, copiada depois por V. M. I. e R., e posta em mãos do príncipe, foi ele servido à sua vista revogar esta última providência e mandar que o bergantim fosse posto à disposição do ministro de Espanha para que o remetesse ao tribunal do almirantado de Montevidéu, que por sentença formal o adjudicou à Real Marinha Espanhola, e sua importância ascendia a muitos milhares de pesos fortes.

“De todos os negócios, porém, o que ofereceu mais dificuldades foi, sem dúvida, a impetração do auxílio que reclamavam incessantemente os generais Elio e Vigodet, quando chegaram a ter notícia certa e positiva de que tarde ou cedo deviam ser atacados pelos Buenos Aires. Seu justo pedido não poderia ser indiferente ao patriotismo de V. M. I. e R., razões suficientes para que fizesse todos os esforços possíveis e sacrificasse até seu amor-próprio, humilhando-se pessoalmente para pedir e conseguir do príncipe seu esposo uma ordem a fim de que o general Dom Diogo de Sousa marchasse do Rio Grande, com os 6.000 homens debaixo de seu comando a socorrer a praça de Montevidéu. Mais de dois meses se gastaram em resolver esse negócio, cuja resolução dificultava sobremodo a real palavra que o príncipe outorgara a lord Strangford, de que jamais se envolveria nos distúrbios suscitados no Rio da Prata. A reserva com que se tratou esse assunto, e o convencimento que conseguimos em nossas onferências, V. M. I. e R. com seu augusto esposo, e eu com o ministro de Estado conde de Linhares, coroaram finalmente esta empresa, e a ordem foi expedida; restava unicamente retirá-la do despacho do príncipe, diligência que V.

M. I. e R. praticara já várias vezes embora sem fruto porque os receios do governo inglês faziam-no indeciso em entregar-lha.

“Foi então que, para levar V. M. I. e R. pela última vez a reclamá-la, visto sua justa repugnância em fazê-lo, considerei oportuno recordar a triste situação de seus augustos compatriotas, que sacrificaram as vidas em defesa do rei e de nossa pátria comum, reflexão que enterneceu e animou de tal forma a V. M. I. e R. que, no mesmo instante, passou ao despacho do príncipe, de quem recebeu a ordem que foi por mim remetida ao dito general, e a praça de Montevideú se salvou, nessa ocasião, de cair em poder dos de Buenos Aires. Não estava livre, porém, das necessidades a que a reduzira o largo sítio que acabava de experimentar.

“O general Vigodet e os camaristas daquela municipalidade, tendo já esgotado todos os recursos para manter a guarnição da praça, viram-se obrigados a implorar de novo a proteção de V. M. I. e R., e isto foi em circunstâncias em que não havia de que dispor. Dar a semelhantes petições resposta negativa, além de ser contrário aos sentimentos de sua magnânima generosidade e patriotismo, seria muito perigoso pelas consequências que isso poderia produzir no espírito dos defensores de Montevideú, que vendo-se desamparados de V. M. I. e R., teriam ficado de ânimo abatido, e quiçá, ter-se-iam entregue ao desespero. Para evitar, pois, este fatal sucesso, concordou V. M. I. e R. com meu parecer, e se desfazer de suas mais preciosas jóias e peças de ourivesaria, que remeti ao general Vigodet com sua real ordem para que, de acordo com a câmara, as vendesse, e com seu produto se pagasse à tropa e demais funcionários. Este feito generoso e medida política não deixou de conservar-me em contínuo desgosto e apreensão até que recebi os ofícios do general Vigodet e da Câmara, com a notícia de haverem chegado a suas mãos os brilhantes e demais jóias que lhes tinham sido remetidas. Só então deixaram de amofinar-me com sua crítica os intrigantes que, sem a capacidade de fazer nada nem de tomar sob sua responsabilidade a menor coisa, se atrevem a censurar as medidas mais acertadas.

“Estes foram, Senhora, os que puseram o V. M. I. e R. na necessidade, para desvanecer e frustrar suas intrigas e projetos, a mandar-me a toda a pressa à casa de campo do cônsul-geral inglês Gambier, a fim de conferenciar sobre certo assunto com um personagem que naquele dia fora convidado a

comer ali e, por ocasião do regresso, que foi feito com a mesma precipitação, ocorreu deplorável incidente. Sob os balcões do palácio e na presença do próprio príncipe, que casualmente se achava num deles, caindo meu cavalo, tive a infelicidade de ficar debaixo dele, permanecendo por momentos sem sentidos, e todo banhado em sangue tal como V. M. I. e R. me viu quando subi a seu aposento a dar conta do resultado favorável de minha comissão. Mais de vinte dias passei sofrendo agudas e intensas dores no braço direito, que mal me deixavam dormir uma hora seguida por noite, e depois senti por muito tempo e ainda agora sinto dores sempre que há mudança de tempo.

“A intriga conseguiu finalmente que, por uma reclamação formal feita a vosso augusto esposo pelo gabinete britânico, fosse eu afastado do serviço de V. M. I. e R., e mandado sair da corte do Brasil, medida que, por ser tão insólita e injusta, teve sem dúvida por principal objeto privá-la do único agente que possuía para execução de suas régias disposições, tendentes todas a manter a integridade da monarquia espanhola, e auxiliar aos dignos e beneméritos defensores ao trono de São Fernando.

“Nas críticas circunstâncias em que se achava vosso augusto esposo com a Inglaterra, em princípios de 1812, exigia a política que cedesse ao que então lhe pedia o gabinete britânico, e assim era inevitável minha saída, e qualquer oposição a ela teria sido inútil e vã. Convencida V. M. I. e R. desta verdade pelas reflexões que então lhe fiz, e que teve a bondade de executar, conformou-se com que eu saísse do Rio de Janeiro, e me deu suas ordens para que partisse para Cádiz, com o fim de, estando nas imediações do governo espanhol, que naquela época se estabelecera naquele ponto, pudesse ali continuar a execução de suas régias instruções.

“Antes, porém, de levar adiante esta verdadeira e sucinta relação histórica de meus serviços e da conduta política que observou V. M. I. e R. com a Espanha e com nossos compatriotas, durante o cativo de seus augustos irmãos, seja-me permitido fazer uma pequena digressão para mostrar-lhe e recordar-lhe ao mesmo tempo o que então lhe fiz presente, isto é, o desprendimento com que abandonei meus próprios interesses para atender aos de V. M. I. e R., e servi-la com a dignidade e decoro correspondentes à sua grandeza e alta categoria.

“É público e notório que no ano de 1809 já estavam estabelecidas no Rio de Janeiro poderosas casas de comércio inglesas, que não podendo

introduzir suas manufaturas por si no porto do Rio da Prata, por estarem ainda em pleno vigor leis que o proibiam, viam-se obrigadas a vendê-las aos espanhóis que vinham daqueles pontos. A primeira coisa que faziam eles ao saltar em terra era se apresentarem a mim, uns por serem amigos ou discípulos, outros para obter informação do estado, da praça, e para que lhes aconselhasse o que podia convir-lhes para fazer, com êxito feliz, suas especulações. Três destas casas, que tinham observado que todos os espanhóis iam procurar-me, ofereceram-me quatro por cento do que vendessem a quem eu conduzisse a seus armazéns, diligência, na verdade, de pouco trabalho, e que então me poderia ter rendido muitos milhares de pesos fortes. Mas isso, afinal, era de certo modo exercer o ofício de corretor, que, embora pobre, achei que não seria compatível com o elevado posto de seu secretário particular, com que acabava de honrar-me, e V. M. I e R., dirigida ao vice-rei e capitão-geral Liniers para que permitisse a introdução de um carregamento muito interessante que tencionava enviar a Buenos Aires. Semelhante carta, porém, naquelas circunstâncias, comprometeria sobremaneira a V. M. I. e Real, e isto bastava para que eu rejeitasse semelhante proposta.

“A outra proposta que rejeitei foi quando lord Strangford, informado de que eu me achava só em minha casa, e sem pessoa alguma que pudesse testemunhar sua vista, me veio insinuar que desistisse se servir com tanto empenho e delicadeza a V. M. I. e R. nos negócios do Rio da Prata, hipótese em que seria eu bem indenizado e gratificado pela Inglaterra, ao que respondi que agradecia seus oferecimentos, cuja aceitação era incompatível com minha honra, em razão de estar comprometido já a servir com fidelidade a V. M. I. e R. e, por outra parte, ignorar o modo de bem-servir a dois senhores ao mesmo tempo.

“Ultimamente fui solicitado por Mr. Conigan para sugerir a V. M. I. e R. que pedisse a seu augusto esposo que lhe comprasse a casa do cônsul Gambier, sita em Botafogo, intervenção pela qual me ofereceu oito mil duros, mas também renunciei a este lucro pelas justas razões que então expus à sua augusta consideração, e porque semelhante compra sempre a considerei como um laço que se preparava para fazê-la passar no futuro por muitos desgostos, e isto era tanto mais pata temer sabendo, como eu sabia, que em semelhante aquisição, feita pelo príncipe para presentear depois a V. M. I. e R., se interessava lord Strangford.

“E quantas vantagens não me teriam proporcionado os pretendentes a empregos e funções públicas se eu, cedendo às suas insinuações, tivesse interposto minha mediação com os ministros para que lhes fossem concedidas as graças que eles solicitavam? Todos, então, estavam empenhados em servir-me e comprazer-me porque julgavam que os favores que me dispensassem poderiam fazer jus à gratidão de V. M. I. e R., e assegurar-lhes sua real benevolência, então de grande valor por ser chamada ao mando supremo, cuja verificação só pendia da existência de vosso esposo. Eu, porém, jamais lhes proporcionei uma única oportunidade para que, por semelhante meio, pudessem adquirir maior conceito do que o que na realidade mereciam.

“Não teria sido menor, naturalmente, o pecúlio que eu teria podido juntar com a compra de vários artigos que fiz para o uso de V. M. I. e R. e das sereníssimas senhoras infantas, se em semelhantes casos tivesse seguido o costume usualmente observado pelos compradores dos palácios, isto é, de pôr na conta como cem o que unicamente custou quarenta ou cinqüenta; e mais de uma vez ficou V. M. I. e R. admirada do preço módico pelo qual eu adquirira as coisas, como sucedeu na compra do coche ou landau, feita a Mr. Conigan, e no da partida de meias de seda feita a outro inglês.

“Volto, pois, à minha narração, com o fim de recordar também a V. M. I. e R. as disposições com que então teve por bem adotar para recompensar meus méritos e serviço, e indenizar-me do que não havia podido adquirir, por estar inteiramente e sem descanso dedicado ao serviço de V. M. I. e R. A primeira foi outorgar-me o honroso atestado escrito todo por sua real mão, e datado de 27 de maio de 1812, do qual constam todos os meus serviços, que V. M. I. e R. nele próprio altamente recomendou ao governo supremo que então regia Espanha, na ausência e cativeiro de seu augusto irmão Fernando. A segunda foi marcar-me uma pensão de três mil pesos fortes anuais, que me deveriam ser pagos pelo administrador do seu real patrimônio em Lisboa. A terceira e última foi o dar-me, de sua própria mão, uns quinhentos duros em moedas de ouro para a viagem, para cujo custeio quis também contribuir seu augusto esposo, que teve a bondade de mandar-me entregar outros duzentos pelo conde das Galveias, ministro então do Ultramar, que se serviu mandar-mos entregar em casa pelo porteiro-mor da secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros. Esta foi, em

suma, toda a riqueza que adquiri no Rio de Janeiro, e que então constituía meu patrimônio, com o qual estava sobremaneira satisfeito.

“Minha satisfação foi, porém, maior ainda quando, estando já embarcado, recebi por um ajudante-de-ordens, uma carta para entregar, à minha chegada a Cádiz, a Dom Pedro de Sousa e Holstein, atualmente marquês de Palmela, com um bilhete todo do punho de V. M. I. e R., digno pelo seu conteúdo de que eu o rememore, copiando-o aqui. Esse bilhete é, literalmente do teor seguinte:

““Presas.– Remeto-te a caixa para Dom Pedro. Deus te dê tão boa viagem como eu te desejo. Adeus, até à vista. Perdoa tanto trabalho que tiveste por minha causa.” Este é, Senhora, o idioma natural e autêntico dos príncipes quando expressam seus sentimentos sem estarem dominados por insinceridades palacianas. V. M. I. e R., em tão curtas palavras, me manifestou toda a gratidão com que meus serviços tinham obrigado seu real ânimo, e desde então tenho considerado e ainda hoje em dia considero este documento com a maior garantia que podia dar-me V. M. I. e R., para reclamar o pagamento da pensão que teve a bondade de arbitrar-me, no caso inesperado de seu falecimento.

“Cheguei a Cádiz e, se bem seja verdade que, pela alta recomendação de V. M. I. e R. me colocou a Regência do Reino na secretaria de Estado e do Despacho Universal de Mercês e Justiça, não o é menos de que ali me ocupei também em pugnar pelos interesses particulares de V. M. I. e R., e este foi exatamente o único motivo que tiveram os governantes daquela época para alijar-me daquele cargo, e obrigar à Regência a que me despachasse contador principal de Granada. Ali, como em Cádiz, também fui perseguido por defender a justa causa de V. M. I. e R. Digne-se a seu augusto irmão em carta de 4 de janeiro de 1817, cuja cópia conservo, e é igual à cópia que junto remeto sob o n. 1º, sem que o original, que entreguei em mão própria do rei, tivesse produzido por então nenhum efeito favorável: nem até agora o experimentei depois de transcorridos mais de dez anos, e, o que é ainda pior, o haver servido a V. M. I. e R. foi, em princípios do ano passado de 1827, um obstáculo insuperável para que o governo de Madri me aproveitasse em qualquer coisa com o objetivo indubitável de dar por este meio algum desafogo aos ressentimentos particulares de família, nos quais, como sabe V. M. I. e R., nenhuma parte poderia ter tido,

pois que desde o ano de 1817 cessou completamente nossa correspondência particular, porque já não tinha mais razão de ser.

“Em tais circunstâncias resolvi-me a deixar a pátria, pedindo para esse fim licença real, sob pretexto de passar à França a fim de aperfeiçoar meus conhecimentos, e a rapidez com que esta me foi concedida confirmou-me o que antes me assegurara uma pessoa que estava na intimidade do governo, isto é, de que eu jamais seria atendido enquanto vivesse V. M. I. e R. Não posso garantir isto integralmente; mas posso, isso sim, dizer que de três solicitações, que apresentei em várias épocas anteriores à minha saída de Espanha, nenhuma foi atendida, não obstante haver sido a última muito recomendada por uma alta personagem estando a corte na real quinta de Aranjuez em 1825, época em que foi dirigida.

“Reduzido, pois, por causas a que não dei lugar, à insignificante classe de empregado aposentado com um pequeno ordenado que se pode justamente qualificar de nominal, porque então se pagava com grande atraso, julguei, não tanto por mim, como pelos respeitos devidos a V. M. I. e R., que não devia tolerar por mais tempo os excessos de um governo arbitrário e corrupto; pois que sempre tenho estado na firme persuasão e convicto de que o ter-me marcado a pensão com que teve a bondade de assegurar minha subsistência, foi com o principal fito de, tendo eu merecido sua inteira confiança e tido a honra, em virtude do meu cargo, de ter assento à presença de V. M. I. e R., não ser jamais forçado a passar, para poder viver, por humilhações e baixezas.

“Estas são, Senhora, as poderosas razões que me obrigam a molestar a soberana atenção de V. M. I. e R., a fim de que se digne ordenar que, das mesadas vencidas desde 1813, correspondentes à esperada pensão, se me remetam agora dois mil pesos fortes, e daqui em diante as que se forem vencendo, com a parte dos atrasados que permita o estado do erário de sua real casa.

“Rogo encarecidamente a V. M. I. e R. se digne dar a esta súplica acolhida favorável. Está fundamentada na razão e na justiça, e a recomenda altamente a carta com que V. M. I. e R. teve a bondade de honrar-me, cuja cópia apresento como anexo n. 2. Por ela se vê que a única dificuldade que havia para que continuasse o pagamento era falta de fundos em que naquela época se achava sua real casa, situação que depois melhorou consideravelmente com o usufruto da casa da rainha, em cujo gozo entrou V. M. I. e

R. desde que faleceu no Rio de Janeiro, em 1816, S. M. a rainha D. Maria I. Posteriormente teve também os acréscimos que lhe proporcionaram as heranças de seus augustos pais, D. Carlos e D. Maria Luísa e, se bem que estas consistam em jóias, seu valor atinge grandes somas.

“As coleções de quadros que na partilha dessas heranças coube a V. M. I. e R. está se perdendo em Madri por estarem armazenadas, sem que os encarregados de sua guarda possam tratar delas com o cuidado que requer sua conservação, razão na verdade suficiente para que V. M. I. e R. se resolva a vendê-las, a fim de que não fiquem, com maior abandono, expostas a experimentar a mesma sorte que teve o melhor deles, pois desapareceu das vistas dos guardiões. O produto dessa venda será suficiente para que V. M. I. e R. possa atender com mais desafogo às atenções e empenhos de sua real casa e família.

“Não me teria atrevido, certamente, a fazer esta indicação, se não estivesse persuadido de que V. M. I. e R. a receberá como um efeito de particular interesse com que sempre procurei contribuir para o acerto de suas resoluções, e principalmente, se não me achasse autorizado por noventa e duas cartas e papéis, todos escritos por sua real mão, ordenando-me, na maior parte deles, que lhe diga sempre com franqueza minha opinião e parecer, pois detesta a lisonja por ser o mal comum e corrente que infesta os palácios.

“Seria eu, Senhora, muito injusto se duvidasse por um momento, alcançar da correção de V. M. I. e R. a justiça que humildemente reclamo, pois é bem notória, à face de todo o mundo, a religiosidade com que sempre procurou cumprir sua real palavra, ainda quando para isso fosse preciso passar por muitos desgostos, trabalhos e sofrimentos, e, até, pôr em risco a sua própria vida. Fundado, pois, nesse justo conceito, espero com ansiedade que V. M. I. e R. se sirva dar suas reais ordens para que se remetam os mencionados dois mil pesos fortes.

“Deus guarde a importante vida de V. M. I. e R., como o roga incessantemente, Senhora, aos pés de V. M. I. e R. este seu fidelíssimo e humilde criado

J. Presas.

“Bordeaux, 12 de março de 1828”.

.....

Conclusão

Quem ousaria sequer imaginar que, em vista de uma solicitação tão honrosa, submissa e lisonjeira, alicerçada com fatos tão autênticos e notórios, em vista de serviços confessados e qualificados pela própria rainha de bons, de extraordinários e relevantes, não me haveria de responder esta senhora com uma resolução terminante e favorável? Eu, pelo menos, assim o devia esperar⁵⁴, porque pensar de outro modo seria duvidar da boa fé de S. M. I. e R.; seria julgá-la capaz de faltar à sua real palavra; seria, finalmente, pretender de certo modo fazê-la descer do trono para colocá-la na baixa classe das mulheres comuns, opinião, na verdade, que todo o mundo crerá muito longe de quem, como eu, trabalhou tanto para elevar seu crédito e bom nome, para aliciar-lhe uma corrente poderosa e capaz de realizar os veementes desejos que essa senhora alimentava de ocupar o trono de Espanha. Sim, repito-o, nunca imaginei que a Senhora D. Carlota Joaquina de Bourbon, com uma notória injustiça, desse lugar a que eu me visse obrigado a apresentá-la e citá-la perante o tribunal da opinião

54 Se o príncipe viesse a falecer, caberia à princesa o governo, durante a menoridade de seus filhos.

pública, para que por ele se decida meu justo pedido. S. M. I. e R. poderia, com pouco dispêndio, evitar este recurso extraordinário. Uma resposta, acompanhada de uma letra de câmbio de modesta quantia, teria sido suficiente para que eu me calasse; o profundo e demorado silêncio, porém, que experimento há mais de ano e meio sem que S. M. I. e R. se dê por entendida não só do recebimento da petição atrás transcrita, como também da que posteriormente lhe dirigi em 12 de fevereiro de 1829 por meio do secretário de Estado o excelentíssimo senhor Acúrcio das Neves; o mesmo silêncio que já anteriormente observara com outras muitas que desde o ano de 1818 lhe dirigi sobre o mesmo objeto, e os infundados pretextos com que os almoxarifes ou administradores de seu real patrimônio João dos Santos e Antônio Joaquim da Silva se recusaram realizar o pagamento de minhas mesadas são uma prova bem clara de que S. M. a rainha se nega abertamente a cumprir sua real palavra, e que esqueceu completamente a máxima que muitas vezes lhe inculquei de que convém ser sóbrio no prometer e pontual no cumprir. Quando precisou de meus serviços sempre esteve disposta a escrever-me; nunca teve dificuldade em atender-me; pedia constantemente e exigia imperiosamente que eu deixasse de dormir para trabalhar na defesa de seus interesses e dos de sua real família. Nada de dormir; só trabalhar e andar para a frente; nada de recuos. Estas são as palavras com que se me dirigiu como se viu, na carta de 16 de outubro de 1809, que acha-se incerta no capítulo IX; agora, porém, que peço uma pequeníssima parte da pensão com que quis remunerar meus trabalhos, não se me atende, não se me escuta, não há tempo para que esta mesma senhora, que então me escrevia páginas inteiras, me enderece agora quatro linhas, sem disposição ou vontade de ordenar que em seu real nome o faça algum de seus criados.

Ó ingratidão! Tu não cabes senão nas almas fracas, levianas e sem caráter. Aflitas pela necessidade presente, sem deixar de temer o futuro, não guardam idéia nenhuma do passado; pedem sem acanhamento, recebem sem pejo e esquecem sem arrependimento. Se a atual rainha viúva de Portugal, faltando ao cumprimento de sua real palavra, que me deu e ratificou como se vê pela carta inserta no precedente capítulo, de atender a minha subsistência, se degrada por si própria da alta categoria em que a colocaram o acaso de seu nascimento e de sua sorte, sempre serão mais

dignas do respeito das pessoas justas e sensatas uma honrada camponesa ou uma pobre operária que cumpram seus compromissos e honrem sua palavra, do que uma rainha que falta aos que, confiados no aparente esplendor da majestade, se deixaram alucinar por fagueiras esperanças e vãs ofertas que nunca serão realizadas, pela má fé com que foram feitas. Os que não tencionam cumprir são muito fáceis em prometer. Todos podem ser liberais em promessas, porque oferecer não empobrece. Se eu, esquecido de qualquer sentimento de honra e probidade houvesse sido infiel à princesa, aceitando as ofertas de lord Strangford e recebendo o ouro da Inglaterra, que se diria de mim? E que se poderia dizer de mim se, em vez de remeter a ordem do príncipe ao general Sousa para que fosse com o exército sob seu comando em socorro de Montevideú a pusesse em mão do próprio Strangford?

Com que vozes e palavras não se teria declamado contra minha conduta, contra minha reputação e fama; se em vez de remeter a caixa de brilhantes, que valia muitos milhares de pesos, e que tive em minha casa por espaço de seis dias, tivesse fugido com ela para um país estrangeiro, aproveitando algum dos navios que diariamente saíam do porto do Rio de Janeiro? Ninguém seguramente conhece melhor do que a rainha que não só seus negócios, como também sua própria sorte estiveram pendentes de minha fidelidade. Reflita qual teria sido seu destino se eu, abusando de sua real confiança tivesse transmitido a seu augusto esposo o que ela própria me contava. Medite também sobre as fatais conseqüências que lhe poderia ter acarretado, pondo em mãos do próprio príncipe a confissão geral que involuntariamente e por esquecimento me entregou de mistura com seus papéis⁵⁵, e o grande proveito que isto me teria trazido⁵⁶. E quanto não me valeria agora, se tivesse conservado em meu poder esse documento como garantia do pagamento de minhas mesadas? Longe, porém, de mim tanta baixeza. Não tive a sorte de nascer príncipe; mas sentiria extremamente não ser tão honrado como os bons representantes de tão alta classe. Devolvi, como devia, a confissão com os demais papéis, sem dar-me por entendido de que a havia visto e lido, para

55 Vide nota 8.

56 O príncipe premiava qualquer delação que se lhe levava contra sua augusta esposa.

não fazer sentir a S. A. R. o descuido que tivera. Seu conteúdo tem sido e será para mim segredo tão sagrado, que com ele morrerrei, sem que o maior agravo recebido da rainha seja capaz de me abrir a boca para anunciar a criatura viva a menor coisa. Agora, pois, se eu, sendo de nascimento muito inferior ao da rainha, sempre procurei cumprir meus deveres, se preenchi à medida de seus desejos as minhas obrigações, por que não corresponde ela do mesmo modo aos nobres sentimentos que lhe devem inspirar a origem de sua alta estirpe? Por que há de deslustrar a gloriosa memória de D. Fernando, de Isabel, a Católica, e do imoral Carlos III de quem descende, negando-se a pagar o que me deve? Convém também saber S. M. I. e R., que não se ganhava a bem-aventurança só com o rogar a Deus, ou dotar os conventos, enriquecer as igrejas, encher de donativos e benefícios frades folgazões, nem basta também ser escrupulosa e afirmar que não é capaz de uma ação vil, como diz em suas cartas; é também necessário ser justa e dar a cada qual o que lhe pertence; de outro modo, por mais missas que ouça, e por mais absolvições que receba, o pecado não é perdoado, e sempre persiste o estado de culpa, porque segundo o Evangelho, *non remittitur peccatum nisi restituitur ablatuum*: não ficará remido o pecado se não for restituído o que se usurpou. Não faltará, seguramente, sendo apóstolos os que dirigem e aconselham a S. M. I. e R., quem diga a S. M. I. e R. que não está obrigada a observar para comigo esta santa e fortíssima doutrina, mostrando-lhe a ingratidão com que me conduzi publicando estas memórias. Mas que recurso – pergunto eu a tais homens – me restava depois de ter feito tantas diligências para ser pago? Quereriam, talvez, eles e a rainha que eu fosse a Lisboa pedir justiça a seu filho Dom Miguel*, e que este me mandasse julgar por um tribunal de teólogos? Não. Estudei também teologia. E sei como os teólogos dos príncipes absolutos

* D. Miguel, sétimo filho de D. João VI e de D. Carlota Joaquina, assumira o governo de Portugal em 1828. Contava, então, vinte e seis anos de idade. Temperamento arrebatado D. Miguel vinha restaurar o absolutismo em Portugal e deitar por terra a Constituição que seu pai jurara, mas que D. Carlota Joaquina se negara a aceitar, sendo, por isso, desterrada da corte. Dois movimentos, ainda que em vida do pai, levaram D. Miguel a efeito para se apoderar do poder ou, pelo menos, restaurar o absolutismo: a “vilafancada” e a “abrilada”, ambos muito perto de conseguir êxito completo, tendo um deles forçado o próprio rei a procurar abrigo a bordo de uma nau inglesa, para melhor garantir a sua vida. Foi por ocasião da “abrilada” (1824) que D. João VI, trêmulo e abalado nos seus sentimentos mais íntimos, se refugiou a

aplicam a moral, ampliando-a sempre em favor destes, e restringindo-a até apertar o pescoço dos infelizes que caem em seu desfavor. Dezessete anos de espera parece que constituem uma prova da gratidão e alto respeito com que sempre tratei a rainha. Além de que a pensão que se dignou conceder-me não é doação gratuita, e sim uma justa retribuição de meus trabalhos e fadigas; representa os honorários correspondentes a meus serviços, os quais, atribuídos a ela exclusivamente por seus agentes, apresentados no ano de 1815 a Fernando VII, a fim de incliná-lo a casar-se, assim como seu irmão

bordo da *Windsor Castle*, tendo, então, um gesto de energia, depois de tantas contemporizações: demitiu o turbulento infante do comando do Exército e decidiu mandá-lo em “viagem de instrução”, percorrer a Europa. O decreto foi expedido com data de 12 de maio de 1824 e logo no dia imediato era D. Miguel despachado, mar afora, a bordo da fragata *Pérola*, acompanhado dos seus fiéis servidores, conde de Rio Maior e barão de Queluz. Só assim pode D. João VI viver em paz até o fim dos seus dias. Em Viena, onde se acolhera à sombra do prestígio de Metternich, D. Miguel reconheceu os direitos de seu irmão, D. Pedro, imperador do Brasil, à sucessão de Portugal, mas isto não queria dizer que estivesse sinceramente disposto a renunciar às suas ambições. Tanto que, morto o rei e tendo D. Pedro abdicado em favor de sua filha, D. Maria da Glória, – a rainha menina, em nome de quem ia governar sua tia, a princesa Isabel Maria, tão desastrada e fraca, – resolveu D. Miguel voltar a Portugal e se impor como “rei absoluto”. Regressou a Portugal na mesma fragata que o levava, a *Pérola*, que fundeou em Belém a 23 de fevereiro de 1828. Para conseguir os seus fins, prestou-se mesmo, a jurar a Constituição e a investir-se nas funções de regente começando desde então a trabalhar no sentido de usurpar o poder, o que conseguiu, afinal, a 7 de julho do mesmo ano depois da convocação dos Três Estados que por insinuação sua o “convidaram a proclamar-se rei absoluto”. D. Miguel instituiu, logo, um regime de verdadeiro terror. Surgiu a reação, afinal, em 1831, começando pelas ilhas e atingindo, por fim, o continente, e batidas sucessivamente as forças legalistas, triunfou a causa constitucional, fugindo D. Miguel a bordo do navio inglês *Stag*, a 1 de junho de 1834. Recolhendo-se à Alemanha, onde casou com a princesa Adelaide Sofia de Wertheim Loewenstein, depois de haver feito estágio em Gênova e Roma, ficou residindo em Brombach, sem deixar de redigir, de quando em quando, inúteis protestos contra a violação dos seus direitos, e ali faleceu a 14 de novembro de 1866, aos sessenta e quatro anos de idade. A referência ao tribunal de teólogos feita por Presas nesta passagem mostra que o autor das *Memórias* não ignorava a ascendência de Frei João de São Boaventura e outros padres sobre o espírito violento do monarca, que, sem nenhuma contemplação, mandava surrar a pau os constitucionalistas e todos os indivíduos que, importunando-o, caíam no seu real desagrado... (Nota do prefaciador.)

Dom Carlos, com suas duas filhas, acontecimento pelo qual viu realizados a rainha os grandes desejos que sempre mostrou de que, quando a sorte não lhe fosse inteiramente propícia para colocá-la no trono de Espanha, pudesse pelo menos ver nele colocada uma de suas filhas. Nem a justa consideração de um acontecimento tão notável e tão vantajoso à sua real família, nem as mais convincentes reflexões lograram, porém, decidir S. M. I. e R. a deferir, de forma alguma, tão justa pretensão; e não devendo eu esperar de seu filho Dom Miguel que ouça minhas reclamações, necessito lançar mão de qualquer recurso para que, pelo menos, se conheça a justiça que me assiste. Apelo, pois, para julgamento da opinião pública.

Falem agora, em vista do que fica exposto, as pessoas imparciais e prudentes; qualifiquem os sábios e magistrados; decidam, finalmente, os soberanos, reis e príncipes, se a sereníssima princesa do Brasil, atual rainha viúva de Portugal, a senhora D. Carlota Joaquina** de Bourbon,

** D. Carlota Joaquina, rainha de Portugal, filha de Carlos IV e irmã de Fernando VII, da Espanha, nasceu a 9 de junho de 1785 e faleceu em 7 de janeiro de 1830, crê-se que dum cirro no útero ou duma hidropisia. Também tem sido divulgada a versão de ter apressado a morte, ingerindo chá de diamba misturado com arsênico. Nos seus últimos tempos, diz Alberto Pimentel, D. Carlota Joaquina era apenas um farrapo de gente. Vivia (em Queluz) no mais completo abandono de si e dos outros. “Andava mal vestida, suja, com um gibão de chita e uma fota de musselina na cabeça.” Acocorada sobre uma esteira, passava horas inteiras repetindo uma trova castelhana, que parecia feita propositalmente para ela:

“En porfias soy manchega
E en malicia soy gitana;
Mis intentos y mis planos
No se me quitan del alma”.

Ela, que fora tão orgulhosa e tão resoluta em todas as suas ações!

A sua fortuna, prossegue Alberto Pimentel, já estava muito reduzida. Gastara muito na política, endividando-se até para pôr D. Miguel no trono como rei absoluto. As exéquias fúnebres foram feitas na capela do palácio em que faleceu, pregando o beneditino fr. João de S. Boaventura. Este frade era um dos mais terríveis perseguidores dos liberais. Era natural que se excedesse em seu necrológio. Eis o que disse como peroração:

“Morreu como tinha vivido, cheia de paz, de fortaleza e de resignação. Ela deve estar, ó meu Deus, no seio da vossa misericórdia; a nossa esperança é fundada nas heróicas virtudes de que praticou em tão desastrosas crises.”

segundo o direito divino e humano, e segundo as leis de todos os países e sã moral, está ou não obrigada a realizar o pagamento dos 45,835 pesos fortes que me deve⁵⁷, correspondentes às mesadas que tenho vencidas e não cobradas, desde outubro do ano de 1813 até 1829 inclusive, e se enquanto não satisfazer uma obrigação tão justa, merece ser criada na religiosidade que tanto alardeia e proclama, e considerada digna de ser respeitada como soberana? Este título só pode pertencer com justiça aos príncipes que cumpram rigorosamente seus deveres, e sejam fiéis à palavra dada, requisito sem o qual decaem eles próprios do grande conceito em que os coloca sua alta categoria, perdem sua representação, e caem

O cadáver foi sepultado na igreja de Penaferirim de Cintra, no dia 10, sendo-lhe prestadas as honras adequadas à sua jerarquia, mas só em 1859 foi levada para o panteon de S. Vicente. Fez o seu testamento dois anos antes de morrer. É curto, ocupando apenas três laudas de papel almaço, mas é curioso pela quantidade de legados relativamente valiosos que deixa a todos os seus servidores.

Parece que não se esqueceu de nenhum. Instituiu seu filho D. Miguel testamenteiro, deixando-lhe além do mais, a quinta Ramalhão, de famosa memória. Como de costume nesses tempos, legou esmolas para muitas missas, nada menos de mil e duzentas, sendo cem por alma de seu esposo. Foi uma reconciliação de última hora. Também no testamento figuram legados para três instituições de oblatas. Que desde muito protegia. O legado foi um padrão anual de três contos de réis para dividir pelas três e ainda algumas propriedades rurais. Além disso, deixou recomendado a seu filho D. Miguel que protegesse sempre aqueles três recolhimentos.

O testamento foi escrito pelo oficial-maior da secretaria da Casa e Estado das Rainhas, o qual D. Carlota Joaquina assinou com as palavras Imperatriz-rainha, em letra que se reconhece ser de pessoa já muito abalada. Tinha D. Carlota completado 55 anos quando morreu. A *Gazeta de Lisboa* apareceu tarjada nos dias 8 e 9, publicando no primeiro dia a notícia do falecimento e no outro decreto determinando seis meses de luto nacional, três carregado e três aliviado. (Nota do prefaciador.)

- 57 Demonstração do crédito que tenho contra o real patrimônio de S. A. R. a atual rainha viúva de Portugal, a senhora D. Carlota Joaquina de Bourbon, proveniente das mesadas vencidas, da pensão de três mil pesos fortes anuais, com que se dignou recompensar os serviços particulares que lhe prestei enquanto desempenhei as funções de seu secretário particular, quando na corte do Brasil.

Total das mesadas vencidas desde junho de 1812, em que S. A. R. mandou a seu almoxarife João dos Santos, que me pagasse desde aquela época e o continuasse nos meses seguintes, sem limitação de tempo, como se viu da sua carta de 3 de dezembro do dito ano que esta inserta no capítulo XXIV, até o mês de dezembro de 1829:

no desprezo dos povos, que, para evitar as conseqüências de seus logros, não só fogem de seu convívio, como até abandonam os países que eles dominam.

Se a publicação desse fato não produzir o justo resultado que merece, servirá pelo menos de lição útil e saudável aos potentados, para que, de hoje em diante nenhum deles abandone, com tanta injustiça e desumanidade, como o fez a rainha comigo, as pessoas que, estando de posse de seus segredos mais íntimos, os serviram fielmente, porque se derem lugar a que os secretários fiquem queixosos e ressentidos, poderá chegar o tempo em que estes realizem, como o faço agora, a máxima de Racine:

“Il n'est point de secrets que le temps ne revele”.

Não há segredo que o tempo não revele.

Pesos fortes	49,500
Idem, 254 pesos, importância dos livros que adquiri do meu bolso e remeti de Cádiz no dito ano de 1812.....	254

Recebidos

Entregues pelo dito sr. João dos Santos ao sr. João Batista Ardisson, e que este me remeteu por letra sacada contra o Sr. James Duff, cônsul de S. M. B. em Cádiz, em data de 31 de outubro de 1812: Pesos fortes.....	500
Idem entregues por Santos a meu correspondente em Lisboa, em 17 de agosto de 1813	1,250
Idem, entregues pelo Sr. Antônio Joaquim da Silva ao meu procurador Bernardo Ribeiro de Carvalho Braga, que nos remeteu por intermédio de Don Juan Baptista Tamant de Cádiz, em 27 de março de 1816	2,169
Total.....	3,919
Saldo a m/ favor: Os. Fs.:.....	45,835

14 CARTAS PERTENCENTES AO
ARQUIVO NACIONAL

(1)

“Meu amor da m^a alma. Estimarei que chegasse bem, e que te tenhas divertido com o dobrar dos sinos.

“Ontem recebi esta carta do Lanes, e fiquei agoniada porq.^e não era p.^a mim, e abri o sobrescrito sem reparar, depois de abrilla foe q.^e vi q.^e era do Lanes p.^a Vm, porém juntamente a remetto, porq.^e não li senão o nome. Pedirão-me o hum recibo, ou o subscrito; eu respondi q.^e alli hia o sobrescrito p.^a prova de q.^e ficava entregue, q.^e tu não estavas cá, porém q.^e eu logo te mandava. A D.^s meu amor, the a vista, q.^e dezejo q.^e seja já poq.^e tenho saudades tuas, porq.^e sou

Sábado às 9 e meia

“Tua amiga do C.
J Carlota”

(2)

“Meus amores do meu C. dexejarei, q.^e te divirtas; os piquenos estão boms, o piqueno pegou m.^{to} bem na ama; fes algum reparo, porem tem já mamado três veses m.^{to} bem, A D.^s meu amor ate a noite, eu estou boa graças a D.^s a huma e meia.

“Espouza m.^{to} amante
J Carlota”

(3)

“Meus amores do meu C. dezejo q.^c te divirtas. Eu estou boa, a piquena está m.^{to} ezperta, o piqueno está bom, porem mudado hoje de ama, porque a Maria Fran.^{ca} teve uma emdigestão precedida do soro de leite q. bebeo ontem, q.^c estava azedo; o piqueno estranhou a ama, dava uma chupadella, e largava punhase a olhar p.^a ella m.^{to} carrancudo, e se lhe falava alguma de nos riase, porem, p.^a ella nada, ainda q. ella fizesse festa, sempre olhar de carrancudo. A D.^s ate a vista, q. tomara, q.^c fosse já, porq.^c me tem parecido hum secôlo o dia; como quem he, as duas e hum quarto

“Espouza q. te ama de O.
J. CARLOTA”

(4)

“Meu amorzinho do meu C. dezejo, q.^c estejao bom do ovido; eu graças a D.^s tenho paçado hoje melhor graças a D.^s porem com m.^s saudades tuas, tomara que fosse já noite, p.^a te ver, pareceme, q.^c há cem annos q.^cte não vejo. A D.^s meu amorzinho do meu C.

As 3 e hum quarto

“Am^{te} até a morte
JC.”

(5)

“Meu amor do meu C. estimarei q.^c tenhas paçado bem, o q.^c creio terá acontecido, a pezar de não te dignar, mandarme dizer como tenhas paçado.

“Estimo q.^c te divertizes com o Príncipe Inglês, por cá passou a desfilada as 9 horas da manhã.

“Todos estamos bons graças a D.^s e sejanos parabem o dia de hoje.

Vê se queres alguma cousa de mim, por q.^c estou pronticissima para tudo o q.^c for do teu agrado; porq.^c sou tua

“Dom.º 7 d’outubr.º de 1803

“As 8 e ½

“Espouza m.^{to} am.^{te}

J. CARLOTA”

(6)

“Meus amores. Recebi a tua carta de ontem, com o maior gosto pellas boas noticias q.^c me dás da tua saúde.

“Tua Mãy esta boa, e todos os mais, eu graças a D.^s vou melhor.

“O Pedro está melhor das dores de ventre, porem passou a noite com m.^{ta} tosse e os Médicos rezolverão q.^c não se purgase, porq.^c tem boa vontade de comer, em quanto não vem hoje os outros; suspeitão q.^c terá lombrigas, porq.^c tem alguns sintomas dellas. Em quanto ao q.^c me dizes da caca acho-te toda a razão, porq.^c os hóspedes estão primeiro de q.^c os de caza.

“A D.^s meus amores da m.^a alma, véze queres alguma cousa desta tua, Quelluz 18 de abril de 1804.

“Ás 11 h.^s da manhaã

“Espouza q.^c m.^{to} te ama

J CARLOTA”

(7)

“Meu amor do meu C. dezejarei q.^c tu paçases bem a noite, e q.^c já estejas bom do pé.

“Eu não te escrevi ontem, porq.^c estava com bastante dor de cabeça, procedida do embaraço, q.^c chegou ontem pella manhaã, porem hoje já estou boa graças a D.^s e o embaraço continua bem.

“Beija a mão da m.^a parte a tua Mãy, e dá hum recado ao meu Filho. Miguel está melhor do olho, apareceu-lhe huma piquena bolha lagrimal da parte de fora; picou-se, e ficou quazi bom, todos os mais estão

boms; e eu cá fico esperando com ânsia o dia de segunda feira para te ver, porq.^e tenho m.^s saudades tuas; e temos m.^{to} q.^e fallar.

“Sexta feira a huma hora.

“Sou tua Espouza m.^{to} am.^{te}

J CARLOTA”

(8)

“Meus amores do meu coração Estimarei q.^e tenhas paçado bem e q.^e tua Mãy tenha paçado como eu dezejo; põem-me aos seus Pés, e beijalhes a mão da m.^a parte. Dá hum recado meu ao meu sobrinho.

“Cá todos estamos boms graças a D.^s o Pedro continua a Pazar bem, tomou o seu amargo, e está esportíssimo. M.^a Fran.^{ca} principio-lhe o crescimento as 9 h.^s da noute e passou inquieta, deitou-se-lhe numa mezinha porem não obrou the agora, á tarde escreverei pello correio p.^a te dar notícias. Agora vai esta pello Adrião, porq.^e sempre dezejo ter notícias, e não quero perder a ocaxião de áster e de te mostrar q.^e sou tua,

“3.^a f.^a 9 de julho de 1804. Espouza q.^e m.^{to} te ama ás 9h.^s da manhã

JCARLOTA”

(9)

“Meus amores da m.^a alma: Estimarei q.^e tenhas paçado bem, e q.^e te tenhas divertido. Eu graças a D.^s estou boa; porem ontem não foe possivel escrever, porq.^e cheguei m.^{to} mohida, e com m.^{ta} dor de cabeça.

“Pedro passou bem; M.^a Fran.^{ca} não teve crescimento ontem; porem os Médicos mandarão q.^e se purgasse hoje, porq.^e não se tinha soltado de ventre como a outra; esta noite passou bem dormiu desde as 9 h.^s the as 6 h.^s da manhã, tomou o remédio, e já tem obrado, e não tem febre, está com o pulso limpo emteiram.^{te} e com vontade de comer.

“A D.^s meu amor the sexta f.^a quero dizer, amanhã se D.^s quizer q.^e já se não pode passar tanto tempo sem te ver, porq.^e tenho m.^s saudades

tuas. Vê si queres alguma couza q.^c eu faça, pois estou prompta p.^a o executar, pois me prezo de ser tua

“5^a f.^a 12 de julho de 1804. Espouza am.te, e fiel ás 9 h.^s e meia

J CARLOTA”

(10)

“Meu amor da minha alma. Dezejo q.^c chegases bem, com aquelle dia tão terrível. Estimarei q.^c te tenhas divertido com o Compadre.

“Eu tenho paçado melhor da descarga, porem o peito está o mesmo, fui bem sucedida com o remédio graças a D.^s e vou continuando com os outros.

“O meu Filho Pedro adocece ontem á tarde com dor de cabeça, frio, e febre alta, de noite teve dores de ventre, estímulos, p.^a orinar, dor, e inflamação de garganta, suspeitão os Médicos q.^c será febre vermelha: Eu mandei chamar os Médicos Manuel Luís, Melo, e Ant.^o Soares e Picanço; vê si queres q.^c venha mais algum, porem creio q.^c não he necessário, porq.^c são os do costume.

“Os médicos dizem q.^c nos não devemos ficar aqui nem hum instante em se declarando a febre vermelha.

“A D.^s meus amores do meu coração, vê si queres alguma couza desta tua

“Bomp.^a as 3 horas e meia

J CARLOTA

“P. S. Se se declarar a febre
vê se querer q.^c fiquem cá os
Médicos, p.^a o verem a toda
hora e observarem.”

(11)

“Meus amores da m.^a alma. Estimarei que chegases bem, e q.^c te tenhas divertido.

“O Pedro passou melhor a noite, viérão os Médicos e não lhe acharão febre, porem mandarão-lhe-dar hum vomitório o qual fes bom effeito, não vomitou senão alguns escarros, porem fes quatro degeçções grandes; depois dormio huma hora, e vinte minutos, acordou bebeo o caldo, e está mais esperto, e tem suado m.^{to} Eu ainda não estou boa do estomago; e os Médicos dizerão q.^c me vomitase amanhã; assim se eu não puder escrever a Camareira Mor escreverá. Põem me aos Pés de tua Mãy, e beija-lhe a mão da m.^a parte.

“A D.^s, meu amor, vê si queres q.^c eu faça alguma couza pois estou sempre prompta p.^a em tudo te dar gosto, pois sou tua

“Espouza q.^c m.^{to} te ama,
J. CARLOTA”

“Sábado, 7 de julho de 1804,
ás 4 h.^s da tarde.”

(12)

“Meus amores da m.^a alma. Estimareis q.^c paçase bem, e q.^c fosse a Precisão tão boa como cá tive noticia pello Vasco.

“Eu passei m.^{to} bem com o remédio e estou m.^{to} boa graças a D.^s o Pedro está sem febre, m.^{to} esperto brincando e rindo, e com boa vontade de comer. A Maria Fran.^{ca} teve ontem febre e hoje encontrou-lhe com abrimentos de boca pés e mãos frias, e hoje quando vierão os Médicos estava suando, e asentarão q.^c era fim do crescimento, e derão-lhe um vomitório foe muito bem sucedida, depois dormiu hum poço m.^{to} sosegada, e agora acordou e esta com a pele fresca e mais esperta.

“Põem me aos Pés de tua Mãy, e beija-lhe a mão da m.^a parte.

“A D.^s minha vida e meu amor, vê si queres alguma couza q.^c eu faça p.^c com o maior gosto o exzcutarei, porq.^c me prezo de ser tua

Espouza m.^{to} am.^{te}
J CARLOTA”

“Segd.^a fr.^a 8 de julho de 1804
ás 4 h.^s e meia.”

(13)

“Meus amores a m.^a alma. Estimarei q.^c estejam bom, e q.^c te tenhas divertido com os frades. Cá estamos boms graças a D.^s o Pedro está bom, M.^a Franc.^{ca} está quazi boa, apenas teve ontem, e hoje hum aballo no pulso; os Médicos deixarão determinado ontem q.^c tomasse a infuzão de Quina com Ruibarbo, e q.^c hoje já não tinhão neccidade vir, q.^c virião amanhã ver o effeito do remédio: come com boa vontade as suas sopinhas, qe he p.^a o q.^c lhe dão licença, graças a D.^s vamos de vencida.

“A D.^s minha vida e meu amor the amanhã se Deus quizer, q.^c já estou dezejando o dia de amanhã p.^a te ver, porq.^c tenho m.^s saudades tuas, como he natural a quem he, como eu sou,

“Espouza q.^c te ama m.^{to}
J CARLOTA”

“Sábado 14 de julho de 1804,
À huma hora da tarde.”

(14)

“Meus amores da m.^a alma estimarei que pazes bem, e q.^c te tenhas divertido.

“O Pedro levantou-se hoje, e tem paçado bem graças a D.^s M.^a Fran.^{ca} as 4 h.^s he, q.^c lhes declinou ocrescimento, os médicos mandarão q.^c se purgasse, e agora q.^c são 4 e meia he q.^c elles lhe darão o remédio; amanhã se D.^s quizer te mandarei dizer como ella pasou; agora está quazi sem febres. A D.^s meu amor da m.^a alma, vê si queres alguma couza q.^c eu faça pois tudo exzecutarei, como

“Espouza fiel amant.^c
J CARLOTA”

“3^a f.^a 10 de julho de 1804,
Às 5 h.^s da tarde.”

CARTAS JÁ IMPRESSAS

“Señor:

“Papá mio de mi corazón, de mi vida y de mi alma. Voi a los pies de V. M. em la maior consternacion, para decidir a V. M. que el Príncipe está cada dia peor de cabeza, y que por consecuencia esto va todo perdido, porque aquellas figuras estan cada día mas absolutas, y que es llegada la ocasión de V. M. acudir-me a mi y a sus nietos; como V. M. verá por la inclusa del Marqués de Ponte de Lima, porque la priesa y el secreto no dá lugar a mandar um papel firmado por toda, o quase toda la Corte, que ellos me ofrecieron para que se lo mandasse a V. M. esto se remedia mandando a V. M. uma intimación de que quiere que yo entre em el despacho, y que no lê acepta réplica, por si la diere, la respuesta será com lãs armas em la mano, para despigar lãs afrentas y desaires que V. M. sabe que el me está continuamente haciendo, y para amparar a sus nietos, ya que no tienen um padre capaz de cuidar em ellos. V. M. perdone la confianza que tengo, pero es este el modo de evitar que corra mucha sangre em este reino, porque la Corte quiere ya sacar la espada em mi favor, y tambien el pueblo; porque se ve por factos imensos, que esta com la cabeza perdida; asi lê pido a V. M. haga el dicho verdadero há de hacerlo luego, y yo haré entonces com que el mismo emeiende muchas cosas, porque lê mieto miedo amenazandole com que se lo he de decir a razón, y bien del Reino; y ahora pido a V. M. que me eche su bendición, y a los chicos.

“Queluz 13 de agosto de 1806.

“A los Reales pies de V. M.
Carlota Joaquina.”

“Señora:

“Mamá mia de mi corazón, de mi vida y de mi alma. Voi a los pies de V. M. llena de la maior afflictión a decidir a V. M. que es llegada la ocasion de que VV.MM. acudan, a mis hijos, y a todo este reino, el Príncipe está com la cabeza perdida quase del todo; asi lê pido a V. M. que haga com que Papá dê prompto remedio, por el modo que yo pido, porque es el único modo de hacerse em paz, yo Mamá mia, me refiero a la carta de

Papá, porque estoy escribiendo a toda prisa, por no ser vista, así le pido a V. M. que tenga compasión, e que me eche su bendición, y a los chicos.

“Queluz 13 de agosto de 1806.

“A los pies de V. M.
Carlota Joaquina”

CARTA DE S. A. R. A PRINCESA DO BRASIL DONA CARLOTA
JOAQUINA DE BOURBON, AO VICE-REI DE
MONTEVIDÉO, D. XAVIER DE ELIO

“He recibido tu carta de 1º de mayo precedente, com que me propones la lamentable situación em que se hall ala Campana de esa Plaza; noticia bien sensible a quien (como yo) se há interessado siempre em la felicidad de esos habitantes.

“Los españoles merecerán siempre de mi, quanto ellos podrían esperar de uma buena madre; y de consiguiente no podia yo mirar com indiferencia tu solicitud, dirigida á que alcanzase de mi Augusto esposo, los auxílios de qué precisas para sostener contra lãs incursiones de los facciosos de Buenos Ayres, la muy fiel Ciudad de Montevideo, puesta bajo tu dirección, y mando.

“No estaba satisfecho aun el afecto com que deseaba auxiliarte, y reiterando em consecuencia mis justas reclamaciones, obtuve del Príncipe la orden que incluyo, la que hoy mismo há partido por principal para Rio Grande; y creo que al recibir tu esta, ya estarán marchando las tropas Portuguesas, si ya no marcharon em tu socorro em virtud de las anteriores ordenes y de la requisision que hiciste al General de Porto Alegre.

“Por último te ruego, y encargo que exortes á esos fieles habitantes, que se mantengan constantes, y que lês ofrezcas de mi parte, que nunca les faltarán los auxillios que Yó les pueda dar.

“Deben igualmente estar seguros, de que nunca tendré parte alguna en cosa que directa, ni indirectamente les pueda perjudicar, ni que sea contraria á los intereses de mi muy querido hermano, ni a nos intereses de mi propia Nación.

“Dios te guarde muchos años. Palacio del Rio de Janeiro á 8 de junio de 1811.

“Tu infanta Carlota Joaquina de Bourbon.

“A D. Xavier Elio.”

Publicado pelo dr. Juan G. Beltrán – *Historia del Brasil* (Buenos Aires, 1935), pp. 215-216.

MANIFESTO DE DONA CARLOTA JOAQUINA
CANDIDATANDO-SE AO TRONO DA
AMÉRICA ESPANHOLA

A Voz da América, proclamação que circulava por toda a América Espanhola, que manifesta geralmente o voto de que seja eleita para Regente, e futura Sucessora da Espanha, e suas Américas a Sereníssima Senhora D. Carlota Joaquina de Bourbon., Princesa de Portugal e Infanta Maior de Hespanha. Trad. do original espanhol (Lisboa, Impressão Regia, 1810).

O manifesto que d. Carlota Joaquina fez escrever por d. José Presas foi traduzido em vernáculo por Luís Caetano de Campos, e ao que sabemos, teve três edições, duas em Lisboa, e uma no Rio de Janeiro. A 1ª edição da tradução foi publicada como as duas outras, sem nome do tradutor, em Lisboa, na Impressão Regia, 1810, 4º de 8 p. A nossa Biblioteca Nacional, possui um exemplar (IV-327, 5, 11). A 2ª saiu da oficina de João Rodrigues Neves, 1810, e finalmente a 3ª, do Rio de Janeiro, Impressão Regia, 1810, existindo exemplar na magnífica biblioteca do Ministério das Relações Exteriores (82-3-7).

PROCLAMAÇÃO

“A América que pouco há se viu repetidas vezes coroada do glorioso laurel de Marte, sob o heróico comando dos seus Chefes, chega hoje cheia de consternação, vestida de luto, e cingida do lúgubre cipreste ao seio dos seus ilustres Capitães, buscando consolação na acerba dor, que a oprime, vendo sua Mãe, a poderosa Espanha, invadida pela traição, e pela intriga do mais pérfido dos tiranos.

“Muito tempo havia que a América, sem deixar de esperar dos heróicos esforços de seus Irmãos da Espanha a recuperação, e defesa da sua liberdade e independência, e a dos justos direitos da Pátria, se achava todavia temerosa do êxito daquela sanguinolenta luta; observava atentamente o estado da Nação, as facções, desconfianças, partidos, e tramas ocultas, que interiormente a agitavam, e se lastimava de não ver à sua frente o que mais necessitava para fazer-se respeitável, que era uma Pessoa Real, que ocupasse a sua Regência, assegurasse, e reunisse os ânimos, e esforços de todos para um só fim; a América pensa que só este remédio pode salvar a Espanha, e evitar a perdição da América.

“Ao mesmo tempo tem estado meditando a América sobre sua situação, e sorte futura. Oprimida quase inteiramente sua antiga Metrópole, e afogados seus amados príncipes entre os braços sequiosos do Augusto sangue dos Bourbons, não lhe fica outro apoio, em que firmar-se, senão o dos seus próprios recursos, e a de sua firme, e inalterável lealdade: jurou-a aos seus Reis, e às suas leis; nenhum poder será capaz de a separar de tão sagrados deveres.

“Os intentos da América dirigem-se a preservar-se dos horrores da anarquia, em que teme ver-se precipitada, e da divisão, que por todas as partes se descobre já demasiadamente, e é muito de recear que cada dia se propague mais; e assim julga urgentissimamente necessário atalhar, e cortar estes males, e apagar este incêndio, reunindo os ânimos, e opiniões de todos para um só, e justo fim.

“Não ignorava a América que entre todos os seus habitantes há alguns espíritos inconstantes e inconsiderados, que forjam planos absurdos, e inconvenientes de independência democrática; porém o número destes Fanáticos é mui pequeno, sem crédito, e desautorizado. Acaso talvez poderia encontrar-se algum, que em seu ânimo ocultasse o de submeter-se a José Napoleão, e a sua detestável Dinastia; mas se por desgraça destes povos esta obscura, criminal, e abominável idéia chegasse a ter prosélitos, rios de sangue inundariam a América¹.

“Se pudesse conciliar-se com a tranqüilidade, segurança, e unidade da América e permanência do seu atual governo no seu estado, e forma atual, debaixo do governo das nossas leis, e em nome do nosso amado Rei Fernando, causaria um singular prazer aos americanos pela confiança, que sempre lhes inspiraram os seus Magistrados; porém este pensamento, que à primeira vista parece de razão (e o seria, se a nossa presente situação fosse igual à em que nos achamos na dilatada guerra da Sucessão) prepara os mais graves perigos; pois além de estar em contradição com a nossa Constituição, e Leis, faria suspeito o comportamento dos chefes, comprometeria a honra dos Povos, e apressaria a nossa ruína, e perdição. Um sistema de governo colonial sem Metrópole, sem Soberano efetivo, a

1 Não há que receá-lo, pois não o consentiriam nossos íntimos aliados.

quem recorrer, como a centro de unidade, é um absurdo que repugna a toda a sã política; e uma verdadeira anarquia, que exporia as Américas a ser divididas em tantos Reis como tem de Vice-Reis; em tantos Régulos como Governadores, e em outros tantos facciosos quantos são os homens atrevidos, de que abundam; e faltando aos primeiros aquele grau de força e respeito, que só obtinham pelo poder da Metrópole, da qual dependiam os prêmios, e donde se receavam os castigos, tudo se converteria em um caos, e viríamos a ser presa do primeiro que se nos apresentasse, ao qual nos veríamos talvez obrigados a admitir como um benfeitor, que serenasse nossas intestinas dissensões, e partidos, o que é de temer que aconteça à desgraçada Espanha.

“Agitada a América destes cuidados, trata, quanto está de sua parte, de assegurar a sua tranqüilidade, e de todas as possessões espanholas do Ultramar, e ainda a da Espanha sua Mãe, firmando a Constituição precária, em que se vêem, montando-a nos seus verdadeiros, e legítimos eixos, de modo que recupere a sua antiga energia e vigor. Com estas vistas dirigiu o seu plano pelo modo mais conveniente para manter os sagrados deveres que lhe impõem a justiça das leis, que jurou; a lealdade, que sempre formou o seu carácter; e o amor, que constantemente consagrou à Augusta Família dos seus Soberanos, e à sua própria Nação. À América promete-se que caminhando diretamente pela vereda da justiça, e da Lei, terá da sua parte o voto em geral, e em particular dos seus honrados habitantes.

“A Fidelidade, o espírito de justiça, que anima a América, a eleva a conceber, e traçar o vasto edifício de um novo Império Espanhol Americano, que iguale, quando não exceda, o Europeu, do qual nunca será separado, salvo se por desgraça este chegasse a ser subjugado; a sua situação geográfica a convida à glória (que deseja não perder) de ser ela que lance a primeira pedra de Obra tão grandiosa.

“Por outra parte uma multidão de idéias, nascidas da combinação dos extraordinários, e grandes sucessos acontecidos nestes últimos tempos, fazem agourar, e pressentir, que assim como das escarpadas rochas das Astúrias saíram no século oitavo os Pelaios, e os Afonsos a restaurar a Espanha do poder dos Sarracenos, renasceram também deste novo Império outros Heróis semelhantes, que nos vindouros tempos recuperem a sua Mãe, arrancando-a das aleivosas mãos, que a oprimem. Mas para

que tão lisonjeira esperança chegue a ver-se cumprida, é da maior importância obrar com tanta energia, e atividade, que sem perder um instante se trate de organizar, e consolidar este Império Americano, de modo que não padeça diminuição, nem desmembração alguma, e se cuide primeiro que tudo de colocar na sua Regência aquela Pessoa da Real Dinastia, que adotou a Nação, a quem por nossas antigas Leis, privilégios, foros, usos, e costumes compita a sucessão do Reino, e que se ache desembargada para a ela pretender.

“Estas idéias magníficas ao passo que embotam a aguda dor, que penetra a América, lhe são tanto mais lisonjeiras quanto ela está mais certa de que por este caminho os desígnios do Tirano de Espanha ficariam cortados, o seu cetro vacilante, o edificio de sua iníqua ambição sem solidez e seu pérfido coração devorado de zelos, inquieto e nunca seguro de sua presa (que jamais poderá chamar sua, necessitando de numerosos exércitos para conservá-la) enquanto existir com esplendor, poder, e grandeza algum ramo da Casa Real de Bourbon.

“A Monarquia Espanhola é (por nos servirmos de uma comparação antiga) um Morgado dos seus Soberanos, que fundou a Nação, estabelecendo Leis, que determinaram a ordem de suceder entre as Linhas da Real Família: esta ordem, que é uma regalia própria, e a mais preciosa da Nação, não pode príncipe algum variá-la, nem em todo, nem em parte, nem renunciar tão altos, e sagrados direitos em um estranho com prejuízo dos legítimos Herdeiros, e sucessores, ainda de sua livre e espontânea vontade, e muito menos por meio de involuntárias e forçadas abdições. Nos Morgados logo que natural ou civilmente morre o possuidor, passa por ministério da Lei a sua posse civil, e natural com todos os seus direitos para o legítimo sucessor; e quando este, e os seus imediatos estão impedidos para obtê-la, transmite-se para o que se segue em grau, e que se acha desembargado. O mesmo acontece nas Monarquias hereditárias, que em nenhum caso podem ficar sem soberano, enquanto existir sem embargo algum dos chamados pela Lei para a sucessão.

“O estabelecimento espanhol na ordem e modo de suceder no Reino é bem sabido: é como um Morgado dos que o Direito chama de regular agnação, em que as Fêmeas, ainda que preteridas pelos Varões da sua linha, todavia não só não ficam excluídas, mas até preferem a todos os Va-

rões laterais. Esta há sido constantemente, e sem alteração a antiquíssima Constituição Espanhola em matéria tão essencial, ainda antes dos tempos do Infante D. Pelaijo: os Reais, e os Reinos juram pelo modo mais solene guardá-la inviolavelmente; e por este mútuo juramento nem os príncipes podem ir contra a sua observância, nem os Vassallos faltar à fidelidade, a que se ligaram, nem separar-se da obediência que prometeram.

“A Nação nunca consentiu em que se varie esta ordem; e por isso quando o Senhor Rei Filipe V intentou variá-la, querendo introduzir as Leis Sállicas da França, pela qual se excluem as Fêmeas, havendo para isso formado (sem primeiro o fazer saber às Cortes, e sem as ter convocado) um novo regulamento sobre a sucessão, em 10 de maio de 1713, que fez registrar entre os Assentos do Supremo Conselho de Castela; de nenhum modo o autorizou, nem consentiu a Nação, antes pelo contrário, tendo-se ajuntado em Côrtes Gerais em 1789 (talvez principalmente só por este importante motivo) não só jurou de novo, e do modo o mais solene guardar inviolavelmente a Constituição de nossas antigas Leis na ordem de suceder no Reino; mas também expressa, e terminantemente declarou com uniformidade de votos “Que S. M. não podia variar o estabelecimento espanhol, cuja observância tinha jurado guardar, e por conseguinte que a Senhora D. Carlota, princesa do Brasil, devia ser admitida à Coroa na falta de seus Irmãos Varões.

“Por virtude desta declaração tão solene, terminante, e específica, e pelos princípios legais estabelecidos, é claríssimo, e incontestável que desde que nossos príncipes foram detidos, e aprisionados em França, se transmitiu por ministério da Lei a posse civil, natural e alto domínio da Coroa em toda a sua integridade a S. A. R. a Sereníssima Senhora Princesa do Brasil D. Carlota Joaquina de Bourbon, como Infanta de Espanha, por ser a Filha Maior do Senhor D. Carlos IV, e a primeira chamada pelas nossas Leis à sucessão da Coroa, imediatamente depois de seus três Irmãos Varões, o Senhor Rei D. Fernando, e Infantes D. Carlos e D. Francisco de Paula e Bourbon, a única entre estes, que existe livre, e se acha desembargada para o poder obter.

“Quando a América, tirando-se do abismo do seu pesar para admirar os extraordinários caminhos, por onde a sabedoria do Altíssimo ordenou que seja trasladada para a mais distante, mais nova (e talvez

por isso menos corrompida) parte do globo esta Augusta Filha do nosso desgraçado Rei D. Carlos IV, e caríssima irmã do nosso muito amado Soberano Fernando VII, livrando-a com toda a sua numerosa família das traições do astuto Napoleão, valendo-se para isso do braço da sempre fiel, e generosa Nação Inglesa, que será nossa eterna aliada, a América prostrase para adorar profundamente os eternos desígnios do eterno soberano, árbitro dos Reis, e crê chegar como a descobrir em seus eternos Decretos que esta planta fecunda da Cristianíssima, Católica, e Religiosíssima Casa dos Bourbons foi preservada por seu poder da comum desolação com o alto fim de pôr sobre o trono do Império Espanhol príncipes legítimos, e Católicos que conservem em toda a sua vasta extensão a Religião santa de nossos Pais e que nos séculos vindouros hão de tornar por igual meio e acender seu fogo divino na Espanha europeu, e até na mesma França, quando estiverem bastantemente purificadas das abominações, que as tem conduzido às presentes calamidades...

“Humilhemo-nos diante do nosso grande Deus, e não presumamos introduzir-nos no Santuário de seus profundos e adoráveis arcanos: porém esperemos com resignação as disposições de sua Sabedoria infinita, e confiemos que não abandonará os seus santos, nem desampará sua grei; não duvidemos que para a América tem reservado o verdadeiro Onipotente o restabelecimento da Monarquia Espanhola, e da nossa Santa Religião.

“Entretanto, a América, deixando ao cuidado do nosso Deus o complemento dos seus altos desígnios, tem pelo mais importante e sagrado dos seus deveres o cooperar para eles, aproveitando os momentos para conservar a seu Rei, e Reais Sucessores o vasto, e opulento Império Espanhol Americano, cuja extensão desde a parte do Cabo de Hornos até a outra da Califórnia, cheio de um nobre orgulho, parece-lhe curta, quando trata de a oferecer aos pés dos seus adorados príncipes.

Para afiançar-lhes pois a subsistência deste precioso, especial patrimônio de sua Coroa, e Real Família, e para que por nenhum poder e artificiosas intrigas lhes seja usurpado; para que a liberdade, e independência espanhola se conserve ao menos nas suas Américas; para que a nossa tranqüilidade interior, e mútua confiança não corra perigo, e não caiamos na grande falta, que pode ocasionar a perdição da Espanha; para que finalmente se cheguem a ver cumpridos os votos da América, não encontra

a sua fidelidade outro meio mais eficaz, virtuoso, e honroso, senão aceitar com o mais vivo reconhecimento o precioso dom, que a piedade do Céu nos apresenta tão de peito no momento de nosso maior aperto, pondo-nos debaixo da imediata proteção, e governo da Augusta Irmã do nosso muito amado Soberano Fernando VII, a Senhora Infanta D. Carlota Joaquina de Bourbon, aclamando-a para a Regência Soberana deste Império (pois somente ela, e seu respeitável nome desvia toda a idéia, que não seja a mais justa e digna do generoso sangue, que a ilustra) para que debaixo de nossos foros e antigas Leis Pátrias o administre, e desde já o vá organizando; o sustente, e o defenda com a energia própria do seu Real ânimo, e singulares virtudes, e o conserve intato para o entregar como um depósito sagrado a seu digno Irmão, nosso Rei D. Fernando, e por sua falta aos outros dous Senhores Infantes, guardando a devida ordem, se chegarem a ver-se livres da opressão, é esta questão; e quando não, para que o tenha com pleno domínio para si, em virtude dos seus próprios incontestáveis direitos, e para seus legítimos sucessores observando sempre a ordem estabelecida por nossas Leis.”

.....
Índice onomástico

A

ABASCAL – 37, 61, 62
ABRANTES (Fr.) – 151
ADRIÃO – 194
AGUIAR (conde de) – 131, 137, 141
AFONSO III (rei) – 135
ALAMEDA Cirilo de (frei) – 96
ALDUNATE, José de – 38
ALMAGRO, Juan (don assessor do vice-reinado) – 34
ALMEIDA, João de (dom ministro da Marinha) – 70, 80
ALMERAJA, Juan (don) – 132
ALVAEZER (barão de) – 127
AMARAL, Francisco – 87
ANA DE JESUS MARIA (Marquesa) – 84
ANADIA (visconde) – 63
ANTÔNIO (príncipe) – 156
ARAÚJO – 99
ARDISSON, João Batista – 188
ARTIGAS – 97
ÁUSTRIA (arquiduquesa da) – 152
AZEVAL (dom, mensageiro) – 61
AZLOR – 157

B

BALLESTEROS (general) – 126, 147, 148, 149, 150
BARCA (conde da) – 63
BEIRA (princesa da) – 66, 83, 91
BELTRÁN, Juan G. – 203
BENAVIDES, Pedro (dom) – 162
BERNARDO (Fr.) – 157

BERRY, Felix Francisco Baso y – 38
BERTHEMY (governador) – 132
BLUNT (senador) – 60
BOAVENTURA, João de São (frei) – 185, 186
BONAPARTE, Napoleão – 28, 31, 33, 34, 132, 141, 171
BONAPARTE, Joseph (rei) – 49, 118
BORGH, Santiago (don) – 35
BOURBON, Carlota Joaquina de (rainha) – Ver CARLOTA JOAQUINA
BOURBON, Francisco de Paula e (dom) – 211
BOURBON, Pedro Carlos de (dom comandante-em-chefe da Marinha) – 66, 68
BOURBONS (os) – 208, 212
BOURCH – 94
BRAGA, Bernardo Ribeiro de Carvalho – 188
BRAGANÇA, Pedro Carlos de Bourbon e (dom) – 155
BRASIL (princesa do) – 109, 110
BURQUE, Santiago (don, coronel) – 35

C

CÁDIZ, Juan Baptista Tamant de (don) – 188
CALEPPI (monsenhor) – 29
CALÍGULA – 92
CANNING – 58
CARLOS III – 183
CARLOS IV (rei) – 34, 59, 105, 155, 186, 211, 212
CARLOS – 152

CARLOS MARIA (Dom) – 152
 CARLOS (dom) – 84, 155, 167, 180, 186, 211
 CARLOS, Pedro (dom)– 23, 83, 85
 CARLOTA JOAQUINA de – 21, 32, 33, 35, 38, 42, 52, 58, 79, 86, 99, 103, 105, 108, 110, 112, 116, 117, 119, 123, 127, 128, 129, 137, 145, 146, 153, 155, 156, 165, 169, 184, 186, 187, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 202, 203, 205, 207, 211, 213
 CAROL (ajudante-de-ordens) – 28
 CARTOGAL (conde de) – 167
 CASA-IRUJO (marquês de) – 60, 61, 70, 71, 72, 86, 102, 103, 104, 172
 CASTANHO (general) – 69
 CERDÁN (oficial da Marinha Real) – 37
 CHAMBO (padre) – 35
 CISNEROS (vice-rei Fernando VII) – 93
 CLÁUDIO – 92
 COLLINGWOOD (lord) – 30
 COLLY, (barão de) – 132
 COLOMARDE – 157
 CAMPOS, Luís Caetano de – 207
 CONIGAN – 88, 176, 177
 CONTUCCI – 73
 CORCOVADO (médico) – 157
 CÓRDOVA, Felipe de – 162
 CORTÉS, Eugenio (oficial da Marinha Real) – 37
 COSTA, Hipólito da – 63, 131
 COUREY – 58
 COUTINHO, Rodrigo de Sousa (dom) – 42, 63
 COUTINHO, Rodrigo Domingos Antônio de Sousa (dom, conde) – 62, 102, 103

CUNNINGHAM – 88
 CURADO, Joaquim Xavier (dom marechal) – 51, 52

D

D' ARAÚJO GUIMARÃES – 63
 D'ÁUSTRIA, Mariana (rainha) – 99
 DECURSI – 58
 DIAZ (padre) – 161
 DIAZ, Francisco (dom)– 161
 DIAZ, Bernardo (frei) – 160
 DONLING, Frederico (don) – 37
 DUFF, James – 188

E

ELIO, Xavier de (dom, vice-rei) – 202, 203
 ELIO (governador) – 51, 93, 94, 101, 104, 146, 173
 EURICO (rei) – 39

F

FERNANDO (rei) – 84, 85, 107, 152, 164, 168, 177, 184, 208, 211
 FERNANDO VII, (dom, rei) – 32, 34, 35, 38, 59, 60, 65, 79, 93, 132, 152, 155, 165, 185, 187, 212, 213
 FILIPE V (rei) – 105, 211
 FLORIDA BLANCA – 35
 FRANCISCO MANUEL – 82, 87
 FREIRE, Antônio José Ribeiro – 94, 95
 FUNCHAL (conde de) – 22, 118, 119, 120, 130
 FUNES, Gregorio (don) – 34

G

GAIA, Mateo (dom) – 162
 GALBA – 92

GALES (príncipe de) – 118, 133, 134
GALINDO, Francisco (dom) – 161
GALVEIAS (conde de) – 40, 70, 155,
177
GAMBIER (cônsul-geral) – 57, 70, 174,
176
GARAY, Martín de (dom primeiro-mi-
nistro e secretário de Estado) – 86,
87
GOMES, Severino (dom) – 161
GOMES Joaquim Severino – 157, 160
GONSALVI (cardeal) – 166
GOYENECHÉ (general) – 37
GUESSI – 35

H

HOLSTEIN, Alexandre de Sousa – 135
HOLSTEIN, Pedro de Sousa (dom, di-
plomata) – 75, 110, 116, 135, 178
HUIDOBRO, Pascual Ruiz (don, chefe-
da-esquadra) – 45, 46, 47, 48

I

ISABEL – 184
IRIGOYEN, Manuel de – 38
IRUJO, Carlos Martínez de (dom mar-
quês) – 59, 60
IUGUANZO, Pedro – 157

J

JACÓ, Roberto (comerciante) – 67, 68,
69
JARA, Mateus (dom) – 163
JOÃO VI, (dom, rei) – 42, 58, 63, 70,
77, 78, 99, 112, 127, 131, 135, 140,
155, 184, 185
JOAQUIM JOSÉ – 77
JOSÉ (rei) – 167

JOSÉ (dom) – 62
JOSÉ MARIA (frei) – 77
JOSÉ NAPOLIÃO – 208
JUNOT (general) – 28, 41, 53
JUNOT, Laura (duquesa de Abrantes) –
41

L

LAFÕES (duque de) – 135
LANAZABAL, Antônimo – 157
LANES – 191
LEONOR, Maria – 87
LINHARES (conde de) – 62, 63, 74, 94,
95, 98, 100, 101, 102, 109, 116,
117, 119, 120, 124, 126, 127, 128,
134, 155, 173
LINIERS, Santiago y Bremond (don
vice-rei) – 29, 32, 34, 35, 36, 45, 49,
50, 51, 79, 93, 176
LIORER, Valentín – 164
LOBATO, Bernardo José de Sousa – 77
LOBATOS (os) – 77, 78
LOEWENSTEIN, Adelaide Sofia de
Wertheim – 185
LUÍS, Manuel (médico) – 195
LUÍS XIV (rei) – 114
LUÍS EDMUNDO (cronista) – 63
LUMIARES (marquesa de) – 60

M

MAGÉ (barão de) – 77
MANTILLA, José – 67, 68, 69
MARCHESI, Luís – 157
MARIA I – 77, 91, 180
MARIA CONSOLACIÓN – 157
MARIA DA GLÓRIA (Dona) – 70, 185
MARIA FRANCISCA – 169, 192, 194,
196, 197

MARIA ISABEL – 127, 169
MARIA LUÍSA (rainha) – 54, 680, 77,
86, 99, 108, 152, 180
MARIA TERESA – 83, 85
MARIA VITÓRIA (rainha) – 99
MARQUES, Andrés Esteves (dom) –
163
MATIAS ANTÔNIO (Visconde) – 77
MATORRANGOS – 73
MEDIOLA – 157
MENDES RIBEIRO – 112
MENDONÇA, Hipólito José da Costa
Pereira Furtado de – Ver COSTA,
Hipólito da
MELO (médico) – 195
MELO MORAIS – 63
METTERNICH – 185
MEYER, João Miguel – 95
MIGUEL, (dom, rei) – 22, 69, 90, 91,
92, 113, 170, 184, 185, 186, 187
MIGUEL, Julian de (dom, capitão de ca-
valaria) – 71, 72
MIGUEL, Julião de – 157
MOOR (comodoro) – 28

N

NAPOLEÃO – ver BONAPARTE, Na-
poleão
NAVARRETE, José Antônio (deputado
secretário) – 152
NERO (imperador romano) – 92
NEVES, Acúrcio das (secretário de Esta-
do) – 182
NEVES, João Rodrigues – 207
NORTON, Luís (historiador) – 62, 99

O

O’GORMAN – 50

O’GORMAN, Annette – 49, 50
OLIVER (administrador da alfândega) –
37
OLIVEIRA, Manuel Dias – 112
OLIVEIRA LIMA (historiador) – 99,
131
OLOZES, Valentin (dom) – 163
ORLEANS (duque de) – 22, 154

P

PADILLA – 80
PALMELA (conde e duque de) – 63, 75,
117, 135, 150, 151, 156, 158
PASCUAL, Vicente (presidente) – 152
PASSOS, Ramón Manuel – 57
PAULA, Francisco de (dom) – 152
PEDRO – 193, 194, 195, 196, 197
PEDRO (dom) – 135, 153, 156, 157,
171, 178, 185
PEDRO I (dom, rei) – 41, 91, 131
PEDRO IV (rei) – 135
PELAIO (dom) – 211
PENA – 146
PEÑA, Saturnino Rodrigues – 37, 79,
80
PERALTA, Joaquín (dom, conselheiro de
Estado) – 165
PERICHON – 49, 50
PERISON – 36, 78, 79, 80
PICANÇO – 195
PICHEGRU – 133
PIMENTEL, Alberto – 186
POMBAL (marquês de) – 62
PORTO ALEGRE (general de) – 202
PORTUGAL, Fernando (dom) – 63,
141
PORTUGAL Tomás Antônio de Vila
Nova (ministro do reino) – 99
PRESAS, José (dom) – 40, 45, 48, 58,

63, 68, 69, 72, 78, 79, 80, 81, 85,
87, 88, 93, 94, 100, 104, 109, 139,
145, 146, 147, 154, 156, 160, 163,
164, 169, 180, 185, 207

Q

QUELUZ (barão de) – 185

R

RADEMAKER, João – 155
RAMIREZ, José (frei) – 108
REDONDO (conde de) – 130, 134
RIO MAIOR (conde de) – 185
RIO PARDO (conde de) – 57
RIVERA – 157
RODRIGO (dom) – 62, 63, 73, 76, 77,
78
RUBIO – 41, 60
RUFINO, Francisco José – 77, 78

S

SAAVEDRA – 103
SALAZAR, Francisco (dom, deputado) –
61, 62, 63
SANTA COLOMA (marquesa) – 157
SANTÍN (coletor geral) – 165
SANTOS, João dos – 156, 182, 187, 188
SARRATEA, Manuel (dom) – 102, 103,
104, 130, 131
SEBASTIÃO (dom) – 67
SILVA (almojarife) – 169
SILVA, Antônio Joaquim da – 168, 169,
182
SILVA, Manuel Vieira da (médico) –
127
SMITH, Sidney (sir, contra-almirante) –
27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 39,
40, 42, 44, 46, 53, 54, 55, 56, 57,

58, 91, 144, 145

SMYTHE, Percy Clinton Sidney – ver
Strangford – 41
SOARES, Ant^o. – 195
SOBREMONTTE (marquês de) – 35
SOMOSA (capitão) – 45
SOUSA – 133, 134, 136
SOUSA, Diego de (dom, tenente-gene-
ral) – 57, 101, 151
SOUSA, Diogo de (dom, general) – 173,
183
SOUSA, Domingos de (dom) – 134
SOUSA, Martim Afonso de – 62
SOUSA, Pedro (dom, ministro) – 110,
132, 134, 135
STRANGFORD (lord, ministro da In-
glaterra) – 41, 42, 57, 58, 70, 80,
101, 102, 103, 104, 124, 127, 128,
136, 138, 141, 156, 173, 176, 183
STUART – 133, 134, 136, 137
SUFRIATEGNY, Rafael – 157
SYDENHAND (capitão) – 135

T

TALÓN, Pascual Quiles (dom) – 162,
163
TARAUCO (general) – 27
TIBÉRIO (imperador romano) – 92
TIPPO-SAEB – 141
TORVELHINHO – 63
TRANCOSO (conde de) – 121
TREVILLA, Pedro (dom bispo) – 166

V

VALLEJO, Felipe Gonzáles – 157
VALIENTE, José Pablo (dom deputado)
– 108, 109, 110, 111, 116, 118
VANDEUIL, João Batista Perichon e
(tenente-coronel) – 50

VANDEUIL, Perichon de – 49
VARELA – 169
VARELA, Alfredo – 42, 49, 62, 79, 94
VASCO – 196
VIEIRA (médico) – 127
VIEIRA FAZENDA – 78
VIGODET, Gaspar – 94, 97, 98, 99,
100, 101, 104, 156, 172, 173, 174
VILLAMIL, Antonio Fernandez – 156
VILLAVICENCIO, Juan Maria (dom
comandante) – 108, 157
VILLOTA – 36
VIMIEIRO (conde de) – 121, 125

W

WHITELOCK (general) – 45
WELLESLEY, Henrique (marquês) – 22,
102, 103, 110, 111, 114, 130, 131,
132
WELLINGTON (lord), duque de –
121, 126, 128, 132, 133, 135, 136,
137, 141

Y

YORK, (duque de) – 132

Memórias Secretas de D. Carlota Joaquina, de D. José Presas,
foi composto em Garamond, corpo 12/14, e impresso em papel vergê areia 85g/m²,
nas oficinas da SEEP (Secretaria Especial de Editoração e Publicações),
do Senado Federal, em Brasília. Acabou-se de imprimir em março de 2013,
de acordo com o programa editorial e projeto gráfico do
Conselho Editorial do Senado Federal.

As Memórias secretas de Carlota Joaquina, de José Presas, constituem um dos livros mais pitorescos e mais ricamente informativos que se escreveram sobre o período regencial do Brasil.

Essa obra, verdadeira raridade, que poucas bibliotecas atualmente possuem, nas suas duas únicas edições, uma tirada em Bordeaux, em 1830, na casa impressora Carlos Lawalle & Sobrinho, e outra em 1858, *El Comercio*, de Montevideú, é citada unicamente por todos os historiadores que se ocuparam daquele importante período da nossa história ou da intriga desenvolvida pela princesa do Brasil para se apossar da coroa do Prata, em detrimento dos interesses de seu próprio irmão, o rei Fernando VII, da Espanha. [...]

[...]Na verdade, José Presas teve em mira cobrar-se dos seus serviços como secretário particular. Escreveu esta obra com revelações indiscretas, alusões veladas e remotas.

ISBN 978-85-7018-271-5



9 788570 182715